

Vera Regina Toledo Camargo
Maria Beatriz Rocha Ferreira
Olga R. de Moraes von Simson
(organizadoras)



JOGO, CELEBRAÇÃO, MEMÓRIA E IDENTIDADE

Reconstrução da Trajetória de Criação, Implementação e Difusão dos
Jogos Indígenas no Brasil
(1996 - 2009)

VENDA PROIBIDA



Jogos dos Povos Indígenas de I a X

Goiânia (GO) 1996
Guaíra (PR) 1999
Marabá (PA) 2000
Campo Grande (MS) 2001
Marapanim (PA) 2002
Palmas (TO) 2003
Porto Seguro (BA) 2004
Fortaleza (CE) 2005
Olinda (PE) 2007
Paragominas (PA) 2009



Comitê Intertribal
Memória e Ciência
Indígena



JOGO,

CELEBRAÇÃO,

MEMÓRIA E IDENTIDADE

Reconstrução da Trajetória de Criação, Implementação e
Difusão dos Jogos Indígenas no Brasil
(1996 - 2009)

Vera Regina Toledo Camargo
Maria Beatriz Rocha Ferreira
Olga R. de Moraes von Simson
(organizadoras)

editora
Curt Nimuendajú

Campinas, 2011

CAPA:

Ritual Xerente de despedida do morto, realizado nos X Jogos Indígenas (2009).
Foto de Roberta Tojal

REVISÃO:

Gilberto Machel

DIAGRAMAÇÃO:

Amilcar José Veiga D'Angelis

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL – Unicamp
CRB 8/8624

J595

Jogo, celebração, memória e identidade: reconstrução da trajetória de criação, implementação e difusão dos Jogos Indígenas no Brasil (1996-2009) / organizadoras: Vera Regina Toledo Camargo, Maria Beatriz Rocha Ferreira e Olga Rodrigues de Moraes von Simson. – Campinas, SP : Curt Nimuendajú, 2011.

176 p. : il.

ISBN: 978-85-99944-26-4

1. Jogos indígenas. 2. Índios - Brasil - Usos e costumes. 3. Índios - Brasil - História. I. Camargo, Vera Regina Toledo, 1957-. II. Ferreira, Maria Beatriz Rocha. III. Simson, Olga R. de Moraes von.

CDD: 796.1

Direitos desta Edição:

EDITORA CURT NIMUENDAJÚ

Caixa Postal 6100

13083-970 - Campinas-SP - Brasil

Tel/Fax: 55 (19) 3287-0461

E-Mail: editora@curtnimuendaju.com.br

Site: www.curtnimuendaju.com.br

1ª Edição (2011)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

PREFÁCIO

PARTE I – HISTÓRIA E SIGNIFICADOS

| | | |
|------------------------------|--|----|
| Entrevistas: | <i>Carlos Justino Terena</i> | 15 |
| | <i>Marcos Terena</i> | 21 |
| | <i>Rejane Penna Rodrigues</i> | 25 |
| Maria Beatriz Rocha Ferreira | <i>Jogos dos Povos Indígenas: identidade e figurações</i> | 29 |
| Olga R. de Moraes von Simson | <i>Memória, celebração étnica e identidade : os jogos indígenas como um caminho para o empoderamento</i> | 41 |
| Vera Regina Toledo Camargo | <i>Mediatização da cultura e a interface com a história: a divulgação e circulação do conhecimento</i> | 47 |

PARTE II – OS REGISTROS DO EVENTO

| | | |
|--------------------------------|---|----|
| Deoclécio Gruppi | <i>Jogos Estudantis Brasileiros e os Jogos dos Povos Indígenas</i> | 55 |
| Roberta Tojal | <i>Imagens de corpos e falas de povos: as possibilidades do olhar da Fotoetnografia nos Jogos dos Povos Indígenas</i> | 67 |
| Claudeni Fabiana Alves Pereira | <i>Corpos pintados nos Jogos dos Povos Indígenas</i> | 85 |
| Marina Gomes | <i>Jogos Indígenas em pauta. O índio retratado na imprensa brasileira</i> | 95 |

PARTE III – ASPECTOS ESPECÍFICOS

- Glória Kok & Maria Beatriz Rocha Ferreira
Jogos nacionais: espaços de visibilidade da mulher indígena 111
- Liliane da Costa Freitag & José Ronaldo Fassheber
Um estranho no ninho? O futebol nas identidades indígenas 127
- Marina Vinha
Jogos dos Povos Indígenas e a organização Kadiwéu 141

PARTE IV – RELATOS DE PESQUISA

- Melissa Mõngé
Espero ter contribuído da melhor forma possível 156
- Iraí Amana Martins de Souza
Linguagem visual e Divulgação nos Jogos dos Povos Indígenas 158
- Rafael da Silva Macedo
Da experiência técnica ao reconhecimento das culturas 161
- Mateus Souza Borges
A experiência de um estudante de Engenharia Mecânica 164
- Aline Santos Souza Reato
Pouco sabia sobre os indígenas, mesmo cursando ensino superior 167
- Gediel do Prado
A participação no projeto superou minhas expectativas 171

APRESENTAÇÃO

Este livro é resultado de um trabalho de equipe. Organizado e desenvolvido em torno do projeto *JOGO, CELEBRAÇÃO, MEMÓRIA E IDENTIDADE: Reconstrução da Trajetória de Criação, Implementação e Difusão dos Jogos Indígenas no Brasil (1996-2009)*.

As discussões, trajetória e a execução da pesquisa deram origem a esta coletânea. Os artigos e textos são construções que trazem para a reflexão algumas discussões importantes na área. O livro apresenta as nossas reflexões e contribuições sobre a produção e circulação do conhecimento proporcionado através desta pesquisa.

Agradecemos ao Ministério do Esporte, Universidade Estadual de Campinas, Comitê Intertribal - Memória e Ciência Indígena (ITC), as entidades que apoiaram a realização da pesquisa e que tornaram possível a circulação deste trabalho e aos bolsistas do projeto:

Profa. Dra. Glória Kok
Claudeni Fabiana Alves Pereira
Roberta Helena Vicira Tojal

Me. Deoclécio Rocco Gruppi
Marina Gomes

Aline Santos Souza Reato
Iraí Amara Martins de Souza
Melissa Mõngé

Mateus Souza Borges
Gediel Prado
Rafael da Silva Macedo

As Organizadoras:

Vera Regina Toledo Camargo
Maria Beatriz Rocha Ferreira
Olga R. de Moraes von Simson

PREFÁCIO

No carnaval de 1927 o antropólogo Herbert Baldus, radicado em São Paulo, visitou a aldeia Guarani do Bananal (atual município de Peruíbe), no litoral paulista. Da sua descrição daquela comunidade indígena consta a seguinte passagem:

O jogo da luta é muito apreciado. E há um campo de foot-ball que satisfaria a qualquer sport-club branco. Alguns têm até uniformes e sapatos de footballistas. (Baldus 1929:88)

Os Guarani que Baldus encontrou ali, segundo seu próprio registro, provinham de duas correntes migratórias: uma que viera diretamente do Paraguai, pelo norte do Paraná, na primeira metade do século XIX, e outra que viera, em tempos mais recentes, do Rio Grande do Sul. Eram, ao que parece, bons futebolistas já na década de 1920, menos de 30 anos depois da criação do primeiro clube de futebol no Estado de São Paulo.

Esse amálgama de tradições, ou incorporação indígena de elementos culturais externos, não é, em si, algo de extraordinário. A idéia de culturas “puras”, “intocadas” ou “sem misturas e influências” é que é uma concepção equivocada, mas corrente no senso comum das pessoas. No entanto, o fato de não ser extraordinário não diminui sua importância, seu interesse, e o valor de seu registro e sua cuidadosa interpretação caso a caso.¹ Em boa medida, o presente livro contribui para isso, ao analisar essa forma contemporânea de interação indígena, em âmbito nacional, por meio dos Jogos Indígenas.² Tomo a liberdade de situar, nessa Apresentação, antes de tudo, o contexto histórico do surgimento desses Jogos.

Por volta de 1960, quando a capital da República estava sendo transferida para Brasília (recém-inaugurada), ninguém duvidava de que havia índios no Brasil, na Amazônia. Muito pouca gente, nos centros urbanos, acreditava que

-
- 1 Sobre o futebol em comunidades indígenas, veja-se o texto de Liliane Freitag e José Ronaldo Fassheber, neste volume.
 - 2 O texto de Marina Vinha, entre outras questões, retoma a expressão “nossos esportes tradicionais”, empregada no contexto dos Jogos, para mapear sua significação na compreensão dos seus usuários indígenas.

houvesse índios em outras regiões do país, fora da floresta amazônica. “Índio” era, claramente, sinônimo de floresta. E “índio” + “floresta” era uma combinação que facilmente se identificava como “território selvagem”, “terras virgens”, “atraso civilizatório” e “território a conquistar”. Ensinava-se isso em livros didáticos, ouvia-se isso da boca de políticos e militares, a mídia estampava isso a todo momento.

Veio o golpe militar de 1º de abril (64), época de ouro do imperialismo norte-americano no país, amparado por uma alta hierarquia militar lesa-pátria. A Amazônia e suas riquezas (especialmente minerais!) não poderia passar ilesa. No período de maior repressão política no Brasil, a partir do final da década de 1960, e por quase uma década, a construção da Transamazônica e suas Perimetrais invadiu, de maneira criminosa, os territórios de dezenas de povos indígenas, grande parte deles até então sem contato com os não-índios.³ Não há contabilidade da população indígena aniquilada nesse processo.⁴ A população brasileira voltava a ler notícias sobre os índios (da Amazônia). Não eram, como se pode imaginar, notícias sobre os massacres e desaparecimentos de povos inteiros. Havia censura, auto-censura e conivência da imprensa brasileira com o poder militar. As notícias que circulavam (e com grandes fotografias nas revistas da época) eram do “encontro” com os índios sem contato, que se referiam aos esforços de indigenistas da FUNAI para estabelecer relações com certos grupos indígenas antes que as turmas de construção da estrada chegassem até eles.

Esses esforços nem sempre eram bem sucedidos, mas mesmo quando o eram, não significavam qualquer garantia de sobrevivência, dignidade ou respeito pelos grupos contactados. Um caso exemplarmente triste foi o dos festejados (na imprensa) “índios gigantes”, ou “Kren-akarore”, contactados na região do Rio Peixoto de Azevedo, em 1973.

Em meados da década de 1970, um setor progressista da Igreja Católica promoveu, favoreceu e incentivou o encontro de lideranças indígenas em âmbito nacional, em uma dezena de chamadas “Assembléias de Chefes e Lideranças Indígenas”. Foram as primeiras e decisivas oportunidades de contato entre povos indígenas tão distantes como os Makuxi (RR) e os Kaingang (RS), ou em situações de vida, vitalidade cultural e linguística tão diferentes como os Tapirapé ou os Xavante (MT) e os Guarani ou os Terena (MS). Esses contatos criaram as condições necessárias para o surgimento do movimento indígena no Brasil, na segunda metade da década de 1970.

3 Cf. Vítimas do Milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil, do antropólogo norte-americano Shelton H. Davis (edição brasileira da Zahar Ed., 1978).

4 Um pequeno exemplo: Egydio Schwade (maior conhecedor da história recente dos povos indígenas na Amazônia) denunciou recentemente o “desaparecimento” de 2 mil índios Waimiri-Atroari entre os anos de 1972 e 1975, período em que seu território permaneceu sob controle militar direto (cf. <http://www.cartacapital.com.br/politica/2000-waimiri-atroari-desaparecidos-na-ditadura>, acessado em 22.05.11).

A partir de então, a população brasileira passou a ver e ouvir os povos indígenas em um contexto absolutamente novo. Já não se falava apenas “dos índios”, eram os próprios índios que passavam a falar de si mesmos e por si mesmos. Um impulso maior se deu, finalmente, com o processo de redemocratização do país, na década de 1980. O Congresso Constituinte, nos anos de 1987 e 1988, marcou um momento decisivo no envolvimento e participação política dos povos indígenas, crescimento da articulação do movimento indígena em nível nacional, e seu reconhecimento definitivo como parte integrante da nação brasileira. Em 1992, com a realização da conferência internacional Eco-92, no Rio de Janeiro, a presença e participação indígena foi igualmente importante para a visibilidade, agora internacional, da questão indígena no Brasil.

Foi nesse novo contexto que a ong indígena Comitê Intertribal,⁵ liderada pelos irmãos Marcos e Carlos Terena, promoveu os I Jogos dos Povos Indígenas (Goiânia, 1996).⁶ Esses Jogos, que passaram a ser anuais a partir do ano 2000,⁷ não alcançam a universalidade de representação dos povos indígenas brasileiros (o que é praticamente impossível nos dias atuais, por isso mesmo não alcançada também por qualquer evento nacional de iniciativa ou envolvendo esses povos), mas se firmaram como um evento original e único. Segundo seus organizadores, os objetivos do evento são, em última análise, uma grande celebração e confraternização dos povos indígenas, uma vez que não o move a idéia de competição entre os povos propriamente. Um bom número de depoimentos e avaliações dos próprios participantes, de diferentes etnias, destaca tanto esse valor de interação entre os povos, como de renovação cultural e reforço da auto-estima. Em outras palavras, a identidade étnica (afinal, são “jogos indígenas”) é um componente bastante importante relacionado a esses eventos⁸, mas igualmente outras identidades (como a de gênero⁹).

Seria ingenuidade, no entanto, não reconhecer que os Jogos funcionam também como espaço de promoção e articulação política, no atual contexto de maior envolvimento dos povos indígenas com as instâncias e instituições da sociedade nacional brasileira (o que inclui, obviamente, a política indigenista oficial).

O fato é que os Jogos Indígenas constituem um momento e uma instância importante do movimento indígena no Brasil contemporâneo. Registrá-los,

5 Comitê Intertribal – Memória e Ciência Indígena e Memorial dos Povos Indígenas.

6 Ver entrevistas de Carlos Justino e Marcos Terena, e os textos de Maria Beatriz Rocha Ferreira e de Deoclecio Gruppi, neste livro.

7 A exceção foi o ano de 2006, em que não se realizaram.

8 Sobre isso, vejam-se, nesta obra, especialmente os textos de M^a Beatriz Ferreira, de Roberta Tojal, de Claudeni Pereira e de Olga von Simson (o desta última exatamente articulando memória, celebração e identidade).

9 Ver o texto de Glória Kok e Maria Beatriz Ferreira.

conhecê-los e interpretá-los torna-se, assim, mais do que justificado, tanto como contribuição à memória indígena, como à memória política nacional, e como forma de compreenderem-se, a médio e longo prazo, os caminhos trilhados pelo movimento indígena no país, suas articulações políticas internas e externas às sociedades autóctones e suas relações institucionais. Sobre essas últimas, sempre caberá perguntar-se em que medida – em um movimento de mão dupla – o movimento indígena articulado em ações como os Jogos Indígenas intervém na forma como se definem as ações públicas em relação a esses povos, e em que medida a forma como se produzem as políticas públicas em relação às minorias explica o formato de iniciativas indígenas como essas.

O presente livro reúne resultados de um trabalho coletivo na linha da primeira perspectiva aqui justificada, ou seja, aquela do registro da memória indígena e não-indígena acerca dos Jogos Indígenas (em suas dez realizações entre 1996 e 2009). Trata-se do trabalho do grupo de pesquisadores articulado em torno do projeto “*Jogo, Celebração, Memória e Identidade: Reconstrução da Trajetória de Criação, Implementação e Difusão dos Jogos Indígenas no Brasil (1996-2009)*”, coordenado por Vera Regina Toledo Camargo, Maria Beatriz Rocha Ferreira e Olga Rodrigues de Moraes von Simson (da Unicamp)¹⁰, e pelos indígenas Carlos Justino Terena e Mariano Marcos Terena, do Comitê Intertribal, entidade criadora e organizadora daquele evento cultural-esportivo. O projeto é subvencionado pelo Ministério do Esporte (igualmente um dos principais financiadores da realização dos Jogos).

A parceria com os próprios organizadores do evento torna pouco praticável uma apreciação crítica independente acerca do papel político dos Jogos, de sua dependência do poder público (e das boas relações políticas e institucionais com ele), ou mesmo de sua representatividade em relação ao conjunto do movimento indígena. Esse não é, porém, o foco dos trabalhos aqui reunidos. Ao contrário, alguns textos até deixam transparecer um certo tom exageradamente otimista, ou pelo menos, não são devidamente dosados *cum grano salis*. Não há, por exemplo, menção alguma aos custos de cada edição dos Jogos e à distribuição desses custos pelos diversos patrocinadores.

Como dito, isso é decorrência tanto da constituição do grupo, como dos objetivos desse registro, cujo foco é, mesmo, a memória do evento. Nessa perspectiva, os trabalhos reunidos permitem realmente um panorama do que foram as 10 edições dos Jogos Indígenas do Brasil, e prestam um serviço inestimável à memória dos povos que deles participam. Igualmente contribuem grandemente à memória brasileira em geral, ao reunir informações, depoimentos e imagens

10 Respectivamente integrantes do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo, do Laboratório de Antropologia Bio-cultural da Faculdade de Educação Física e do Centro de Memória da Unicamp (CMU).

desses Jogos (além de estatísticas, no que se refere à cobertura da mídia¹¹), o que também constitui material indispensável à avaliação do evento na esfera pública. É importante dizer que o registro fotográfico está igualmente disponibilizado ao grande público¹², do mesmo modo como a presente publicação tem versão impressa e versão digital aberta.

Por fim, esse livro cumpre o importante papel de dar divulgação ampla a resultados de estudos realizados no âmbito acadêmico, o que consiste em uma forma de democratização da informação.

Wilmar da Rocha D'Angelis¹³

11 Ver texto de Marina Gomes, aqui publicado.

12 A informação é dada no texto de Vera Regina Toledo Camargo, neste volume, que trata dos outros recursos de divulgação do projeto.

13 Linguista (professor no Depto de Linguística da UNICAMP) e indigenista, atua junto a populações indígenas do Sul do Brasil desde 1977.

PARTE I
HISTÓRIA E SIGNIFICADOS

ENTREVISTA

CARLOS JUSTINO TERENA

Liderança indígena

*Organizador dos Jogos dos Povos Indígenas, do Comitê Intertribal
– Memória e Ciência Indígena*

Diretor de Eventos Culturais e Esportivos da Funai.

Entrevista concedida ao LABJOR/UNICAMP, Campinas-SP
(entrevista por telefone).

Entrevistadora: Diana Ruiz¹

Quais são os objetivos gerais do Comitê Intertribal?

O Comitê foi criado em 1990, com a finalidade, inicialmente, de organizar a participação indígena na *Eco-Rio 92*, na questão político-ambiental. Com o decorrer do tempo encampamos o segmento da cultura e a criação dos Jogos dos Povos Indígenas, bem como a realização de outros eventos regionais que estimulem as culturas indígenas, como os Jogos Tradicionais Indígenas do Pará, Jogos Interculturais Indígenas de Mato Grosso, I Taça da Nações Indígenas de Futebol, Festival da Cultura Indígena de Bertioga (SP). Atualmente buscamos parceria na realização de projetos sociais perenes.

E os objetivos do Comitê Intertribal nos Jogos Indígenas?

Buscar recursos, coordenar e organizar a realização dos Jogos, procurando obedecer todos os princípios das tradições de nossos ancestrais.

1 Doutoranda pela Universidade Politécnica de Madrid (INEF) – Espanha. Docente na Universidad Camilo José Cela, Facultad de Ciencias de la Salud – (Madrid, Espanha).

Qual é o significado dos Jogos dos Povos Indígenas para você?

Foram anos de pesquisas para conhecer a peculiaridade cultural de cada povo, formatar e organizar o evento, sob todos os aspectos: organização social, língua, danças, cantos, filosofias, ritos, crenças, espiritualidades e, principalmente, os esportes tradicionais. Há que se lembrar que foram mais de 16 anos batendo nos gabinetes dos ministérios e secretarias em busca de apoio. Pra mim é uma realização pessoal por saber que na prática conseguimos resgatar em muitos povos, seus usos e costumes tradicionais que já estavam esquecidos, através dos jogos, bem como sua autoestima. Tudo isso enriqueceu mais meus conhecimentos em relação ao meu povo.

Quando vocês decidiram criar os Jogos, que objetivos tinham?

Não há uma data específica, as ideias foram nascendo naturalmente com o tempo. Minha vida foi pautada na música e esporte. No final dos anos 70 fundamos oficialmente a primeira seleção de futebol. Organizamos e coordenamos a participação da delegação indígena nos Jogos Escolares Brasileiros - JEB's por mais de seis anos. Foi nascendo assim a ideia de "olimpíadas indígenas". Realizamos alguns eventos culturais pilotos em aldeias. Os *Jogos dos Povos Indígenas* em 1996, na cidade de Goiânia, seria nosso laboratório, onde todos os participantes queriam só jogar bola, os pódios foram montados para premiação com as medalhas de 1º, 2º e 3º, uma das provas de natação fora realizada em piscina olímpica, houve a disputa do voleibol. Poucos vieram com seus trajes típicos. Mas algumas práticas das modalidades tradicionais foram realizadas; assim, os objetivos saíram de nossa teoria para a prática. A cada edição dos jogos as "regras" foram sendo criadas, aperfeiçoadas e fomos "limpando", até chegar ao que é atualmente. Há que se dizer que demoramos um pouco, pois em cada estado que eram realizados os jogos, os professores de educação física insistiam em impor seus métodos competitivos e isso causava uma certa confusão entre os jovens atletas participantes, mas mesmo assim fomos reeducando nossos parentes a pensar e a praticar o que eles tinham em suas tradições. Nossa equipe também ia sendo treinada e aperfeiçoada.

Pode explicar o sentido do lema que vocês falam: "o importante não é competir e sim celebrar"?

Sempre tivemos como objetivo a celebração de um grande encontro. Assim, quando chegávamos em nossa aldeia e encontrávamos nossos parentes que não víamos há muito tempo, nossas vovós cantavam, choravam, traziam comidas e bebidas típicas, ficávamos felizes. Foi assim que pensamos em colocar frente a

frente povos que nunca se viram, embora com todos seus costumes peculiares, primeiro para celebrar nossa existência, nossa cultura e nossos esportes tradicionais. Embora ninguém queira perder, mas nunca incentivamos, por exemplo, um Karajá e um Xavante, que foram inimigos no passado, a brigar por uma medalha, e sim a se respeitar. O que seria mais importante nesse encontro? O ganhar ou o celebrar?

Fale sobre outros princípios do jogo como fogo, compartilhar, celebrar. Tem alguns outros princípios importantes também?

São todos cerimoniais incorporados em nossos ritos tradicionais, princípios fundamentados na celebração do encontro com a grande família: o repartir, o festejar no nascer, rito de passagem, formação do homem adulto, o ancião e nossa ida (morte), tudo ganha importância em toda nossa existência. Os *Jogos* nasceram nessa inspiração e com essas essências, não há como fugir destes princípios.

E também tem outras coisas importantes como o Fórum. Como vocês fazem?

Nos Fóruns procuramos esclarecer numa linguagem mais acadêmica, conversar com formadores de opinião como os professores, alunos universitários, a própria criança, buscando conscientizar o que é uma cultura autóctone e não um folclore. Todo este conhecer afasta o preconceito, pois o desconhecer gera discriminação.

E quais são as diferenças entre os Jogos dos Povos Indígenas e os Interculturais, como os de Campo Novo dos Parecis?

Não há muita diferença, pois os objetivos são os mesmos, e é do nosso interesse implantar estes jogos regionais para fortalecer as bases das culturas das comunidades indígenas locais, bem como incentivar principalmente os jovens, que por muitas vezes sofrem discriminação; e também muitos indígenas não têm oportunidades de conhecer o que são os Jogos e seus reais objetivos.

Na retrospectiva das nove edições dos Jogos dos Povos Indígenas você acredita que atingiu os objetivos propostos?

Estamos sempre afinando, faltam algumas coisas. Há de saber que cada edição, embora sejam quase sempre as mesmas etnias, porém são de aldeias diferentes, buscamos sempre conscientizar a proposta e objetivos dos jogos. Um jogo nunca é igual ao outro e vamos corrigindo.

Quais são os critérios para vocês escolherem os locais dos Jogos?

Ao escolhermos uma cidade, procuramos o local que tenha o espaço de ambiente natural: um parque, rio, mata, etc., onde vamos construir as “ocas olímpicas”; haverá também espaço para as práticas dos jogos e da cultura tradicional indígena; antes porém sempre procuramos trazer um guia espiritual, um pajé para abençoar este lugar.

E quais são os critérios para escolher as etnias?

Se nossa proposta é de jogos tradicionais indígenas, o critério primordial para a escolha da etnia convidada será o fator cultural - costumes originais: línguas, ritos, danças, cantos, instrumentos musicais, artesanatos, pinturas corporais e **principalmente os seus esportes tradicionais** - que não obedece o critério de escolha por estado da federação, pois trata-se de jogos interétnicos, ou seja, respeitando-se o mapa geográfico indígena. Assim se reforça um encontro das culturas e dos esportes.

Cite os principais problemas que existem para a organização dos jogos.

Recursos humanos: temos dificuldades em montar uma equipe especializada em muitos setores que o evento hoje requer, pois a organização do *Jogos* começa com mais de um ano. Os primeiros e difíceis contatos políticos para escolha da cidade, a busca de recursos, montagem do projeto, escolha de novas etnias; depois vem a execução e operacionalização dos jogos: transportes, alimentação, saúde, segurança, hospedagens (ocas), arquibancadas, até o retorno da última etnia à sua aldeia. Tudo isso requer pessoas que conheçam todos os mecanismos, e com responsabilidade à altura para que tudo saia a contento.

Vou aprofundar em uma das atividades, que é a corrida de tora. Então, eu queria saber se a corrida de tora tem significados diferentes para as etnias que a realizam? E quando vocês trazem para os Jogos, quais são os significados que ela pode ter?

Começamos fazendo as demonstrações de cada etnia que possui ritual da *corrida de tora*, bem como outras atividades em suas respectivas culturas. Tínhamos, temos, muito cuidado, porque cada povo que pratica tem sua peculiaridade e diversidade. Depois de mais de seis anos de estudo e atendendo solicitação dos chefes indígenas, realizamos propriamente dito a *corrida de tora* entre etnias, sempre com muito cuidado de não *esportilizar* esse evento. Conseguimos chegar a um denominador comum e nos Jogos da cidade de Palmas, realizamos historicamente a primeira corrida de toras. Nossos parentes acharam legal essa

brincadeira de corrida entre eles, porém não deixamos de praticar na corrida as atividades demonstrativas tradicionais, com os ritos de cada povo. Já houve solicitação para que outras modalidades tradicionais ganhem sentido competitivo, mas isso vai demorar um pouco.

Agora vamos falar um pouquinho da relação com as outras entidades. Quais são os papéis do Ministério dos Esportes, Secretaria de Esporte de Estado, dos Municípios, na realização dos Jogos?

O Ministério dos Esportes sempre foi nosso maior patrocinador e incentivador, não somente em relação aos *Jogos*; mas que hoje essa parceria se estendeu às aldeias com o projeto socioesportivo PELC, através de sua Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer – SNDEL. Esperando que estas nossas iniciativas sejam efetivadas através de outros programas.

Para terminar, eu gostaria que você falasse da ideia de vocês dos Jogos Mundiais Indígenas.

Sempre nossa ideia foi muito além das fronteiras, conhecer povos irmãos indígenas de outros continentes: do gelo, do deserto, os africanos, asiáticos... é um outro sonho realizar os Jogos Mundiais Indígenas. Marcos [Terena] já conseguiu provocar um encontro com algumas lideranças indígenas dos quatro continentes, a partir dos irmãos do Canadá, em uma primeira reunião na cidade de Winnipeg, em 2009. Estamos trabalhando neste sentido com a criação de um comitê; será um novo desafio para todos nós. Temos duas situações, sobre em qual modelo vamos trabalhar: jogos de alto rendimento ou os jogos interculturais. Sei que nossos atletas indígenas brasileiros possuem condições de participar em qualquer modalidade, mas pra mim o mais importante é o diálogo cultural.

“Que acima de tudo possamos afirmar nossos princípios, reverenciar e praticar os ensinamentos de nossos ancestrais, valorizando nossas raízes tradicionais espirituais e culturais, fortalecendo-nos cada vez mais nas nossas verdades, como povos originários e autênticos!”

Carlos Terena

ENTREVISTA

MARCOS TERENA

Articulador dos Direitos Indígenas
Mentor dos Jogos dos Povos Indígenas
Fundador do 1º movimento indígena brasileiro,
a União das Nações Indígenas
Professor da Cátedra Indígena Itinerante - CII

Entrevista gravada durante a cerimônia de revezamento da tocha Pan-Americana às margens do rio Sacre, na aldeia Quatro Cachoeira, localizada a 33 km do município de Campo Novo do Parecis, MT (junho 2007)

Acervo - Radio TV UNICAMP.

Entrevistadora: Vera Regina Toledo Camargo ¹

Primeiramente se apresente e fale sobre os Jogos dos Povos Indígenas

Meu nome é Marcos Terena, e sou um dos coordenadores dos Jogos dos Povos Indígenas, um dos idealizadores, e atualmente sou Presidente do Comitê Intertribal, que é a organização que promove esses eventos. Nossa ideia sempre foi de lutar pelos direitos dos povos indígenas, os direitos humanos, e onde a gente contempla a questão da cultura, a questão educacional, bilíngue, intercultural e também descobrimos a possibilidade de fazer valer esses direitos através da interculturalidade entre os povos indígenas, que muitas vezes não se conhecem e ao mesmo tempo conscientizando a sociedade brasileira do significado dos jogos,

1 Local: Arena - I Jogos dos Povos Indígenas - Campo Novo dos Parecis (MT), 2007.

o que é o sentido dos jogos sempre com palavras, mensagens de ações afirmativas para os povos indígenas por meio de amor próprio, resgate da identidade cultural. E com isso nós criamos os Jogos dos Povos Indígenas.

Em 1996, nós fizemos o primeiro evento no Centro-Oeste brasileiro, numa terra tradicionalmente conhecida, que tem como símbolo os bandeirantes, que foram os grandes colonizadores do nosso país, os caçadores de índios. Mas foi importante porque ao mesmo tempo nós precisávamos também conscientizar o Ministério do Esporte de que essa atividade não era um campeonato de índios, de esportes indígenas, mas tinha toda uma celebração, uma tradição, um rito que a gente faz na aldeia e que precisava ser trazido pra cidade, onde geralmente o flecheiro mais capaz de atingir o alvo são os mais velhos, então não havia a coisa da idade, a simbologia da força física e então esse tipo de trabalho e fez com que a gente fosse promovendo ao longo dos anos e em lugares diferentes o sentido dos Jogos dos Povos Indígenas.

Nunca repetimos uma mensagem, sempre era uma novidade pra nós também, trabalhar com etnias diferentes, povos indígenas diferentes, regiões diferentes, tudo aqui no Brasil. Então, nós temos o orgulho de hoje afirmar que contribuimos para promover o resgate da autoestima de vários povos indígenas, que foram discriminados simplesmente pelo fato de sermos índios, onde o índio *na cultura intelectual tinha que ser aquela pessoa pobre, a pessoa coitada, incapaz*, e nós não somos assim, nós somos povos, nós temos soberania, temos autonomia econômica, autonomia cultural, e com isso a gente recuperou principalmente a questão da identidade com a terra, o orgulho de ser indígena.

E tem um aspecto muito importante também dos *jogos* que é a relação com a terra, com o meio ambiente. Todo lugar onde a gente promoveu os jogos, a gente respeitava o sistema local e o povo indígena local também. Então essa diversidade foi mostrando que é possível a gente fazer uma olimpíada indígena mundial com esses valores, que infelizmente os jogos Olímpicos deixaram pra trás trocando pela simples forma: competir, ganhar medalhas, chegar em primeiro lugar; se esqueceram dos valores humanos que nós queremos resgatar. E por isso a gente está se aproximando pouco a pouco desse cenário aparentemente inatingível que são os Jogos Olímpicos, Pan Americanos, ou Mundiais.

Há outros princípios dos Jogos dos Povos Indígenas?

O outro princípio dos Jogos dos Povos Indígenas é a celebração com símbolos da natureza: a água, a semente e o fogo. O fogo que nós chamamos o "*Fogo Sagrado*", que é um pouquinho diferente do da Tocha Olímpica - de carregar a tocha acesa - *o fogo pros povos indígenas significa exatamente a possibilidade de você construir novos cenários de relacionamentos humanos; o fogo é como se fossem iluminar novos caminhos. Então quando a gente precisa iluminar a escuridão a gente acende o fogo. Quando a gente precisa o calor humano a gente*

acende o fogo, mas o fogo também pode matar, por isso que ele tem essa simbologia sagrada, da vida.

E nesses Jogos Pan Americanos de 2007 nós conseguimos o apoio do Comitê Olímpico para mostrar um pedaço da história das tradições indígenas, numa região onde começa a Amazônia e onde termina um ecossistema como as águas do Pantanal, o Cerrado. E também pra mostrar o equilíbrio que nós estabelecemos com a natureza, com as matas, com a água pura, água límpida, pra conscientizar o homem branco de que ele não pode destruir a natureza. Essa água pura, saudável, vai alimentar os povos indígenas - alimentou ao longo do tempo - mas vai também assegurar a qualidade de vida do futuro. Então por isso que nós levantamos o fogo, o fogo - esse fogo que está aceso aí - na passagem da tocha do Pan Americano de 2007 aqui pelas Terras Indígenas.

Pela primeira vez na história um símbolo Olímpico passa por uma Terra Indígena. Então, isso para nós foi importante para demonstrar que mais uma vez nós não fazemos o evento apenas para promover uma vaidade, um espírito individual, mas o direito ao coletivo, e também o direito à terra e o respeito aos fatores da natureza como a água, e como o fogo.

NOTA DA ENTREVISTADORA – M. MARCOS TERENA é o organizador do Fórum Social, um dos momentos significativos dos Jogos dos Povos Indígenas. Os palestrantes convidados são indígenas e não indígenas nacionais e internacionais, visando debater temas como educação, saúde, ecologia e juventude, comunicações, utilização de energia solar, reflexões sobre os jogos e esportes indígenas.

ENTREVISTA

REJANE PENNA RODRIGUES

Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer¹

*Entrevista ao Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo
– Labjor, Unicamp (entrevista gravada em 10/06/2011)*

Entrevistadora: Vera Regina Toledo Camargo

1. Em termos de políticas públicas, qual a importância dos Jogos dos Povos Indígenas?

Os Jogos dos Povos Indígenas brasileiros são de fundamental importância para as políticas públicas, principalmente do esporte e do lazer. Estes jogos vêm ao encontro do que prevê o Artigo 217 da Constituição Federal de 1988 que inclui o esporte, em suas diferentes manifestações, como direito de todo o cidadão.

O resgate, a valorização e a difusão da cultura indígena são elementos necessários à preservação do conhecimento e das manifestações culturais advindas das mais de 220 etnias que vivem nas diferentes regiões do Brasil. São valores e ritos que fazem parte do universo cultural das sociedades indígenas e que se manifestam em suas danças, cantos, pinturas corporais e em seus jogos esportivos que valorizam o lúdico, o brincar e a expressão de sentimentos como a alegria.

Os jogos transcendem a sua própria realização enquanto atividade física esportiva. Sua importância vai além da demonstração de força, habilidade, velocidade, destreza, cumprimento de regras, ao reafirmar valores sociais importantes como a cooperação entre as pessoas e o respeito à natureza.

Portanto, ao valorizar o universo cultural dos indígenas, principalmente sobre o olhar das suas práticas corporais tradicionais, um passo importante foi dado para a formulação e implementação de políticas públicas específicas, visando garantir direitos sociais de populações historicamente excluídas.

1 SNDEL, Ministério do Esporte.

2. Qual foi o avanço que houve nos últimos anos da parceria entre o Ministério do Esporte e o Comitê Intertribal?

O Comitê Intertribal em parceria com o Ministério do Esporte, através da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer serão os responsáveis pela realização, neste ano de 2011, da XI Edição dos Jogos dos Povos Indígenas. Será o terceiro evento que realizaremos juntos. Do ano de 2007 até a presente data, podemos dizer que houve uma grande evolução de confiança e de conhecimento para ambos os parceiros. Aprendemos muito durante este processo. A questão indígena é hoje no nosso Ministério tema de pesquisas, programas e outras ações políticas, científicas e de tecnologia de gestão.

Estes Jogos propiciaram também um avanço nas ações intersetoriais do Ministério do Esporte na parceria com outros Ministérios como: o Ministério da Saúde, da Educação, do Turismo, Justiça, da FUNAI e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR).

3. Os valores homologados para os Jogos tem aumentado nos últimos anos. Estes valores significam um maior interesse do governo no reconhecimento das iniciativas indígenas?

Que há uma maior valorização por parte do governo é verdade, mas eu acredito que os valores financeiros também tenham aumentado por conta de uma maior apropriação, por parte do Comitê Intertribal, das possibilidades de financiamento para os Jogos. Um exemplo disso é a Lei do Incentivo ao Esporte. Desde a edição passada o Comitê apresentou proposta para a realização dos jogos e obteve a chancela desta Lei para a busca de patrocínio.

4. Qual é a proporção destes valores comparados com os outros programas do Ministério do Esporte?

Esta comparação é difícil de ser feita, devido às características diferenciadas dos demais programas. Mas podemos afirmar que estão aumentando.

5. Gostaria de abordar algum outro assunto sobre os Jogos dos Povos Indígenas?

Estes jogos tem sido de grande contribuição para retratar mudanças. Trouxeram demandas que retratam as diferenças das manifestações culturais, das formas de organização, enfim do próprio cotidiano que envolve as aldeias e os povos indígenas. Explicitam também as relações índios e não-índios, suas tensões e negociações. Trazem também desafios que nos levam a aprofundar os programas sociais existentes e a criação de novos programas, assim como infraestrutura física e material, maior número de publicações, pesquisas e eventos que

contribuam para a qualidade de vida dos povos indígenas. Estes jogos podem ser considerados uma ação afirmativa, já que dão visibilidade à questão indígena. Acredito que os jogos também tenham ajudado a sensibilizar a juventude indígena, motivando seu envolvimento e contribuindo na sua organização. Um dos objetivos principais dos Jogos dos Povos Indígenas, que é o de garantir a preservação das práticas tradicionais, com certeza tem sido alcançado. Outro fator que destaco é o intercâmbio e a integração entre as etnias e delas com os não-índios. Porém existem ainda outros desafios, como: envolvimento de maior número de etnias, a possibilidade da existência de jogos regionais e a divulgação das publicações relativas à área do esporte e do lazer bilíngues (traduzidos para algumas línguas indígenas).

Entretanto, em 2011 já estamos colhendo resultados da parceria e dos avanços trazidos pelos Jogos dos Povos Indígenas: o projeto e a implementação de três Núcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade - PELC Indígena (Xavante, Terena e Wai Wai). São núcleos de esporte e lazer implantados nas referidas aldeias que desenvolverão prioritariamente práticas tradicionais indígenas como: arco e flecha, corrida de toras, cabo de guerra, brincadeiras no rio e atividades culturais (dança e canto). Nosso desejo é que as crianças e jovens indígenas sintam-se orgulhosos de suas tradições e que valorizem as experiências, histórias e vivências dos mais velhos. E, caso seja do interesse dos indígenas, serão oportunizadas vivências de esportes que não são da sua cultura como o vôlei, o futebol, atletismo.

JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS: IDENTIDADE E FIGURAÇÕES

Maria Beatriz Rocha Ferreira¹

Faculdade de Educação Física – UNICAMP

As relações sociais são complexas e há sempre tensões de poder imbricadas nelas. O poder não está centrado e congelado nas mesmas pessoas e/ou grupos/instituições na história da humanidade. Ele se desloca à medida que ocorrem novas informações, pressões externas e internas, enfim no próprio processo de mudanças sociais na história. Todos nós temos poder na sociedade, e a natureza e extensão da área para decisões dependem da estrutura e da constelação histórica da sociedade na qual nós moramos e agimos. (Norbert Elias, 1994)

INDIGENISMO E IDENTIDADE

Os Jogos dos Povos Indígenas representam importantes construções sociais entre líderes indígenas, o poder público e o setor privado, afirmando-se com lemas e identidades próprias no país. Embora sejam um movimento nacional, estes se inserem num contexto de ideias e ações internacionais mais amplas sobre indigenismo e identidades, nações e povos indígenas, ocorridas nos últimos séculos. O texto se constrói sobre essas ideias: uma sociedade de indivíduos onde as iniciativas dos líderes indígenas originam processos de diálogo ainda inéditos, com diferentes setores da sociedade do esporte.

Na América, as ideias e políticas que perpassaram na história indígena são de incentivo aos aldeamentos, uma única educação nas escolas fundamentada nas escolas não indígenas, eliminação da línguas nativas deliberadamente ou sutilmente, desrespeito aos sistemas próprios de justiça e resolução de conflitos, suspensão das energias culturais daqueles que conhecem profundamente as forças da natureza, contato com os 'brancos' essencialmente através do trabalho e da

1 Mestre em Educação Física, Doutora em Antropologia. Professora Livre-Docente.

mestiçagem, perspectiva de aculturação. Os índios ‘assimilados’ ou ‘integrados’ à sociedade que os envolve seriam, de alguma maneira, ‘menos’ índios. Os índios ficariam (ou deveriam ficar, em última análise) subjugados às forças dos governos a que pertencem (LIMA, 1992; CUNHA, 1992; MONTEIRO, 2001; NIEZEN, 2003).

Estas ideias e políticas foram sendo modificadas, ou melhor, ressignificadas no processo de mudanças sociais, especialmente no último século, embora ainda permaneçam congeladas em muitos setores da sociedade por desatualização de informação ou mesmo resistência devido a interesses político-econômicos.

Os movimentos indígenas recentes, ou melhor, no século XX, refletem um fenômeno chamado de ‘encurtamento’ global (‘global shrinking’), associado a diversos aspectos, tais como a mobilidade das pessoas, aumento da transmissão dos meios de comunicação, ideias e doenças (NIEZEN, 2003). De acordo com o Niezen, uma das consequências da globalização é uma revolta contra as forças de uma uniformidade cultural e contra a interferência do Estado na política dos povos indígenas. (idem 2003, p. 2).

As primeiras iniciativas de movimentos indígenas expondo-os como nações e não sujeitos à autoridade dos governos aos quais respondem, foram observadas pelos índios Canadenses e os Maori de Nova Zelândia em meados do século XIX. Entretanto os passos mais relevantes, nos Estados Unidos, sobre o entendimento de nações indígenas ocorre paralelo à elaboração dos direitos humanos pós II Guerra Mundial (NIEZEN, 2003).

As experiências dos povos indígenas para serem reconhecidos como nações ou povos indígenas foram diferentes nos diversos países. Estes povos compartilham ideais comuns, como enfatizado por Niezen (2003, p. 23):

todos participantes compartilham a mesma forma econômica de subsistência, um território ou terra que antecede à chegada dos colonizadores, um sistema espiritual que antecede à chegada dos missionários, e uma língua que expressa tudo o que é importante e distingue um lugar no universo. Mais importante, eles compartilham a destruição e perda destas coisas. Suas marcas culturais ganham uma autoconsciência significativa quanto mais eles são diminuídos pelas forças externas. Eles também compartilham o compromisso de encontrar estabilidade e justiça restaurativa – mesmo que isso signifique usar as próprias ferramentas de alfabetização e de direito que, por outro lado, são responsáveis pela opressão deles.

Apesar dos movimentos indígenas terem avançado em diversos aspectos, se fortalecerem e propiciarem diálogos com diferentes setores da sociedade, a experiência nos mostra que há poucas chances de que as expectativas desses povos sejam integralmente atendidas pelo Estado e organizações internacionais (NIEZEN,

2003). Inclusive porque os pontos de vista políticos muitas vezes diferem, as premissas básicas das partes divergem, a lógica racionalista da sociedade ocidental difere da indígena, a burocracia emperra o desenvolvimento de projetos, entre outros aspectos.

No Brasil, as transformações sócio-político-econômicas e a expansão demográfica influenciaram as políticas de Estado para os povos indígenas. A reconfiguração da noção dos direitos indígenas como direito histórico, sobretudo territorial, estimulou importantes estudos e políticas que buscavam nos documentos coloniais os fundamentos históricos e jurídicos das demandas atuais dos índios ou, pelo menos, dos seus defensores (MONTEIRO, 2001; MELATTI, 2007; MOTA, 2008). Em decorrência desses fatos, etnias que se consideravam desarticuladas ou extintas (miscigenadas) começaram a ressurgir, como os casos dos Potiguara, da Baía da Traição; os Xocó, de Sergipe; os Pataxó, do sul da Bahia, entre outros. É importante lembrar que a organização de uma comunidade em torno de seus antigos costumes e/ou mesmo costumes ressignificados requer necessidade de separação territorial e cultural (MOTA, 2008). As práticas alimentares, artesanais, corporais, de cura, entre outras, até então desativadas nas aldeias, começaram a ressurgir.

Um outro indicador das mudanças sociais e da reconfiguração da noção dos direitos indígenas é o censo demográfico. Em 2000, a população indígena era constituída por 701.462 pessoas, o que mostra um aumento dessa população em relação ao Censo de 1991, o qual apontava uma população de 294.128 pessoas. O processo da recuperação demográfica, entre outros fatores, é causado pelo crescimento vegetativo e a crescente identificação de pessoas e comunidades que não se valorizavam como um grupo étnico específico, tais como o caso das etnias mencionadas acima, o autorreconhecimento e a melhora das fontes de informação sobre esses povos (AZEVEDO, 2008).

Os movimentos políticos no país, especialmente das décadas de 70/80 influenciaram o processo de reconhecimento dos povos indígenas. As mudanças constitucionais foram possíveis, conforme menciona Graziela Sant'Ana (2010: 20), com o "embate/debate do movimento indígena que ecoou no Brasil (e em toda a América Latina) nos idos dos anos 70, momento em que outros movimentos sociais se empenhavam na luta pela redemocratização do país". Na época, os indígenas receberam o apoio de diferentes profissionais como missionários, antropólogos, jornalistas e artistas, todos empenhados em protestar contra a opressão através da luta pelos direitos dos indígenas à saúde, educação, autodeterminação e território. De acordo com a autora, o movimento indígena é

um fenômeno que abarca uma multiplicidade de ações, envolvimento, articulações, objetivos e direcionamentos, locais, nacionais e internacionais, dados, também, pelas especificidades de cada etnia, pelas relações particulares destas com o Estado, com as agências de apoio, pela inser-

ção maior ou menor no contexto da sociedade nacional, entre tantas outras particularidades. Não deve ser pensado como algo uníssono ou linear, mas sim como movimentos repletos de fluxos e refluxos, cujos contextos vivenciados influenciam nos impactos e resultados diferenciados. (SANT'ANA, 2010, p. 20)

Em decorrência das articulações, dos movimentos, das associações, entre outros fatores, a partir da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1998) os indígenas passaram a ser reconhecidos como cidadãos, como pessoa jurídica, conforme reza o Capítulo VIII, em seus artigos 215 e 231: respectivamente, responsabiliza o Estado pela proteção e incentivo de todas as manifestações culturais, e assegura “aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições”; admite, portanto, a pluralidade cultural característica da nação brasileira, atribuindo à União a tarefa de proteger e assegurar a existência dessas etnias e culturas diferentes.

Na **educação**, os indígenas tiveram aprovada a lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional - LDB nº 9.394/96. Na saúde, a Lei 9.836/1999 instituiu, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS (criado e definido por esta lei, e pela lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990), o subsistema de atenção à saúde indígena, que cria regras de atendimento diferenciado e adaptado às peculiaridades sociais e geográficas de cada região, entre outras medidas.²

O associativismo étnico é um dos fenômenos recentes na história das mobilizações e inserções políticas indígenas. Este surgiu nos processos de luta pela redemocratização do país e, mais especificamente, no campo dos embates e alianças com o poder tutelar e a busca por cidadania (SANT'ANA, 2010). Entre outras associações, a autora descreve as práticas corporais – dança, jogos e futebol – como um dos motins da criação de algumas delas, visando salvaguardar e tornar visível a cultura.

JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS

Os Jogos dos Povos Indígenas representam importantes aquisições etnosociopolítico-esportivas no Brasil. Além do mais, são um movimento genuíno, pois não há em outro país evento semelhante a este. Os atores principais são dois líderes indígenas, M. Marcos Terena e Carlos Justino Terena, idealizadores dos Jogos dos Povos Indígenas. A vivência esportiva destes líderes os iluminou na construção desta experiência.

Na década de 80, estes irmãos fizeram parte de um grupo de jovens indígenas que foram estudar em Brasília, com bolsas concedidas pela Funai. Lá formaram um time de futebol denominado União das Nações Indígenas – UNIND (SANT'ANA, 2010, p. 101; e Terena, 2009). A convivência entre eles propiciou

2 <http://www.socioambiental.org/inst/leg/pib.shtm>

reuniões e momentos de reflexão sobre as condições dos parentes, as políticas indigenistas, a estrutura da FUNAI e os movimentos indígenas que já ocorriam no país. Este grupo começou a se fortalecer politicamente, reivindicações ocorreram, o que incomodou o governo. Alguns desses jovens foram 'estimulados' a voltar para as aldeias e outros decidiram ficar no Distrito Federal.

Em abril de 1980, a UNIND lançou oficialmente a Associação, ainda sem uma diretoria definida ou estatuto, mas tinha na figura de Marcos Terena um dos grandes representantes da mobilização e organização do grupo, que contava, na época, com estudantes das etnias Karajá, Bakairi, Xavante, Urubu-Kaapor, Bororo, Terena, Canela e Pataxó. Entretanto, em agosto de 1980 surge uma nova associação denominada União das Nações Indígenas, mas com a sigla UNI, liderada pelo Sr. Domingos Veríssimo Marcos, tio de Marcos Terena (SANT'ANA, p. 103). Houve embates e acordos políticos entre os líderes e as associações. Embora Marcos Terena tenha participado também da UNI, decidiu ficar na UNIND. De 1982 a 1985 deu continuidade às suas ações como movimento e não como associação, especialmente pelo fato de sofrer pressão dos militares e não entrar em competição com a UNI (SANT'ANA, 2010, p. 104). Entretanto, foi somente com a nova Constituição em 1988 (BRASIL, 1998) que as associações indígenas puderam ter o status jurídico para serem representantes legais de seus grupos e não precisarem depender exclusivamente da FUNAI para dar continuidade às muitas de suas atividades e projetos (convênios, financiamentos, contratos).

O Comitê Intertribal de Memória e Ciência Indígena é uma das associações decorrentes dos movimentos sociais, políticos, de direito e vontades dos líderes. Um dos objetivos principais do Comitê é a realização dos Jogos dos Povos Indígenas.

As iniciativas dos irmãos Terena propiciaram a organização do primeiro evento. Transcrevemos trechos da palestra de M. Marcos Terena sobre os Jogos dos Povos relatando o seu início:

(...) Fomos [Carlos e Marcos Terena] falar com o Ministro da Educação e perguntamos 'será que dá para a gente trazer um índio aqui [nos Jogos Escolares Brasileiros - JEBS] para mostrar que ele é um bom arqueiro? Trazer um índio no meio dos estudantes? - perguntou o Ministro. 'Sim, só para mostrar como atira uma flecha sem 'doping', sem anabolizante, deixa a gente atirar uma flecha'. (TERENA, 2003, p. 19-20)

A partir deste momento, eles se reuniram com o Pelé, quando este era Ministro dos Esportes, e realizaram a primeira Olimpíada que congregou 30 povos do Brasil em Anhanguera, Goiânia (1996). E desde então deram continuidade ao movimento, organizando Olimpíadas Indígenas em Marabá - PA (2000),

Campo Grande - MS (2001), Marapani - PA (2002), Palmas - TO (2003), Porto Seguro - BA (2004), Fortaleza - CE (2005), Recife - PE (2007) e Paragominas - PA (2009). Os níveis estaduais e regionais são realizados com outras denominações, tais como: *Festa Nacional do Índio* que a partir de 2009 tornou-se *Festa Nacional da Cultura Indígena* (Bertioga), *Jogos Indígenas* (Pará), *Jogos Interculturais Indígenas* (Campo Novo do Parecis), entre outros. Estes seguem uma mesma linha de pensamento, com maior ou menor enfoque em atividades esportivas ou culturais. Quem determina esse enfoque é a Secretaria promotora, seja ela do Esporte e/ou Cultura.

O lema, '*celebrar e não competir*', e jogar sem *dopping*, sem anabolizantes, sem roubar, respeitar as diferenças, trazer o espírito de guerreiro, de autossuperação, sem desejar vencer a qualquer custo, podem ser observados nos participantes durante as apresentações, nas provas, nos embates e nas lutas (TERENA, 2003; TERENA, 2007).

Os jogos representam uma rede complexa de atores e instituições. Eles são realizações do Comitê Intertribal de Memórias e Ciência Indígena, Ministério do Esporte, e em parcerias com os Governos dos Estados e Prefeituras. Têm apoio dos Ministérios da Justiça, da Educação, da Cultura e da Saúde, FUNAI e FUNASA, contando com suporte financeiro da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, entre outros. Nos jogos há também a participação da mídia, das universidades (através dos pesquisadores) e das ONGs (ROCHA FERREIRA et al., 2006; ROCHA FERREIRA et al. 2008; ROCHA FERREIRA & FASSHEBER, 2009).

O evento é uma representação de conhecimento ancestral e contemporâneo. A escolha do local passa por orientações dos pajés, líderes indígenas e dos parceiros dos governos federal, estadual e/ou municipal. Os cenários dos eventos congregam os seguintes momentos: (a) cerimonial de abertura com uma pajelança; (b) desfile de abertura semelhante à abertura de jogos olímpicos - entrada da tocha, seguida das etnias com roupas típicas; (c) a arena - local dos jogos; (d) tendas de artesanatos; (e) fórum social - com convidados indígenas e não indígenas nacionais e internacionais - que tem por finalidade debater temas, como educação, saúde, ecologia, juventude, comunicações, utilização de energia solar, reflexões sobre os jogos e esportes indígenas, entre outros (ROCHA FERREIRA & FASSHEBER, 2009).

As práticas corporais apresentadas nos eventos representam atividades de (i) sobrevivência no cotidiano das aldeias, como arco, flecha e canoagem utilizados na caça e pesca, (ii) inseridas em rituais como corrida de toras, lutas e (iii) outras, de caráter geral como os jogos *cabo de guerra* e futebol. A diversidade dos povos indígenas pode ser vista nas plumagens, pinturas corporais, artesanatos, danças e jogos. Um locutor transmite os jogos, com algumas intervenções de líderes indígenas a fim de propiciar a interação com o público.

Os eventos denotam prazer, sensibilidade e emoções. Eles congregam construções miméticas. Mimesis é um termo conhecido desde a antiguidade e utilizado em diferentes áreas do conhecimento. O antropólogo Taussig (1993, p. xiii-xiv) o define como a capacidade humana de

criar uma segunda natureza, de copiar, imitar, fazer modelos, explorar diferenças, ceder e tornar-se Outro. A maravilha da mimesis reside na cópia das características e do poder do original, até o ponto em que a representação possa até mesmo assumir a característica e o poder.

A capacidade mimética humana propicia a construção de novas relações sociais. E, portanto, esta capacidade humana de perceber, sentir, transformar em imagens mentais, reinterpretar e ressignificar favoreceu a arte, a música, o jogo, o esporte, entre outros.

Elias e Dunning enfatizam a importância da *mimesis* no lazer³, e contextualizam da seguinte forma:

o termo <mimético> refere-se a este aspecto de um tipo de factos e experiências de lazer. O seu sentido literal é <imitativo> mas já na Antiguidade era usado num sentido mais alargado e figurado. Referia-se a todas as espécies de formas artísticas na sua relação com a <realidade>, quer possuísem um carácter de representação ou não.

Os autores continuam:

desde as tragédias e sinfonias até ao pôquer e à roleta, não significa que se trate de representações de factos da <vida real>, mas antes que as emoções – os sentimentos desencadeados por elas – estão relacionadas com as que se experimentam em situações da <vida real> transpostas apenas e combinadas com uma ‘espécie de prazer’. Social e individualmente, possuem uma função e um efeito diferente sobre as pessoas.

Elias & Dunning (1992, p. 128) enfatizam que,

na mimesis, referente ao lazer, ocorre um aumento de tensão: (...) aquilo que as pessoas procuram nas suas atividades de lazer não é o atenuar de tensões, mas, pelo contrário, um tipo específico de tensão, uma forma de excitação relacionada, com frequência, como notou Santo Agostinho, com o medo, a tristeza e outras emoções que procuraríamos evitar na vida cotidiana.

3 Os autores entendem lazer como o tempo fora das obrigações (spare time) e não necessariamente do trabalho. Na compreensão de mimesis se fundamentam em Aristóteles, o qual “propunha na sua tese que o prazer é um ingrediente necessário ao efeito curativo, catártico, das ocupações de lazer” (in Elias e Dunning, p. 123)

Esta tensão ou excitação podem ser observadas nos jogos indígenas na aldeia e durante os eventos na cidade. Há uma descontinuidade do cotidiano para um tempo mítico, união indivíduo-cosmo, prazer, alegria, tristeza, dor, medo, raiva, momento transformador, passagem de um estado para outro, superação.

Neste sentido, o jogador transcende às necessidades imediatas do cotidiano, passando por uma esfera não-material. Como diz Huizinga (1993):

(...) uma ação livre, que é não-séria e conscientemente existe fora do espírito da vida normal, que pode absorver completamente o jogador, que não tem uma relação direta concernente ao material ou a ganhos, que desenvolve num tempo e espaço definidos e progride ordinariamente de acordo com certas normas, que evoca relações sociais, que prefere estar envolvida por mistérios ou através de ênfases camufladas em si mesmo como sendo diferentes do mundo convencional.

A mesma prática corporal realizada na aldeia é trazida para a cidade e ressignificada com novos sentidos (ROCHA FERREIRA *et. al.* 2008). As atividades apresentadas no evento, não representam a totalidade daquelas realizadas nas aldeias.

Outra característica notável é a oportunidade de intercâmbios. Os participantes têm oportunidades de se encontrar e trocar experiências, negociarem, aprenderem uns com os outros, etc, em diferentes locais, nos alojamentos, nos traslados de um local para outro, no refeitório, no artesanato, nas concentrações, nos rituais, nas pajelanças, na arena e no fórum social.

A pesquisa nos VIII Jogos dos Povos Indígenas em Fortaleza, Ceará (ROCHA FERREIRA, et alii 2006), forneceu um material importante sobre os Jogos. A questão sobre o significado dos Jogos para os líderes e 'atletas indígenas' está transcrita abaixo:

Os jogos integram as etnias. Discussão com os parentes. (Pataxó)

É importante para conhecer outras etnias. (Terena)

Importante para saber das outras etnias e ver que estão pobres, com dificuldade e viver. Divulgar a cultura para branco. Os Paresi perdem a cultura. (Paresi)

Importante para encontrar pessoas e trocar cultura. Nos jogos falamos com os parentes e ficamos com a família. (Wai-Wai)

A gente vem para apresentar a cultura e trocar experiência. (Kaiapó)

Trocar experiência com os parentes. (Karajá)

É importante para saber das outras etnias. (Javaé)

É importante para a aldeia porque tem como trocar experiência.

(Xerente)

Gostamos para trocar experiência e vender artesanato (Rikbaktsa)

A importância dos jogos tradicionais é manter a cultura. Conversam mais sobre suas culturas do que política, pois não entendem muito de política. (Kaiwá)

Para o povo a importância é manter a tradição da etnia e tem muito interesse em conhecer e aprender as “coisas” dos brancos. Aqui é o mais bonito. (Xikrin)

Para o povo a importância é manter a tradição da etnia e tem muito interesse em conhecer outras etnias, parentes, contato com Carlos Terena (Matis)

Melhorar a cultura, deixar viva a tradição, valorização (Gavião Kyikatêje)

Apresentar, cantar e manter a tradição (Kanela)

Mostrar sua cultura, tradição. Experiência boa. Oportunidade de conhecerem as cidades, os povos, vender artesanatos. Bom. Mostrar a cultura (Enawenê-Nawê – coletiva e tradução Fabrício)

Encontro dos irmãos índios, resgate cultural, conhecer, trocar idéias. (Yawalapiti)

Nosso espírito – encontros dos Povos Indígenas. Organização indígena. Conhecemos uns aos outros. Nações indígenas. Gosta de valorizar cultura de nossa nação. (Suruí)

Consegue levar algumas coisas que sabem. Conhecimento das pessoas que não sabem. E passam a conhecer as culturas diferentes, línguas, danças. (Krahô)

Representa a aldeia, divulga e mostra para ao branco que são diferentes. (Paracanã)

Mostrar a cultura para não perder. (Aikewara)

Oportunidade para mostra a cultura indígena, continuar a tradição. (Manoki)

Mostrar sua cultura, tradição. (Nambikwara)

A importância dos Jogos Indígenas é continuar a cultura indígena. Eles têm pouco conhecimento da política e querem saber mais para não ficar na dependência dos brancos, que não respeitam sua vontade e também não querem perder a identidade. (Manoki)

Estes depoimentos refletem a vontade dos indígenas de mostrarem e revitalizarem a cultura, as tradições, os valores; de se tornarem visíveis para uma

sociedade que não os reconhece e que acreditava no desaparecimento de várias etnias; de propiciarem a troca de experiência entre as etnias, a união entre elas; de venderem artesanatos, de aprenderem sobre coisas dos “brancos”, de aprenderem futebol, de mostrarem a diversidade na cidade e de serem respeitados (ROCHA FERREIRA et al, 2006).

Na realização dos jogos, os saberes ancestrais e o conhecimento técnico científico dos poderes público, Ministérios e Secretarias dos Esportes e Cultura e áreas afins do esporte, entrelaçam-se e muitas vezes produzem tensões. Como diz Norbert Elias (1994), as relações sociais são complexas e há sempre tensões imbricadas nelas.

As lógicas das várias entidades envolvidas nos Jogos dos Povos Indígenas são diferentes e muitos dos atores/auxiliares do esporte não indígenas têm formação profissional distante da filosofia e cultura indígenas. O exercício do poder é influenciado pela formação profissional das pessoas. A linguagem do ‘esporte’ como pensamento hegemônico dos diferentes setores da sociedade pode dificultar a compreensão do ‘outro’. O esporte tem uma característica racionalista, com regras pré-estabelecidas e de caráter competitivo. E o ampliar da consciência e um alargamento das tensões requer tempo e experiências compartilhadas.

A gerência dos recursos financeiros e muitos aspectos da infraestrutura dos jogos ficavam sob o controle do Gestor/Governo. Este fato foi causa de embates e discordâncias, no modo de realizar os jogos na prática por muitos anos. Nos *X Jogos em Paragominas – PA* em 2009, pela primeira vez, os Jogos dos Povos Indígenas ficaram sob o controle financeiro, técnico e administrativo do Comitê Intertribal. Foi um ganho histórico, político e técnico para todos - Comitê e Ministério do Esporte, através da Secretaria de Esporte e Lazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Jogos dos Povos Indígenas são construções miméticas, propiciam novas formas dos povos se reunirem e exercerem a alteridade, constroem identidades, perceberem suas diferenças e superarem obstáculos. São espaços que envolvem um grande número de etnias, propiciam trocas de saberes e de encaminhamentos políticos, em caráter regional, nacional e internacional.

Representam momentos de visibilidade e de reconhecimento da diversidade cultural, de fortalecimento do parentesco, da unidade na diversidade. As disputas políticas e técnicas são resolvidas no processo de realização dos Jogos. A cada edição, novidades acontecem e a experiência nas negociações propicia novos acordos.

O evento tem um sentido de aproximação do conhecimento milenar e contemporâneo na presença de diferentes atores, líderes indígenas, atletas indígenas, poder público, representantes profissionais/técnicos e personalidades nacionais e internacionais de diferentes setores da sociedade (dependendo da

temática) e universidade. A utopia “o importante é celebrar e não competir” vem se tornando realidade.

O Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena (ITC), representado pelos irmãos Terena, dá sentido aos jogos e luta pela continuidade do lema “o importante é celebrar e não competir”. O Ministério do Esporte, nos últimos anos, através da Secretaria de Esporte e Lazer, avançou nas negociações com o Comitê e passou a gestão e controle dos Jogos para esta entidade, como reconhecimento de alteridade e identidade indígena no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, M. M. Diagnóstico da População Indígena no Brasil. *Revista Ciência e Cultura*. Ano 60, n. 4, out./dez., 2008, p. 19-22.

BRASIL 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*.

CUNHA, M.C. Política indigenista no século XIX. In M. Carneiro da Cunha (org), *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 133-154.

ELIAS, N. *The society of individuals*. New York: Continuum, 2001. Em português - *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, N. e DUNNING, E. *A busca da excitação. Memória e Sociedade*. Lisboa: DIFEL, 1992.

HERNÁNDEZ VÁZQUEZ, M.; VICENTE, D.R.; ROCHA FERREIRA, M.B.; CAMARGO, V.R.T.; PAOLIS, F.; TOJAL, R. *Juegos Interculturales Indígenas / Jogos Interculturais Indígenas* (bilíngüe). Madrid: Reprografía Doppel S.L., 2008. Disponível em: www.museodeljuego.org/_xmedia/contenidos/0000000048/docu7.pdf.

HUIZINGA, J. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.

LIMA, A.C.S. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In M. Carneiro da Cunha (org), *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 155-172.

MELATTI, J.C. *Índios do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2007

MONTEIRO, J. M. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese de Livre-Docência, IFCH-Unicamp, 2001, 233p.

- MOTA, C.N. Ser indígena no Brasil contemporâneo: novos rumos para um velho dilema. *Revista Ciência e Cultura*. Ano 60, n. 4, out./dez., 2008, p. 22-24.
- NIEZEN, R. *The origins of indigenism. Human rights and the politics of identity*. University of California Press. Berkeley, 2003.
- ROCHA FERREIRA, M.B., FIGUEIRA JR., ÁLVARES, L.D. *Relatório dos Jogos Indígenas*. Apresentado ao Ministério do Esporte e Comitê Intertribal - Memória e Ciência Indígena, 2006.
- ROCHA FERREIRA, M.B., HERNÁNDEZ V., M.; CAMARGO, V.R.T.; VON SIMSON, O.R. Jogos indígenas, realizações urbanas e construções miméticas. *Ciência e Cultura - Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*. Temas e Tendências. Cultura Indígena. Ano 60, n. 4, 2008.
- ROCHA FERREIRA, M.B & FASSHEBER, J.R. Juegos indígenas: figuraciones y mimesis en Norbet Elias. In Carina V. Kaplan Y Victoria Orce. (Org.). Poder, prácticas sociales y proceso civilizador. *Los usos de Norbert Elias*. Buenos Aires: Noveduc, 2009, v. 1
- SANT'ANA, G.R. *História, espaços, ações e símbolos das associações indígenas Terena*. Campinas: IFCH - Unicamp, 2010. Tese de doutorado.
- TAUSSIG, M. *Mimesis and alterity: a particular history of the senses*. New York/London: Routledge, 1993.
- TERENA, C.J. O importante não é ganhar, mas celebrar. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, julho 2007, p. 31. Acesso net em 09/09/2009. <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&cid=735>
- TERENA, C.J. Entrevista concedida à Diana Vicente Ruiz, LABJOR/ UNICAMP em 31/08/2009.
- TERENA, M. O Esporte como resgate de Identidade e Cultura. In Rocha Ferreira, M. B. et al. *Cultura Corporal Indígena*. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2003, p 15-24.

MEMÓRIA, CELEBRAÇÃO ÉTNICA E IDENTIDADE: OS JOGOS INDÍGENAS COMO UM CAMINHO PARA O EMPODERAMENTO

Olga Rodrigues de Moraes von Simson¹

Pesquisadora do Centro de Memória da UNICAMP

Memória é a capacidade humana de reter fatos e experiências do passado e retransmiti-los às novas gerações. Esse registro se faz através de diferentes suportes: voz, imagem, textos literários (poesia, biografias), filmes, obras pictóricas, **MAS TAMBÉM ATRAVÉS DE CELEBRAÇÕES.**

Existe uma **Memória Individual** que é aquela guardada por um indivíduo e se refere às suas próprias vivências e experiências, mas guarda também aspectos da **memória do grupo social** a que este **indivíduo** pertence e onde ele **foi socializado.**

Isso acontece porque é pelo **processo de socialização**, realizado por instituições sociais como a família, a igreja, a escola, o partido político, os movimentos sociais e pelas grandes celebrações, que constituem as **bases** para a formação da nossa **memória individual.**

Existe também a **Memória Coletiva** que é aquela formada pelos fatos e aspectos julgados relevantes pelos grupos dominantes de uma determinada sociedade e que nos é transmitida como a **memória oficial** desta mesma sociedade.

Essa memória oficial fica gravada no que chamamos de **lugares da memória** que são memoriais, monumentos, quadros famosos, obras literárias, músicas e **CELEBRAÇÕES** que expressam a **versão sobre o passado** que o grupo dominante deseja ver veiculada e difundida.

Por outro lado existem as **memórias subterrâneas ou marginais**, que correspondem às **versões do passado** construídas pelos **grupos dominados.** Elas não estão **monumentalizadas** e só se expressam, de maneira indireta, de forma metafórica ou ritualizada em festividades familiares ou de pequenos grupos, ou ainda,

1 Professora Colaboradora do DECISE – Departamento de Ciências Sociais na Educação – FE/UNICAMP.

mais diretamente, quando emergem conflitos sociais. Uma maneira de reconhecer e de registrar essas memórias subterrâneas é possibilitada pelas pesquisas com o método da **História Oral**, uma metodologia de pesquisa que nos permite buscar na oralidade a base para a reconstrução dessas memórias dominadas.

Todas essas considerações se aplicam à nossa sociedade, 'branca', capitalista, cristã, ocidental, cujos membros são referidos (em inglês) pela abreviatura **WASP** (white, anglo-saxon, protestant). Entre nós, brasileiros da sociedade capitalista urbano-industrial, poderíamos criar uma sigla semelhante, expressa na abreviatura **BRABC** (brasileiro branco cristão). Assim como os *wasps* não representam, de forma alguma, a maioria dos habitantes da América do Norte, mas detém certamente o poder político e econômico naquela sociedade, também os *brabcs* seriam uma minoria neste país tropical, formado pela miscigenação dos três grupos étnicos constituidores da nossa nacionalidade: europeus, afro-descendentes e indígenas. Mas também entre nós o poder político e econômico não está em mãos dos representantes das etnias de cor.

Os nossos compatriotas de origem afro-brasileira vêm realizando um importante trabalho de reconstrução e perpetuação da sua memória ancestral, através de numerosos grupos organizados em pontos de cultura em várias regiões do nosso país. Em décadas mais recentes foram criados no Norte, Nordeste e Centro-Oeste memoriais voltados para a perpetuação da trajetória secular de luta e resistência afro-brasileira, reafirmando a importância da contribuição cultural dessas etnias na constituição da brasilidade.

Observamos, entretanto, que a batalha das comunidades indígenas em busca da reconstrução de sua própria trajetória histórica (que em nosso país é ainda mais longa do que a saga africana), com o objetivo de reconstruir e valorizar sua identidade étnica e cultural, ainda está apenas começando.

Nesse sentido a importância da pesquisa que ora relatamos é indiscutível e constitui uma oportunidade excepcional de – através de uma parceria entre a universidade e as entidades representativas dos povos indígenas – possibilitar o registro e a análise de um movimento ímpar de reconstrução histórico-identitária, cuja forma é original e inovadora, ao se expressar através de celebrações esportivas e lúdicas. Tais festividades, reunindo numerosas etnias indígenas, foram regularmente realizadas nos últimos dez anos em espaços apropriados e especialmente preparados para receber os assim denominados **JOGOS INDÍGENAS**.

A originalidade dessa reconstrução histórico-identitária indígena possui uma característica que deve ser salientada: se faz de maneira pacífica, alegre e envolvente, ao utilizar a estratégia da celebração esportivo-cultural para difundir suas prodigiosas riquezas culturais, sendo também capaz de cativar o público e difundir, de maneira prazerosa, sua visão de mundo, seu orgulho étnico, além dos objetivos de suas lutas afirmativas.

A essa capacidade de lutar por seus objetivos, sem se valer de qualquer

agressividade, mas sim criando ocasiões de fruição e de prazer chamamos, em trabalho anterior, de **resistência inteligente**. Ao pesquisar a trajetória da cultura afro-brasileira na região sudeste do nosso país, notamos que ela se utilizou a princípio das luxuosas e ritualizadas procissões coloniais dos séculos XVIII e XIX, valendo-se, posteriormente, da riqueza visual e musical dos festejos carnavalescos para construir, com maestria, uma trajetória bem sucedida de luta e afirmação étnica, em uma sociedade branca e discriminadora como a nossa.

No projeto de pesquisa, cujos resultados finais agora relatamos e que teve como objetivo reconstruir, registrar e avaliar a riqueza da memória de mais de uma década de jogos indígenas, a oralidade foi importante, mas também a visibilidade esteve presente, com toda a sua capacidade de captação da pluralidade das manifestações e salientando as particularidades das numerosas celebrações que pretendíamos conhecer e registrar.

Na verdade foi a **especificidade da cultura indígena**, que se manifesta preferencialmente através da força dos vários e múltiplos sons e da beleza das ricas imagens, fator constituinte e indispensável nas celebrações dos nossos silvícolas, o que acabou determinando quais seriam as estratégias metodológicas a serem utilizadas pela equipe de investigadores.

Com a preocupação de divulgar os resultados da pesquisa não só no espaço das instituições científicas e universitárias, mas também entre a sociedade mais ampla, buscamos maneiras mais acessíveis e eficazes de transmitir as conclusões da investigação para um público não acadêmico. Sendo assim, novamente a oralidade e a visibilidade se mostraram caminhos privilegiados para obter os melhores resultados. A equipe optou, então, pela realização de vídeos que discutissem o fenômeno dos jogos indígenas e pela montagem de um site que apresentasse textos, imagens fixas e imagens em movimento resultantes do trabalho investigativo.

Porém, dentro de uma posição teórico-metodológica que afirma ser tarefa indispensável de todo projeto de pesquisa, realizado por investigadores socialmente conscientes e participantes, a devolução dos resultados de forma transparente, em linguagem acessível e captável pelos membros do grupo pesquisado, esta foi certamente uma atitude promotora de **processos de empoderamento**, voltados para tais grupos.

Por *empoderamento* compreendemos um “processo de emancipação individual, mas também de aquisição de uma consciência coletiva da dependência social e da dominação política”.

Essa atitude busca contribuir com os parceiros de pesquisa, para que pudessem incorporar de maneira rápida e eficiente o conhecimento produzido pelos pesquisadores e assim crescer na busca de melhores condições para engendrar suas lutas socioculturais e políticas.

Assim, o fato de termos como parceiros de pesquisa os grupos indígenas, que são, em sua maioria, ágrafos, constituiu uma das razões mais fortes que nos

levou a optar pelas metodologias que utilizam o som e a imagem. Estávamos conscientes de que elas nos permitiriam a elaboração de materiais de devolução adequados, na forma de vídeos, sites na internet, e exposições fotográficas, todos permitindo uma compreensão muito mais efetiva dos resultados finais, do que a tradicional forma livresca de apresentação das conclusões de pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVISI, L. (2008). *Memória, Resistência e Empoderamento. A constituição do Memorial Padre Carlos de Poços de Caldas/MG*. Campinas, FE/UNICAMP (tese de doutorado).
- DAVIS, K. (2003). Biografia como metodologia crítica. In *Historia, Antropología y Fuentes Orales. Memoria Rerum*, nº 30, 3ª. época, Barcelona, p.133-160.
- FRISCH, M (1990). *A Shared Authority – essays on the Craft and Meaning of Oral and Public History*. Albany: State University of New York.
- _____ (2008). Towards a Post-Documentary Sensibility: the Democratic Uses of a Broadened Conception of Method and Practice in Oral History. *Seminário Sharing Authority. Building Community Alliance Through Oral History, Digital Story-Telling and Collaboration*. Montreal: University of Concordia (mimeo)
- HALBAWCHS, Maurice. *A memória coletiva*. S.Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1990.
- NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984. (La République, v. I)
- PERKS, R. & THOMSON, A. (org) (2006). *The Oral History Reader*. (2a. ed). London/New York: Routledge.
- PORTELLI, A. (1997). Forma e Significado na História Oral – A pesquisa como um experimento de igualdade. *Revista Projeto História*. S.Paulo: PUC/SP, n. 15, abr., p. 13-19.
- VILANOVA, M. (2003). Rememoración en la Historia. In *Historia, antropología y fuentes orales. Memoria Rerum*, n. 30, 3ª época. Barcelona, p. 23-40.
- VON SIMSON, Olga R. de Moraes (2000). Construindo a história recente de Jarinu através da memória compartilhada. In Margareth B. Park (org.), *Memória em Movimento na Formação de*

Professores: prosas e histórias. Campinas: Mercado de Letras, p. 9-12.

(2003). Memória e Identidade Socio-Cultural: reflexões sobre pesquisa, ética e compromisso. In Margareth B. Park (org), *Formação de Educadores: memória, patrimônio e meio-ambiente*. Campinas: Mercado de Letras, p. 85-105.

VON SIMSON, Olga R. de Moraes (org) (1997). *Os desafios contemporâneos da História Oral*. Campinas: Centro de Memória da Unicamp.

MEDIATIZAÇÃO DA CULTURA
E A INTERFACE COM A HISTÓRIA:
A DIVULGAÇÃO E CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO

Vera Regina Toledo Camargo¹

Pesquisadora Labjor/ UNICAMP

*Para assegurar sua coesão,
as sociedades dotadas de memória
valem-se da história;
as sociedades sem memória,
da comunicação.*

(Lucien Sfez, 1994)

“Mediatização” é o termo utilizado por Muniz Sodré (2001) para caracterizar a vinculação das instituições com os meios de comunicação, e o estabelecimento da produção de bens simbólicos ou culturais. Neste sentido, o que se compreende por bens e consumo culturais passa necessariamente através das ações dos meios de comunicação. Um filme, um livro, uma fotografia ou uma obra de arte assumem o papel de produto cultural. Bourdieu (2005) menciona dois enfoques importantes acerca dos bens simbólicos: são caracterizados ao mesmo tempo como *significações e mercadorias*. No entanto, a valoração destes bens, seja especificamente cultural ou econômica coexiste independentemente uma da outra.

Autores importantes já abordaram conceitualmente os bens culturais e as formas de consumo, assim como a necessidade de posse, como Benjamin, Baudelaire e Bourdieu. Nesse panorama de culturalização é muito importante compreender as relações, as ideologias e os poderes que estão presentes nestas estruturas. Proporcionar uma democratização do acesso à cultura e aos bens culturais através da mídia é o nosso postulado.

1 Doutora em Comunicação com Pós-Doutorado em Mídias.

A produção cultural a que nos reportamos apoia a iniciativa de que os próprios atores do processo cultural possam criar, dar vozes e registrar suas atividades culturais em detrimento da cultura massificada, dominante, ou da interferência de outras culturas, na divulgação do seu conhecimento e ainda ao criar todo o suporte para que tenham também um canal para divulgação.

Para Mendez (2002), o jornalismo deveria ir além da sua forma de produção do conhecimento, construindo-se diariamente como se todos os dias o jornalista assentasse um tijolo sobre o conhecimento que a humanidade tem acesso através dos meios de comunicação. Ao jornalismo não cabe construir toda a história, mas colaborar para que todos possam conhecer, entender e ser críticos acerca dos fatos históricos.

Na entrevista publicada pelo *Atrator Estranho*², Nicolau Sevcenko compara a atuação profissional do jornalista com a do historiador. O jornalista, segundo ele, deveria utilizar-se dos argumentos da história para relatar os acontecimentos, tendo os meios de comunicação como o lugar das múltiplas histórias, e à atuação do historiador caberia acompanhar, refletir e interpretar os passos da humanidade. Esse paralelo também se distancia quando o historiador deve cumprir o rigor historiográfico e o jornalista seguir as regras e técnicas específicas para a construção do texto jornalístico. Reforçando a tese de Sevcenko, o jornalista constrói a história do cotidiano, a vida diária das pessoas, e traz as informações sobre os acontecimentos presentes, enquanto o historiador salvaguarda as ações do passado.

Comunicação e História estão muito próximas. A utilização dos suportes midiáticos pelos sociólogos, como objetos de análise, já os levou a escrever grandes páginas na nossa história, tendo artigos, anúncios de jornais, fotografias e outros como fontes de informação. O foco destas pesquisas tinha como objetivo reconstruir um cenário histórico do qual não restavam outros registros. José Marques de Melo em *Estudos de Jornalismo Comparado* (1972), e em especial no capítulo *A Imprensa como objeto de estudo científico no Brasil: Contribuições de Gilberto Freyre e Luiz Beltrão*, revela o quanto os jornais colaboraram para a (re)construção de vários períodos da nossa história. A trajetória de Gilberto Freyre apresenta sempre o seu envolvimento com o campo da comunicação.

Contemporaneamente percebemos que a notícia presente nos meios de comunicação está relacionada a um fato, um relato e também ao público alvo, mas o ponto central é que a notícia deveria ser interessante para um grande número de pessoas. Portanto, o jornalismo deve estar sempre em busca do novo, de um novo saber e, portanto, de um novo conhecimento sobre a sociedade em que em que vivemos.

2 A revista *Atrator Estranho* é uma publicação do Centro de Estudos e Pesquisas em Novas Tecnologias, Comunicação e Cultura da ECA/USP.

Com esse cenário traçado entre a cultura e história, focaremos o ato de comunicar e a divulgação do conhecimento. Se entendermos a comunicação como um processo de inter-relações, aproximando pessoas e conhecimentos, podemos compreender seu papel e a importância para a sociedade como um instrumento para o desenvolvimento social.

Ramírez y Moral (1999) afirmam que os próprios meios são, em si mesmos, elementos culturais já que são transmissores de conhecimentos, construindo valores culturais e possibilitando uma difusão de informações, e a associação com a área da antropologia amplia mais esse entendimento, pois um grande acervo imagético não será somente tratado no aspecto da imagem, mas também com a possibilidade de salvar uma cultura.

Resgatando a parceria entre a Comunicação e a Antropologia, em 1895 o doutor **Felix-Louis Regnault**, da Sociedade de Antropologia de Paris, foi um marco muito importante, pois ele registrou, através da fotografia, cenas de uma mulher africana, com o objetivo de estudá-la, inaugurando com sua ação o que receberia o nome de **Antropologia Filmica**, preconizando a utilização dos meios de comunicação em antropologia. Desta forma, os meios de comunicação se convertem em um objeto de estudo, porque neles podemos perceber o homem pelo prisma midiático, em suas ações, atitudes e, mesmo, em suas atividades. Também encontramos na mesma corrente teórica **Claudine de France**, antropóloga, cineasta e professora da Universidade de Paris, que utilizou a fotografia em seus estudos.

Andréa Tonacci, produtora do InterPovos de São Paulo e da Veneta Vídeo, do Rio de Janeiro, também entrou para a história como a pioneira no Brasil a dedicar-se a realizar documentários nas aldeias indígenas. A Veneta Vídeo trabalhou com os Kayapó e com os Ticuna do Rio Solimões. Colocou em prática, entre os índios, os conhecimentos e técnicas assim como a utilização dos equipamentos.

Infelizmente estas iniciativas tiveram um tempo curto devido aos altos custos e à falta de uma rede de distribuição, que não existia na época.

Em 1986, **Vincent Carelli**, fotógrafo do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), e com participação da antropóloga **Dominique T. Gallois**, fundou uma organização sem fins lucrativos em que desejava ampliar suas experiências, e introduziu o uso do vídeo entre os Nambiquara de Mato Grosso e o povo Gavião, do Pará. Registraram um ritual de iniciação feminina com os Nambiquara. Fato interessante foi quando realizaram uma segunda festa da puberdade, especialmente para ser registrada pela câmera.

O audiovisual é importante nestes contextos porque costumes tradicionais abandonados depois do contato com a civilização - como a perfuração de narizes, lábios e danças - foram esquecidos, e através do registro, reaparecem no

vídeo intitulado “A festa da moça” (1987).

Destas experiências nasce o projeto *Vídeo nas Aldeias*, em 1987, com o objetivo de, através de cursos formadores, capacitar os indígenas para operar câmeras digitais e também priorizar a participação no processo de roteiro, edição e produção. Esta parceria e os produtos audiovisuais por ela gerados ganharam muitos prêmios importantes.

Em 2005, com a necessidade de documentar as investigações antropológicas e a possibilidade de utilizar a linguagem audiovisual para as ações do grupo de investigadores, documentando e resgatando a comunicação intercultural, nasce a parceria entre a pesquisadora da Faculdade de Educação Física, Profa. Dra. Maria Beatriz Rocha Ferreira, e o Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo, Labjor, ambos da Unicamp, com o Grupo de Investigação em Técnicas Aplicadas à Atividade Física e o Esporte, da Universidade Politécnica de Madri, Espanha, com o Prof. Dr. Manuel Hernández Vázquez. Vários projetos foram desenvolvidos e, com a entrada da Professora Dra. Olga de Moraes von Simson, do Centro de Memória da Unicamp, houve uma grande aproximação com a questão da memória e a oralidade, acrescentando instrumentos importantes para a análise da trajetória dos Jogos Indígenas.

Realizadas estas relações iniciais entre comunicação, cultura, história e antropologia, quero registrar a construção, trajetória e implementação dos canais e suportes midiáticos que auxiliaram no contexto do projeto. Foram pensados para que pudessem servir ao mesmo tempo como um banco de dados e ser um acervo catalogado sobre os jogos, que também proporcionasse a visibilidade do projeto, possibilitando a aproximação entre a comunidade externa e o acervo científico e cultural sobre os povos indígenas.

Iniciamos com a construção coletiva do site do projeto que está hospedado na página: www.labjor.unicamp.br/indio. Este proporcionou ao mesmo tempo o registro e as ações do projeto e tornou-se referência para as questões dos jogos dos povos indígenas, sendo que através do acervo de seu banco de dados enfatizamos: os grupos de pesquisa, a bibliografia e pesquisas na área, os aspectos históricos e conceituais sobre os jogos e a riqueza do material audiovisual. O site possui uma linguagem clara e objetiva, voltado para a divulgação científica, aproximando os pesquisadores, seu objeto de pesquisa e a sociedade.

Outra inquietação do grupo de pesquisadores foi em relação ao acervo das fotografias, entrevistas e vídeos realizados sobre a construção das edições dos jogos. Também foi objetivo do projeto compreender como a mídia pautou os jogos e a construção das notícias. Construímos então um banco de imagens com aproximadamente cinco mil fotografias. Estão inseridas em um banco de dados na web e podem ser visitadas e consultadas a partir de palavras-chave, sendo necessário ter uma senha para entrar no sistema.

Para a inserção destas fotos, elas foram catalogadas a partir da metodologia desenvolvida pela Profa. Dra. Olga von Simson, de modo que as fotografias vão contando, através das imagens, a trajetória dos Jogos dos Povos Indígenas. Cada foto teve um tratamento e uma descrição. Em relação às entrevistas realizadas com os atores (pesquisadores, lideranças, indígenas etc.), depois de transcritas também foram disponibilizadas no banco de dados. Os jornais também tiveram o mesmo procedimento metodológico, cada matéria jornalística foi digitalizada e inserida em uma categoria.

A parceria interdisciplinar realizada com instituições através do projeto, o envolvimento dos pesquisadores, bolsistas e alunos proporcionou compreender melhor a trajetória dos Jogos Indígenas e trouxe para o cenário nacional a importância e lugar de destaque que os Jogos dos Povos Indígenas devem merecer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CABRAL, Muniz Sodré de A. *Reiventando a cultura: A comunicação e seus produtos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- MARQUES DE MELO, José. A imprensa como objeto de estudo científico no Brasil: Contribuições de Gilberto Freyre e Luiz Beltrão. In *Estudos de Jornalismo Comparado*. São Paulo: Pioneira, 1972.
- MIRANDA, Luciano. *Pierre Bourdieu e o campo da comunicação: por uma teoria da comunicação praxiológica*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.
- RAMÍREZ, Francisco E.; MORAL, Javier Fernandez do. *Área de Especialización Periodística*. Madrid: Editorial Fragua, 1999.
- SEVCENKO, Nicolau. Fim da História. *Atrator Estranho*, nº 19. S. Paulo: Escola de Comunicação e Artes da USP, janeiro de 1996.
- SFEZ, Lucien. *Crítica da comunicação*. São Paulo: Loyola, 1994.

PARTE II
OS REGISTROS DO EVENTO

JOGOS ESCOLARES BRASILEIROS E JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS

Deoclecio Rocco Gruppi ¹

Departamento de Educação Física - UNICENTRO

INTRODUÇÃO

A história da participação dos indígenas nos Jogos Escolares Brasileiros (JEBs) em 1985 representa mais um fato para a realização de um desejo de dois líderes indígenas, Carlos Terena² e Marcos Terena³, a saber: o de reunir comunidades indígenas para uma grande celebração, e embora esse desejo se revele no final dos anos 70 conforme a declaração dos Irmãos Terena, somente teve início em 1996.

Os atores e líderes Terena, dentro do processo de construção dos Jogos dos Povos Indígenas, falam sobre a participação nos JEBs. Os líderes estiveram com o Ministro da Educação em 1985 para perguntar: “Ministro, será que não dá pra gente trazer um índio aqui para mostrar que ele é um bom arqueiro?” (TERENA, 2001, p. 37). Nessa fala, Marcos Terena aponta a possibilidade de se apresentar *o que é ser índio*, suas ações e, particularmente, suas tradições no que diz respeito ao manejo do arco e flecha.

Algo relevante às aspirações dos irmãos Terena, a transformação de uma crença em realidade, concretiza-se: a presença indígena por meio dos I Jogos dos Povos Indígenas nos quais puderam mostrar sua cultura, seus rituais, suas crenças, danças, práticas corporais, enfim um movimento com repercussão e reconhecimento nacional no qual novas configurações começam a ser estabelecidas,

-
- 1 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP.
 - 2 Líder Carlos Justino Terena – Comitê Intertribal – Memória e Ciência Indígena.
 - 3 Líder M. Marcos Terena – Articulador dos Direitos Indígenas. Mentor dos Jogos dos Povos Indígenas e Fundador do 1º. Movimento Indígena Brasileiro, a União das Nações Indígenas, e Professor da Cátedra Indígena Itinerante – CII.

seja dentro da aldeia ou nas cidades onde se realizam os Jogos.

O uso do conceito de desenvolvimento social, que se orienta pelos fatos aqui apresentados, leva em conta o processo pelo qual discorre este artigo. As mudanças estão estruturadas em direções opostas.

Este artigo tem como objetivo apresentar a trajetória e a história dos Jogos Escolares Brasileiros, e dos Jogos dos Povos Indígenas. O estudo aponta, por meio da revisão bibliográfica, como se deu ao longo da história a participação de representantes indígenas nos JEBs, bem como os significados e princípios dos Jogos dos Povos Indígenas e dos JEBs de modo processual.

JOGOS ESCOLARES BRASILEIROS (JEBs)

Os JEBs nasceram em 1969, em Niterói-RJ. Com o decorrer do tempo sofreram modificações relevantes para seu desenvolvimento, como por exemplo, no que diz respeito às questões políticas em nível nacional, como afirmam Borges e Buonicore (2007, p. 16): “os Jogos perpassam governos e políticas desde Getúlio Vargas, passando pelos anos JK⁴, pela ditadura militar, pela democratização, pelo *impeachment* de Collor⁵, pelos anos FHC⁶ e chegando até o governo Lula⁷”.

Esses Jogos iniciam-se num contexto das transformações do Esporte Moderno, que objetivam o alto rendimento. A implantação das competições ligadas ao sistema educacional no Brasil foi influenciada num contexto no qual se buscam resultados esportivos de alto rendimento no interior da Escola, fazendo com que a Escola reproduza esse Esporte. Segundo Borges e Buonicore (2007, p. 21): “Também não há dúvida de que esse despertar para o esporte de rendimento no país está relacionado ao contexto internacional do esporte”.

Um novo olhar se deu a partir da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, pois as atividades esportivas foram consideradas como atividades formais e não formais, possibilitando uma maior agregação de pessoas praticantes de atividades esportivas, e não apenas como era antes, a perspectiva de agregar somente atividades de alto rendimento, o que exclui uma grande parcela da população.

O então denominado *esporte educação* marca uma nova dimensão social do esporte no contexto brasileiro, abrindo desse modo, novas perspectivas para a prática dessas atividades. Embora houvesse essa perspectiva da nova dimensão social do esporte, os JEBs tiveram variáveis de referencial (BORGES E BUO-

4 Juscelino Kubitschek de Oliveira, médico, militar e presidente do Brasil de 31 de janeiro de 1956 a 31 de janeiro de 1961.

5 Fernando Affonso Collor de Mello, político, jornalista, empresário presidente do Brasil de 15 de março de 1990 até 29 de dezembro de 1992.

6 Fernando Henrique Cardoso é sociólogo e cientista político, foi presidente do Brasil por duas vezes consecutivas, de 1º de janeiro de 1995 a 1º de janeiro de 2003.

7 Luiz Inácio Lula da Silva é político, ex-sindicalista, foi presidente do Brasil por duas vezes consecutivas, de 1º de janeiro de 2003 a 1º de janeiro de 2011.

NICORE, 2007, p. 29).

Ao longo dos anos de edição, de 1969 a 1994, foram denominados *Jogos Escolares Brasileiros* e, a partir de 1995, o Governo Federal de Fernando Henrique Cardoso passou a denominá-los *Jogos da Juventude*. Sobre os Jogos da Juventude, Ferreira (2005, p. 20.4) afirma “que eram disputados por seleções estaduais ao passo que os JEBs reuniam colégios em suas competições, representando os Estados em cada modalidade” com a perspectiva visivelmente competitiva, na qual permaneceram até o ano de 1999.

A partir do ano de 2000 passou a denominar-se *Olimpíada Colegial*, e Ferreira (2005, p. 20.4) elucida: “com propósitos diferentes dos Jogos da Juventude, este evento dispôs o seu foco na escola. A intenção explícita era de criar oportunidades de participação para alunos que não faziam parte das seleções de seus estados”. Desde então, a participação nestes Jogos foi baseada nos princípios socioeducativos, pelos quais foram privilegiados os esportes mais praticados nas escolas do país.

Para Ferreira (2005, p. 20.3) os Jogos Escolares Brasileiros:

são peculiares quando não são locais – ou seja, municipais ou intermunicipais – por assumirem proporções de megaeventos ao estilo de competições internacionais, e por representarem municípios e cidades... Outro aspecto redefinido por esses jogos foi a integração da juventude por meio do esporte.

No decorrer de sua história o envolvimento sempre crescente do número de atletas e estudantes, melhoria técnica dos esportes olímpicos, o aparecimento de uma mentalidade entre a classe estudantil com relação à atividade física, a reciclagem de professores e técnicos, foram pontos principais propostos pelos Jogos Estudantis Brasileiros.

Sobre os princípios dos JEBs, Borges e Buonicore (2007, p.60), afirmam:

os JEBs a partir de 1985 tiveram os seguintes princípios: a) Nova identidade para o esporte escolar, diferenciando-o do esporte de rendimento; b) Redimensionamento da organização e do funcionamento dos Jogos; c) Interiorização dos Jogos e maior envolvimento das escolas da periferia; d) Repúdio à utilização de resultados esportivos nas avaliações de escolas e alunos.



OLIMPÍADAS ESCOLARES

Pode-se notar que a partir de 1985 os JEBs começam a diferenciar-se quanto a sua organização e princípios culminando com a Constituição de 1988, a qual se refere ao *esporte educação*.

Os povos indígenas ou nações indígenas começam a ser citados nos boletins dos Jogos a partir de 1987 na cidade de Campo Grande-MS, ano em que no Fórum de Debates apareceram questões referentes à compreensão sobre os JEBs. Os posicionamentos quanto ao *esporte participação*, *esporte performance* e *esporte de rendimento*, contudo, foram um momento de reflexão sobre sua finalidade (BORGES E BUONICORE, 2007, p.63).

Contudo, a participação dos povos indígenas nos JEBs pôde ser um início da experiência de diferentes vivências, de novas configurações nas relações do indivíduo e a sociedade para que possam se aprofundar em questões políticas e sociais, bem como no que diz respeito à definição do caráter do evento.

Como afirma Elias (1994 p.27): “Uma das condições fundamentais para a existência humana é a presença simultânea de diversas pessoas inter-relacionadas”, o que possibilita a troca de experiências e o processo de envolvimento em diferentes circunstâncias na sociedade.

JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS

A definição dos Jogos dos Povos Indígenas, a partir do conceito acadêmico, é apresentada por Rocha Ferreira *et al.* (2005, p. 1.33) como “atividades corporais, pelas quais permeiam os mitos e valores culturais” e ainda, que “são jogados em rituais, para agradar a um ser sobrenatural e/ou para obter fertilidade, chuva, alimentos, saúde, condicionamento físico, sucesso na guerra, entre outros”.

Esses jogos tradicionais “visam, também, à preparação do jovem para a vida adulta, a socialização, a cooperação e/ou a formação de guerreiros”. Os autores completam com a afirmação de que não há ganhadores ou perdedores e que não há limite de idade para participação; e complementam: “a participação está carregada de significados e promove experiências que são incorporadas pelo grupo e pelo indivíduo” (idem, p. 1.33).

Rocha Ferreira et al. (2008, p. 47) afirmam: “Os Jogos indígenas na cidade representam novas formas de celebrar, de jogar, de transpor obstáculos, de superar sem a competitividade intensa que muitas vezes observamos no esporte”. Os autores afirmam ainda: “Os eventos dos jogos indígenas são realizações urbanas. Um campo onde se congregam diferentes conhecimentos e significados socioculturais ancestrais e contemporâneos” (idem, p. 47).



Os Jogos dos Povos Indígenas são ações idealizadas pelos líderes nacionais, os irmãos Marcos e Carlos Terena em parceria com o Ministério do Esporte. Os eventos objetivam a prática dos jogos e a divulgação das manifestações esportivas e culturais de cada etnia. No início os objetivos não eram tão claros; Carlos Terena não imaginou o impacto dos Jogos.

O reconhecimento dos Jogos está presente no Artigo 217 da Constituição Brasileira de 1988, a qual afirma ser dever do Estado proteger, resgatar, registrar e divulgar as manifestações culturais de caráter esportivo que se vinculem às nossas raízes etno-históricas.

O líder Carlos Terena, em entrevista, apresenta o processo pelo qual passou para se chegar ao que se denomina Jogos dos Povos Indígenas. Na percepção de Carlos as experiências na juventude e o espírito de liderança foram bases para o desenrolar das ações posteriores:

Tudo começou em 19 de abril de 1979, Dia do Índio, quando foi organizada uma seleção de futebol indígena, formada pelas tribos dos Karajá, Terena, Bakairi, Xavante e Tuxá, para partida amistosa contra a então equipe do CEUB. Daí nasceria uma equipe de futebol de campo e salão, dos estudantes indígenas, com o nome de KURUMIM. Ela já se apresentou em vários estados brasileiros, inclusive atuando por duas vezes no Maracanã, no Rio de Janeiro. (TERENA, 2001 p.37).

O relato nos apresenta o momento das experiências na juventude com a organização da equipe de futebol formada por integrantes de diferentes etnias, estudantes que se apresentaram em diferentes estados brasileiros, bem como a atuação por duas vezes no Maracanã, no Rio de Janeiro. Como afirma Sant'Ana (2010, p.101) "(...) alguns jovens saíram de suas aldeias rumo a Brasília. (...) morando num mesmo local e compartilhando de expectativas e experiências comuns, esses jovens criaram laços de amizade e socialização, formando, nesse período um pequeno time de futebol denominado UNIND (União das Nações Indígenas)".

Carlos Terena:

Em seguida, através da nossa articulação junto ao Ministério da Educação e Cultura, ficou acertada a participação das comunidades indígenas nos IV Jogos Escolares Brasileiros (JEBs), na cidade de São Paulo, em 1985. E até hoje continua a participação das comunidades indígenas em eventos esportivos oficiais. (TERENA, 2001 p.37).

A articulação junto ao Ministério do Esporte concretiza a participação como liderança indígena no processo de desdobramento da inserção das comunidades indígenas num diferente contexto brasileiro que é o dos Jogos Escolares.

A primeira participação nos JEBs foi a de se levar um arqueiro para distinguir, ou seja, uma outra maneira de demonstrar suas práticas corporais, como afirma Terena: “Sim, para mostrar como se atira uma flecha sem *dopping*, sem anabolizante, deixa a gente atirar uma flecha” (idem, p. 37). No entanto o autor nos brinda com seu relato sobre a participação do arqueiro naqueles Jogos:

(...) quando o índio flecheiro desceu na linba para fazer a demonstração, eu mesmo não conhecia esse índio flecheiro, ele disse: ‘Não, pode por aqui mais de cinquenta metros – porque é importante escolher e poder ver onde vai acertar’. Então ele não mirou como todo arqueiro faz, ele olhou assim atirou. Ele acertou uma melancia. ‘Está muito grande, traga outra’ trouxeram uma fruta menor até chegar na maçã (...) (TERENA, 2001 p.37).

Ao comentar esse fato, Terena remete ao conceito de esporte, e mostra como as práticas corporais podem ter significados dentro de determinados contextos. Ainda complementa:

(...) ele estava usando um arco tradicional, estava utilizando uma metodologia tradicional, mas com um objetivo que não era tradicional, porque lá na aldeia aquele índio não faz aquilo como esporte. Ele faz para acertar uma ave, uma anta, um peixe no meio do rio... Então, nós a partir daquele momento começamos a trabalhar esse conceito de Jogos dos Povos Indígenas. (TERENA, 2001, p.37).

Essa demonstração, então, é o início de como se pode pensar o esporte a partir de um novo enfoque, ou seja, um novo conceito para o esporte moderno, e que abre caminho para novas questões referentes aos Jogos dos Povos Indígenas como marco para a sociedade não indígena.

Em 1996, com o surgimento do Ministério Extraordinário dos Esportes foi proposto ao então Ministro Edson Arantes do Nascimento (Pelé) a idéia para a realização dos I Jogos dos Povos Indígenas. O Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto - INDESP, órgão executivo do Ministério dos Esportes, colocou seus recursos financeiros à disposição e seus técnicos para iniciarem os trabalhos. Chegara o momento para a realização de um sonho: fazer com que povos indígenas, após 500 anos, inclusive os que outrora foram inimigos tradicionais, se encontrassem, buscando demonstrar sua alegria através da cultura e do esporte. Com a participação de Pelé e o esforço de José Eduardo e Marcos Roberto, assessores do INDESP a concepção dos jogos saiu do campo da imaginação e passava para o papel, resgatando o que estava nas mentes e corações indígenas. (TERENA, 2010)

Carlos Terena apresenta um relato de como se deu o envolvimento das comunidades indígenas com o esporte e, conseqüentemente, com a realização de um sonho e também o espírito de lideranças, que perpassou quase duas décadas expondo como é que move as coisas para frente. Ainda apresenta todo o processo pelo qual passaram para chegar ao que denominam hoje como Jogos dos Povos Indígenas.

A criação de uma equipe de futebol formada por estudantes indígenas foi um momento importante para começarem a discutir outras questões políticas e se politizarem. Segundo Sant'Ana (2010, p.101) "(...) eram momentos, também, de reflexão sobre a situação vivenciada pelos seus parentes que ficaram nas TIs⁸, bem como sobre as políticas indigenistas e os levantes indígenas pelo país", as possibilidades de visibilidade às comunidades não indígenas por meio desse esporte, bem como as inter-relações com dirigentes políticos do Ministério do então Instituto Nacional de Desenvolvimento do Esporte (INDESP). Contudo, a realização de um sonho de colocar as comunidades indígenas para se encontrarem e celebrarem se tornou realidade no ano de 1996 nos I Jogos dos Povos Indígenas, realizados em Goiânia com apoio do INDESP.



Primeira Seleção Oficial de Futebol Indígena - 1978

Em pé esquerda p/ direita: Taxirama Karajá, Estevão Bakairi, Carlos Terena, Xariri Karajá, Waritaxi Karajá, Osmar Terena. Agachados: Gilson Terena, Inácio, Içjarrari Karajá, Karititi Karajá, Marcos Terena, Olayr Karajá, Omar Guajajara.

Foto: UNIND – Seleção Indígena de Futebol, que gerou o 1º movimento indígena político no Brasil, em 1981 (M. Terena).

8 Terras Indígenas.

Quando fala sobre os significados dos Jogos, Carlos Terena afirma que são vários e que a cada edição dos Jogos percebe as relações que eles podem ter com as sociedades indígenas e não indígenas. Em entrevista concedida à Diana Ruiz em 2009, afirma:

(...) nós começamos falando do fortalecimento da nossa cultura como povos autóctones como povos tradicionais, mas com o tempo nós fomos descobrindo que ele tem muitas ele foi, ele está acontecendo de uma maneira tal que ele vai tomando rumos diferentes, por exemplo, assim, nós não imaginávamos que os jogos poderiam fortalecer praticamente nossa cultura, eu não conseguia visualizar isso durante muitos anos de realização. No começo, nós achávamos que seria o encontro dos povos pra praticar o esporte, mas com o tempo nós fomos assim entendendo que realmente que através desse mecanismo, desse evento nós descobrimos realmente que ele estava proporcionando cada povo se conhecer e se espelhar um no outro e fortalecer a cultura. (TERENA, 2009)

Ao afirmar que existem outros significados, Carlos Terena fala do fortalecimento da cultura dos povos indígenas durante anos de realização dos Jogos e isso mostra o quanto se tornou relevante a participação das comunidades indígenas fazendo com que sejam conhecidas e reconhecidas pelos não indígenas.

Um princípio dos Jogos dos Povos Indígenas se encontra no lema criado pelos líderes Terena, segundo o qual: “O importante não é competir e sim celebrar”, e um comentário a respeito desse princípio encontramos na fala de Carlos Terena:

(...) digamos assim, agora nós não incentivamos um atleta Carajá ou Xavante brigar entre si por causa de uma medalha porque isso não é importante pra gente..., porque o espírito de competição, ele tá no meio do branco ele não tá no meio dos indígenas, então que o índio não quer ganhar não que cada atleta quer ganhar... se você for numa aldeia por exemplo você não vai ver o campeão de Uca Uca você não vai ver o campeão de corrida de tora, todos tem os seus valores, dentro de uma comunidade então a gente não incentiva essas coisas nos jogos..., nós fizemos nós incentivamos isso, tudo tem o contexto espiritual dentro dos jogos, tem o contexto das nossas danças, tem o contexto das nossas cerâmicas, das nossas comidas, e depois tem o contexto dos Jogos propriamente dito, e do contexto social também, porque a gente tem o lado educativo dos jogos, tanto para os indígenas como para os jovens branco por exemplo, a gente busca ensinar um pouco a maneira mais correta de não sujar o rio por exemplo... tanto quando quem ganhar a gente fala que o importante pra nós é a gente brincar entre nós, celebrar,

vamos celebrar a vida, celebrar a comida, celebrar a natureza, celebrar Deus nosso criador, celebrar a vida de uma maneira geral, então a gente tenta passar isso pros nossos parentes e muito deles entendem isso.
(TERENA, 2009)

Nessa fala, Carlos Terena demonstra que há um princípio nos Jogos, e que difere dos Jogos dos brancos, nos quais o objetivo é a conquista por medalhas, pelo pódio, enquanto que para os indígenas o objetivo é a celebração como elemento essencial num contexto espiritual dentro dos Jogos, deixando explícito que a salvaguarda da cultura deve prevalecer.

Os Jogos começam a ter visibilidade e a cada ano realiza-se um evento com novas abordagens e perspectivas em discussões nos Fóruns realizados em cada edição. No que diz respeito à organização de 1996 até 2009 (sendo neste último os X Jogos dos Povos Indígenas em Paragominas – Pará), nos elucida Terena que houve dificuldades com as comissões organizadoras locais ao longo dessas dez edições dos Jogos, mas a cada evento algo novo se aprende e é possível melhorar. Terena (2009) afirma: “hoje nós estamos conseguindo ter um resultado muito grande depois de muitos anos de atividade”. Os Jogos dos Povos Indígenas são de âmbito nacional, não obstante sejam organizados Jogos Regionais como os Jogos Interculturais de Campo Novo dos Parecis (MT), Jogos Indígenas do Pará, Festa do Índio em Bertioga (SP), e conforme Gruppi (2010) também os Jogos Culturais Indígenas de Rio das Cobras (PR), Semana Cultural Indígena da Terra Indígena de Marrecas (PR), são exemplos dessas práticas corporais entre outros eventos sendo realizados.

Nas palavras de Elias (1994, p.31): “Não existe um grau zero de vinculação social do indivíduo, um ‘começo’ ou ruptura nítida em que ele ingresse na sociedade como que vindo de fora, como um ser não afetado pela rede, e então comece a vincular a outros seres humanos”. Nesse aspecto pode-se levar em consideração as estruturas sociais no processo pelo qual passam a ser relacionadas aos Jogos dos Povos Indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Jogos dos Povos Indígenas têm como característica principal a celebração, o encontro, o conhecimento de outros povos e o reencontro com outros, fazendo com que esses sejam reconhecidos por suas diversidades culturais.

Esse reconhecimento pela comunidade não indígena proporciona novas maneiras de se relacionarem, e questões como saúde, demarcação de terra, alimentação, entre outras, começam a ter novas dimensões nos debates. As condições de vida dos povos indígenas começam a ter destaque nas discussões entre as lideranças indígenas e não indígenas, pelas novas configurações sociais formadas, proporcionando melhor interlocução entre elas.

Pode-se notar que os Jogos dos Povos Indígenas, ao longo das dez edições, se destacam no cenário brasileiro como uma manifestação cultural, amparada pela Constituição. Esses Jogos caracterizam a diversidade de povos e línguas faladas que este país possui demonstrando que não somos um povo uno e não temos somente uma língua falada por este povo plural.

Nos Jogos dos Povos Indígenas e nos JEBS podemos encontrar alguns aspectos, no que diz respeito à organização e fórum de debates, que numa organização esportiva tem o mesmo formato, como toda forma de competição. Por outro lado, nos Jogos dos Povos Indígenas a filosofia é muito diferente da dos JEBS. O modelo de jogo dos JEBS não cabe aos Jogos dos Povos Indígenas pelo próprio conceito de esporte de alto rendimento, revelado nele, enquanto que nos Jogos dos Povos Indígenas esse conceito não é atribuído, como vimos ao longo deste artigo. E é a partir daí que se começa a desenvolver propostas para os Jogos dos Povos Indígenas.

As experiências de vida na equipe de futebol nos JEBS, entre outras, abrem novos caminhos e percepções às lideranças indígenas envolvidas, que, mesmo com todas as dificuldades de relacionamentos com a sociedade mais ampla e com o poder público, conseguem dar início a novas formas de se relacionar, e estabelecer novas configurações sociais e de interdependência a partir dos Jogos dos Povos Indígenas. Conforme Elias (1994, p.13.) a sociedade “só existe porque existe um grande número de pessoas, só continua a funcionar porque muitas pessoas, isoladamente, querem e fazem certas coisas, e, no entanto sua estrutura e suas transformações históricas independem, claramente, das intenções de qualquer pessoa em particular”.

Ao concordar com Elias (1994, p.56) podemos dizer que os seres humanos precisam da adaptação como rede de suas relações, ou seja, o indivíduo só pode ser entendido “em termos de sua vida em comum com os outros”.

Podemos ter como hipótese que os JEBS proporcionaram uma, entre outras citadas, das experiências das lideranças indígenas para a organização e realização de seus Jogos, como gostariam que fossem. Mesmo a despeito das diferenças já mencionadas entre os dois projetos.

Essa é uma questão, dentre outras, que deve ser investigada, pois pode ser o início de uma nova pesquisa acerca desses Jogos dos Povos Indígenas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BORGES, E.C. & BUONICORE, A. C. *Memória do Esporte Educacional Brasileiro: Breve História dos Jogos Universitários e Escolares*. São Paulo: Centro de Estudos e Memória da Juventude, 2007.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988.
- ELIAS, N. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- FASSHEBER, J.R.M., FREITAG, L. C., ROCHA FERREIRA, M.B. Jogos dos Povos Indígenas: um “lugar” de negociações sociais. In B.S. Grando & L.A. Passos (org.), *O eu e o outro na escola: contribuições para incluir a história e a cultura dos povos indígenas na escola*. Cuiabá, EdUMT, 2010, p. 139-151.
- FERREIRA, Ionara T. Jogos Estudantis Brasileiros–JEBS. In L. P. DaCosta (Org.), *Atlas do Esporte no Brasil: Atlas do Esporte, Educação Física e Atividades Físicas de Saúde e de Lazer no Brasil*. Rio de Janeiro: Shape, 2005, p. 20.3-20.4.
- GRUPPI, D.R.; ROCHA FERREIRA, M. B. *Os Jogos Indígenas: Processo de Ressignificação das Práticas Corporais dos Kaingang*. II ENCONTRO ALESDE (Associação Latino-Americana de Estudos Sócio-culturais do Esporte – Centro de Investigación ‘Estudios em Educacion Física, Salud, Deporte, Recreacion y Danza’). Maracay – Venezuela, 2010.
- HERNÁNDEZ VÁZQUEZ, M.; VICENTE, D.R.; ROCHA FERREIRA, M.B.; CAMARGO, V.R.T.; PAOLIS, F.; TOJAL, R. *Juegos Interculturales Indígenas / Jogos Interculturais Indígenas* (bilingüe). Madrid: Reprografía Doppel S.L., 2008. Disponível em: www.museodeljuego.org/_xmedia/contenidos/000000048/docu7.pdf.
- ROCHA FERREIRA, M.B.; VINHA, M.; FASSHEBER, J.R.; TAGLIARI, I. A.; UGARTE, M.C.D. Cultura Corporal Indígena. In L. P. DaCosta (Org.), *Atlas do Esporte no Brasil: Atlas do Esporte, Educação Física e Atividades Físicas de Saúde e de Lazer no Brasil*. Rio de Janeiro: Shape, 2005, p. 35-36.

- ROCHA FERREIRA, M.B.; HERNANDEZ, M.; CAMARGO, V.R.T. VON SIMSON, O.R. Jogos Indígenas, Realizações Urbanas e Construções Miméticas. *Revista Ciência e Cultura*. SBPC, 60:4, 2008, p. 47-49.
- ROCHA FERREIRA, M.B.; VINHA, M.; CAMARGO, V. R. T. *Associativismo étnico e os jogos dos povos indígenas*. XIII Simposio Internacional de Procesos Civilizadores, Bogota, 2010. p. 1-9.
- SANT'ANA, G. R. de. *Histórias, espaços, ações e símbolos das associações indígenas Terena*. Campinas: IFCH-UNICAMP, 2010. Tese de Doutorado.
- TERENA, C. **Carlos Terena**: Depoimento [ago. 2009]. Entrevistadora: Diana Vicente Ruiz – LABJOR-UNICAMP, Entrevista concedida ao LABJOR/UNICAMP, Campinas-SP.
- TERENA, M. O Esporte como Resgate de Identidade e Cultura. *Anais I Simpósio Cultura Corporal e Povos Indígenas do Paraná*. Irati-PR: UNICENTRO, 2001.

IMAGENS

Equipe de Futebol: TERENA, M. Primeira Seleção Oficial de Futebol Indígena. Altura 1584 pixels. Largura 1152 pixels. Banco de Dados Labor/UNICAMP. Disponível em: <http://www.labjor.unicamp.br/indio/galeria>. Acesso em 20 de mar. 2011.

Jogos dos Povos Indígenas. Banco de Dados Labor/UNICAMP. Disponível em: <http://www.labjor.unicamp.br/indio/galeria>. Acesso em 20 de mar. 2011.

Olimpíadas Escolares: Time Brasil Olimpíadas Escolares. Disponível em: <http://www.olimpiadasescolares.com.br/galeria>. Acesso em 20 de mar. 2011.

SITES:

OLIMPÍADAS ESCOLARES: <http://www.olimpiadasescolares.com.br/resultados/resultados.asp>. Acesso em 12 de fev. 2011.

TERENA, Carlos. <http://www.tvliberal.com.br/revistas/verpara/edicao7/indios.htm>. Acesso em 25 de out. 2010.

IMAGENS DE CORPOS E FALAS DE POVOS: AS POSSIBILIDADES DO OLHAR DA FOTOETNOGRAFIA NOS JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS

Roberta H. V. Tojal¹

Mestranda em Educação Física – FEF-UNICAMP

RESUMO

O presente artigo pretende demonstrar como a fotoetnografia pode contribuir para se observar as diferentes identidades étnicas que participam dos Jogos dos Povos Indígenas. Neste sentido, traz três possibilidades de leitura das imagens captadas em campo. A primeira, isolada, transporta o espectador para o sensível do movimento, do corpo do grupo através da própria atmosfera da imagem. Na segunda, uma linha cronológica estabelecida não anula os efeitos do sensível, mas os eclipsa perante as possibilidades de observação da sequência dos movimentos corporais durante o ritual. E na terceira, a busca de uma abstração, a partir de fotografias desconexas num primeiro momento – unidas apenas por serem de um mesmo grupo e escolhidas pelas suas características plásticas – que ligam-se a trechos de observações etnográficas feitas no primeiro contato com o respectivo grupo. A fotografia possibilita um caminhar sobre as identidades corporais do grupo evidenciadas no cenário dos Jogos. O exercício feito aqui abre alguns dos caminhos que permitem observar como fotografia, antropologia e arte se unem para comunicar as *representações* de identidade de diferentes povos através de suas práticas corporais.

1 Bolsista CNPq. Contato: robie.tojal@hotmail.com

APRESENTAÇÃO

A fotografia possibilita uma leitura da identidade dos povos, grupos e pessoas. Achutti (1996:13) aponta como se dá o reconhecimento da identidade: “o definir-se a si sempre implicou numa definição e classificação por comparação, oposição, ou por diferença, ao outro”. E esta observação do outro, passa a ser então, meio através do qual a identidade do próprio grupo se define. A antropologia irá, justamente, olhar para estas dinâmicas dos povos, no intuito de mostrar as marcações que distinguem as diversas culturas ao redor do globo. O advento da fotografia, desde os seus primeiros passos, se põe também a registrar o mundo e os povos ao seu redor.

E é nesse sentido que este texto se constrói, focando a maneira como, desde o surgimento da fotografia em meados do século XIX, esta compõe não apenas um novo meio de comunicar, mas amplia as possibilidades de observar o mundo, de se olhar os povos e suas culturas.

Fotografar requer confrontar-se com as realidades existentes. Não é, aliás, um acaso se a prática da fotografia contribuiu para consolidar o estatuto científico da Antropologia; simplesmente porque fotografar requeria ir ao lugar, observar em situação. Essa reaproximação com os fenômenos observáveis da vida das sociedades indígenas impunha a pesquisa de campo como etapa constitutiva do saber etnológico, fundamento e garantia de sua qualidade. (MARESCA, 1998:116).

Assim, é também nosso intuito, pensar como as aproximações se deram entre a antropologia e a fotografia, desde o momento do aparecimento desta como uma técnica de registro, e de suas relações, então, com as pesquisas etnológicas. “Esta crença na fotografia como um olhar transparente incrementa o início da foto etnografia, não só na forma da fotografia antropométrica, mas também na fotografia de registro de materiais culturais” (ACHUTTI, 1996:14). E a partir deste momento, buscar compreender como a captura de imagens no campo se torna fundamental na construção deste saber, e inaugura o que mais tarde passa a ser chamado de antropologia visual: são exercícios fundamentais para se compreender o potencial desta linguagem quando inserida em um estudo antropológico.

Pensar como, dentro dos Jogos dos Povos Indígenas, a fotografia se apresenta não apenas como um importante registro do campo, é uma tarefa desafiadora. É pensar como ela se torna um objeto de estudo, uma imagem que retém algo que a liga a um ato passado e que é capaz de transmitir-nos suas cores, composições e enquadramentos; as marcações de identidade dos diferentes povos presentes. Por isso, ao lançar mão deste dispositivo de captura de imagens du-

rante os IX e X Jogos dos Povos Indígenas², na intenção de registrar o visível e sensível que os identifica, possibilitou-se um novo olhar a respeito de como estes corpos falam sobre o pertencimento a uma determinada etnia.

O CAMPO DA IMAGEM

Antes de abordar o tema central, se fazem necessárias algumas colocações sobre universo no qual as imagens foram capturadas. Os Jogos dos Povos Indígenas, na suas edições de 2007 e 2009.

A começar por sua concepção pelos irmãos Carlos e Marcos Terena, que através de um sonho de Carlos, no qual ele via seus irmãos e parentes³ indígenas reunidos num campo de futebol⁴, iniciaram o ideal de reunir as diferentes etnias indígenas num evento no qual as práticas corporais “tradicionais” fossem o fio condutor da celebração destas culturas. Os Jogos somente se tornaram realidade com a posse de Pelé para o então Ministério Extraordinário do Esporte, em 1996, dezesseis anos após a sua idealização. (TERENA, M., 2003) É importante ressaltar que o objetivo dos Jogos sempre foi a celebração ao invés da competição, como diz o lema “o importante é celebrar e não competir”. Lema este que se traduz na arena, num espírito de festejar o estar junto, e faz com que este clima entre os participantes contagie as arquibancadas, a imprensa, a organização, criando uma atmosfera de encantamento e sensibilizando a todos para este enorme “caldeirão” cultural de que são feitos todos os brasileiros.

Se para os indígenas este é um momento de celebração, para os não-indígenas ali presentes este é um cenário não apenas de descobertas de culturas alheias, mas, muitas vezes, de redescoberta de uma raiz que se encontrava distante dos seus sentidos. Toda esta identificação possibilita que tanto indígenas quanto não-indígenas encontrem valores em seu modo de ser e de vivenciar. Uma oportunidade de conhecer e ser conhecido que transpassa as barreiras do estranho e comporta suas diferenças como traços de proximidade. Este é o contexto lúdico no qual se desenrolam os Jogos dos Povos Indígenas.

Na sua organização espacial, os Jogos se realizam em quatro espaços diferentes, que abrigam: (1) o fórum social indígena; (2) a arena na qual ocorrem as apresentações dos jogos e rituais; (3) um campo para os jogos de futebol; e (4) um rio, lago ou praia onde se praticam a natação e a canoagem. Dentre estes espaços, a arena é aquele que concentra o maior público indígena e não-indígena. Justamente ali se reúnem as etnias participantes, e uma a uma elas apresentam seus rituais, suas práticas corporais, seus guerreiros, no decorrer dos sete dias do

2 Respectivamente: Recife / Olinda - PE, 2007; e Paragominas - PA, 2009.

3 Forma como os indígenas chamam aos índios de diferentes etnias.

4 Fala de Carlos Terena em entrevista ao grupo de pesquisadores da UNICAMP e Universidade Politécnica de Madri. Jogos Indígenas do Mato Grosso do Sul – Campos Novos dos Paresi (2006).

evento. São em média 1200 participantes indígenas, de 40 etnias, que deixam suas aldeias em ônibus, barcos, aviões para se encontrarem nos Jogos, para mostrar ali suas culturas: expressões que vão além das práticas corporais, que estão impressas em suas línguas, suas pinturas corporais, seus adornos e cantos. Desta forma, se expõe ao público os traços de identidade e alteridade que compõem este universo de mais de 225 etnias indígenas no Brasil com suas 180 línguas ainda faladas no vasto território brasileiro.

Alguns outros aspectos dos Jogos devem ser levantados para a compreensão deste cenário no qual as fotografias foram realizadas. O lema que conduz os Jogos permite que mais do que o resultado das apresentações, se valorize o caráter de identidade e expressão cultural das etnias. Este foco deslocado para a diversidade evoca no público um sentimento de encantamento; e ao mesmo tempo, as explicações do locutor dos Jogos evidenciam as características únicas de cada apresentação e criam um distanciamento necessário para que a alteridade seja ali percebida. É uma possibilidade de reconhecer a sua própria identidade, através do *olhar o outro*.

IMAGENS QUE FALAM

As imagens trazidas neste texto pretendem demonstrar como a fotografia - enquanto expressão artística inserida dentro do universo da pesquisa antropológica, e seus diferentes modos de apresentação - podem levar não apenas o pesquisador, mas o espectador, a conhecer sobre os costumes de diferentes povos. É principalmente, aqui, sobre como estes modos de viver se apresentam através das práticas corporais das diversas etnias presentes nos Jogos. São recortes feitos pelo olhar de um observador atento que procura traduzir em imagens as vivências em campo; e que, como tal, abrem possibilidades de compreensão de diferentes construções e expressões de uma identidade étnica, através do corpo.

É importante lembrar que, por mais que o antropólogo ou o fotógrafo se esforcem, o que registrarão serão apenas fragmentos visíveis da cultura do grupo estudado.

O cientista social sabe, também, que, dessa complexa realidade humana, somente pode recolher 'pedaços' e 'fragmentos'. A não ser que seja estúpido, tem consciência de que tudo aquilo que tentará evocar, mostrar ou descrever permanecerá sempre um estilhaço, ou algumas migalhas da 'realidade' (SAMAIN, 2004:67).

Apesar disso, são estes pequenos recortes trazidos na imagem fotográfica que permitem que se observem mais cuidadosamente os detalhes das cenas que foram captadas em campo, e que, muitas vezes não haviam sido percebidos o momento em que ocorreram. Neste sentido, ao fotografar as apresentações das

práticas corporais dos povos ali presentes, possibilita-se um revisitar destes momentos⁵. A fotografia torna-se, assim, o próprio objeto do estudo, não no que ela nos diz, mas no como nos toca, nos fere. “O *punctum* de uma fotografia é esse acaso que nela me fere (mas também me mortifica, me apunhala)” (BARTHES, 1980:47). Barthes a amplia para mais do que uma fonte de estudos, para um disparo de pensamentos.

Uma outra característica presente nas fotografias, para Barthes, “é o *studium*, que não significa, pelo menos imediatamente 'o estudo', mas a aplicação a uma coisa, o gosto por alguém, uma espécie de investimento geral, empolgado, evidentemente, mas sem acuidade particular” (BARTHES, 1980: 46).

Este olhar de Barthes para a imagem fotográfica é a base do enfoque dado às imagens contidas no artigo e para além dele, um olhar plástico e sensível.

Partindo do pressuposto que as imagens podem ser lidas, descritas, decodificadas, interpretadas, enfim, transpostas para a linguagem, o desafio mostra-se em como fazer esta passagem da fotografia-ilustração para o que poderia chamar fotografia-narrativa. (BARROS et alii, in ACHUTTI, 1998: 104).

Estas são as possibilidades estudadas aqui, o *punctum*, o *studium*, o ensaio foto-narrativo, observados em fotografias de três etnias e suas práticas corporais nos Jogos dos Povos Indígenas: os Kuikuro (MT), os Xerente (TO) e os Enawenê-nawê (MT).

E, “assim como a transformação de notas de campo em um texto final exige uma elaboração intelectual dos dados, a fotografia, para transmitir o que se está vendo e o que se sente no momento do clique, exige uma elaboração plástica do tema enfocado.” (ALVES, 2004:233). Para além das marcações das suas identidades, a edição e a montagem das sequências fotográficas apresentam as diferentes formas de se conectar imagens e com elas acessar os modos de vida explicitados em seus corpos. Assim também, a ausência de legenda nas imagens abre a possibilidade do espectador construir por si próprio a impressão da imagem sem a restrição que o texto dá ao recorte do fotógrafo-cientista. A forma como as imagens aparecem no texto antes de sua análise cumprem também esta finalidade.

A opção por momentos de apresentação de danças e rituais se deve à autonomia na escolha de qual prática corporal uma ou outra etnia apresenta na arena. Fica explicitado assim, o modo como eles desejam se mostrar ao público. São práticas que, a partir do pensamento daquele determinado grupo, representam sua identidade, ligadas a um fragmento específico de sua cultura.

5 Pierre Verger (1991: 169): “A fotografia tem esta vantagem de parar as coisas... e desta forma nos permitir ver aquilo que mal tinha sido entrevisto, e logo esquecido, porque uma nova impressão veio apagar a precedente.” (apud GURAN, 1998:88).

As fotografias são tecidos malhas de silêncios e de ruídos. Precisam de um narrador para desdobrar seus segredos. As fotografias são romances que se escrevem sobre elas, dentro delas, com elas.
(SAMAIN, 1998)

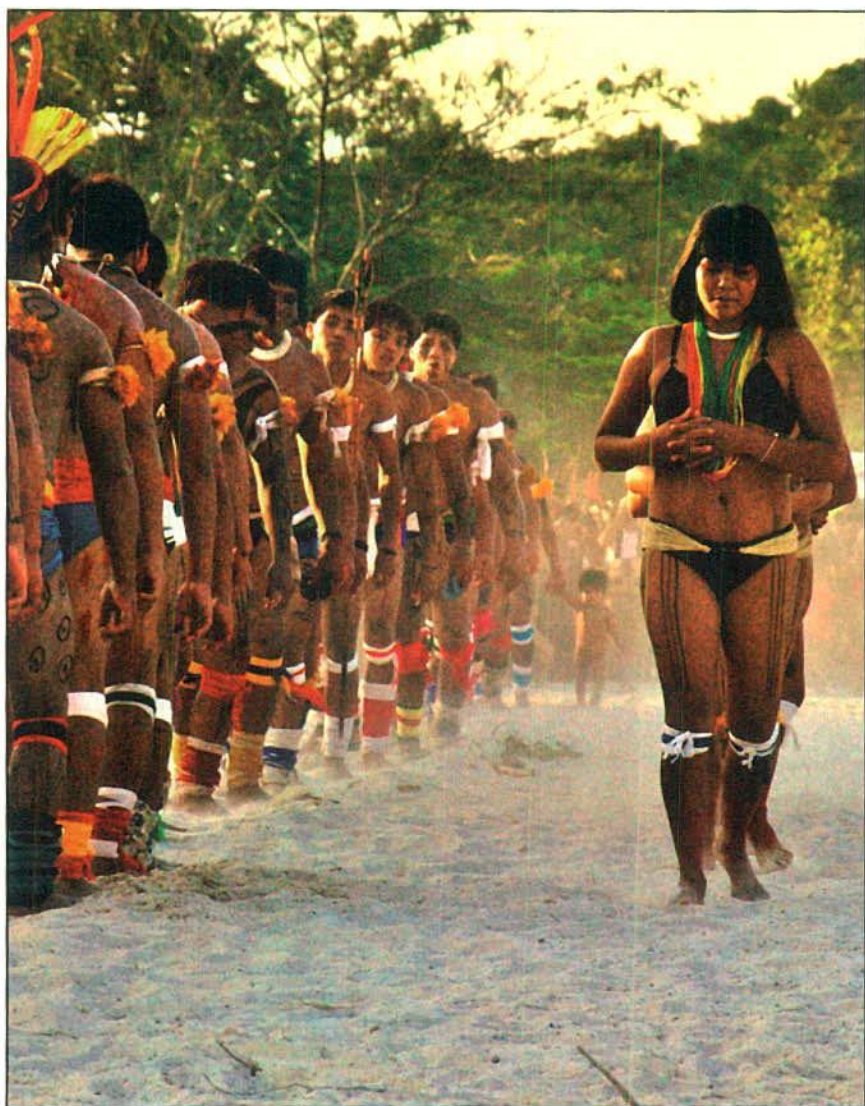


Foto: Roberta Tojal

PRIMEIRA IMAGEM – DANÇA KUIKURO

ENFOQUE: *PUNCTUM*

Os Kuikuro, que participaram das 10 edições dos Jogos, são uma etnia da família linguística Karib, que habitam a região do Alto Xingu dentro da Terra Indígena *Parque Indígena do Xingu*. Segundo dados da Funasa (Fundação Nacional da Saúde), em 2010 sua população era de 592 pessoas, o que faz deste povo o mais populoso do Parque. O nome Kuikuro significa peixe bicudo, imagem que trazem na maçã do rosto em forma de dois traços que se unem como num desenho de peixe. São considerados exímios artesãos. Seus colares e cintos feitos com as cascas de caramujos são importantes elementos no sistema de trocas que existe no Xingu.

Quando se revê a imagem dos Kuikuro, em sua dança, se percebe um pequeno menino de mãos dadas com o pai. A areia que levanta ao bater dos pés no chão, o modo como paralelos, homens e mulheres caminham em movimentos distintos, a luz que se impõe entre eles. Tudo isto me fere como uma flecha mágica, e me permite sentir a importância daquela expressão corporal. Evidencia como naquele grupo particular, a identidade “nós” eclipsa a identidade “eu”. Uma coreografia que diz do modo de viver, que explicita os meios de como estas tradições são transmitidas entre as gerações. E abre caminhos para se pensar sobre as relações de gênero, sobre a construção destas identidades. Mas, como uma imagem isolada, solta no universo da folha, fica suscetível ao olhar do espectador e poderá conduzir a diferentes observações e criar nela discursos que não estão realmente presentes.

O que diz nela é a atmosfera da foto, a capacidade da imagem deixar conhecer a partir do sensível, a partir deste *punctum* que toca o espectador de uma fotografia, e possibilita o desencadeamento de um pensar sobre o modo de vida deste grupo. Existe, porém, a necessidade de se compor um trabalho antropológico, pois é impossível fazer caber na imagem, a sua localização, sua data, as informações etnográficas que só poderiam ser apresentadas num relato escrito.

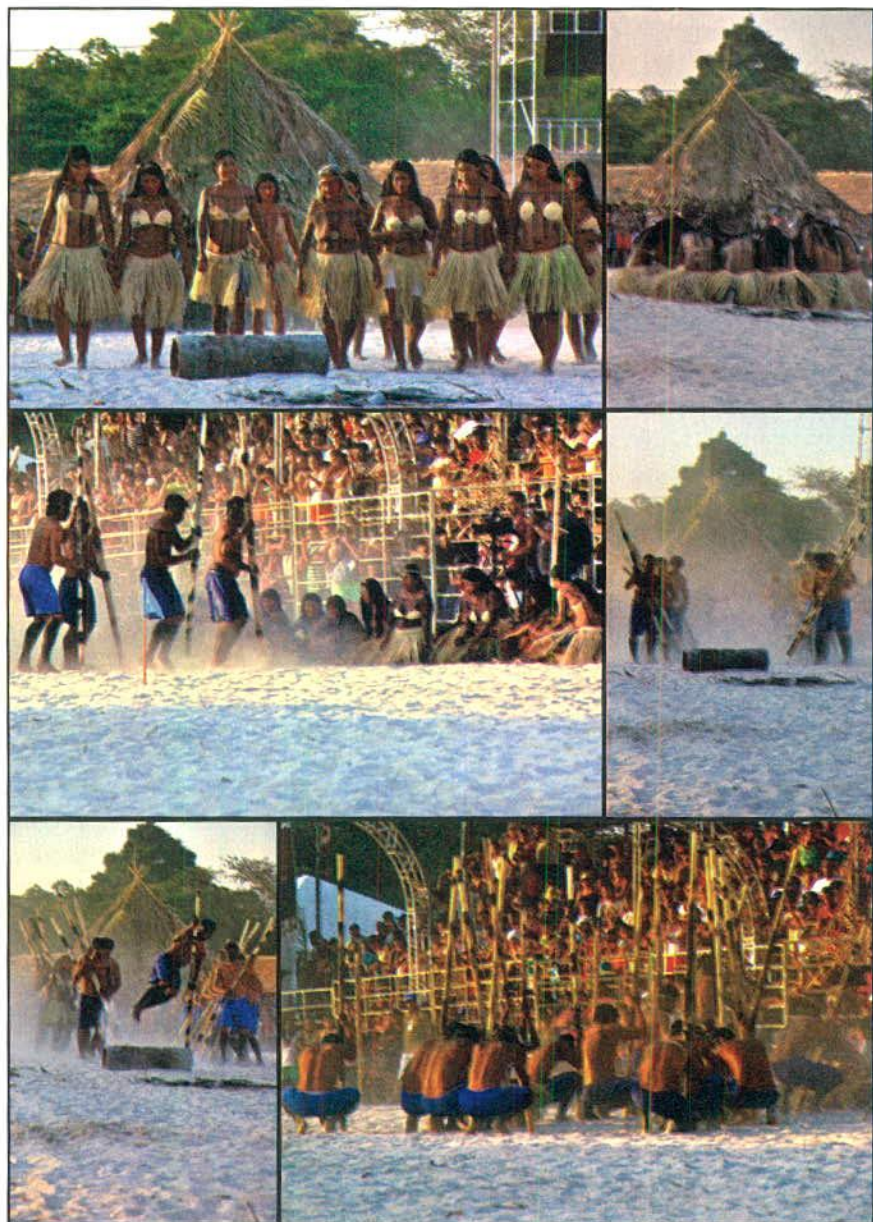


Foto: Roberta Tojal

ENFOQUE: *STUDIUM*

Com 3.017 habitantes, os Xerente - etnia do tronco linguístico Macro-Jê - vivem no cerrado, no estado do Tocantins, próximo à capital, Palmas. Divididos em duas metades sócio-cosmológicas, possuem um complexo sistema de rituais intimamente ligados ao ambiente em que vivem. Participaram de 4 edições dos Jogos, desde 2004 até a última edição em 2009. Das práticas corporais apresentadas, se destaca a corrida com toras de buriti.

Aqui, ao observar-se a sequência de fotografias do ritual Xerente em homenagem aos seus mortos, percebe-se que o *studium*, esta capacidade de fazer o espectador se interessar e estudar a imagem e de perceber nela a intenção do fotógrafo no momento do *click*, passa a ser o principal elemento observável. Como se, ao desmascarar estas intenções, as imagens fossem redimidas e agora voltassem a ser retratos da “realidade”. Mas, o *punctum* coexiste, este algo que na atmosfera da imagem capta o espectador através do sensível, mas que ao mesmo tempo o convida a estudar estas imagens e seus elementos. A narrativa visual indica um caminho para se ler as imagens. O espectador constrói sua própria análise sobre os fatos, seguindo o caminho indicado pelo fotógrafo-cientista. Neste caso, um texto explicativo da imagem passaria a ser uma mera legenda descritiva. Aqui a intenção do fotógrafo no momento do *click* está evidente, ao criar uma ordem cronológica na organização das imagens. A narrativa escreve com as imagens, os movimentos corporais, uma marcação de uma identidade étnica impressa no corpo, moldado segundo o grupo a que pertence, não apenas nos seus adornos, mas no modo como este corpo existe, suas afecções.⁶

Seguindo a ordem da esquerda para a direita, de cima para baixo, forma-se a sequência que narra o ritual Xerente da cerimônia de despedida. As mulheres, caminhando em direção ao tronco que ali representa o local do túmulo, formam um círculo, e em silêncio se ajoelham em volta do tronco; em seguida se retiram e ficam sentadas aguardando a entrada dos jovens guerreiros. Eles entram com seus bastões de bambu e se direcionam às mulheres, se ajoelham frente a elas em sinal de respeito à sua perda. Depois, vão em direção ao túmulo dançando ao som de gritos de guerra. São acompanhados por duas jovens madrinhas. Quando chegam ao túmulo são incentivados a saltar sobre ele, como um símbolo de coragem, pois aqueles que caírem estarão condenados à morte em breve. Depois, deixam o túmulo e vão novamente em direção às mulheres para as lamentações e se retiram.

6 “O corpo e a pessoa não são concebidos como entidades biológicas que crescem e adquirem suas características automaticamente, por determinação biológica e genética, mas como verdadeiros artefatos, moldados e esculpidos ao modo e no estilo da comunidade.” (LAGROU, 2009:70).

Segundo o relato do ritual de despedida do cacique Eduardo Simnawê Xerente, “o ritual é uma das manifestações tradicionais da cultura dos povos indígenas, que acontece toda vez que morre um membro antigo ou líder da aldeia, numa saudação de respeito e admiração pelo falecido.”⁷ Na fala dos organizadores antes do ritual – realizado no dia 02 de novembro, dia em que nós, não índios, brasileiros, comemoramos o dia dos mortos – eles apresentariam a sua cerimônia de despedida, para homenagear os nossos mortos, ou seja, foi um ritual dedicado a nós. Uma demonstração de respeito ao povo que está visitando. Dizer mais do que isto seria tentar ilustrar com palavras o que já está dito na imagem.

Se olharmos para as fotografias como imagens que pensam, é possível a partir delas lançar-nos várias questões sobre o que significa para eles a morte e mesmo algumas questões mais amplas sobre a sociedade Xerente. E assim, se poderia buscar nas imagens e no cruzamento com informações etnográficas sobre este povo as respostas a estas indagações: Como é, para eles, representar uma cerimônia tão valorosa, para observadores alheios aos seus costumes? Como se dá a questão de gênero para os Xerente? No luto, são as mulheres reverenciadas pela perda? O intuito, aqui, não é o de responder a estes questionamentos, mas imaginar como a fotografia pode, enquanto objeto de um estudo, ser também uma ferramenta de disparo de novas questões sobre um determinado povo.

ENSAIO FOTOETNOGRAFIA - ENAWENÊ-NAWÊ



Foto: Roberta Tojal

7 Retirado do site do ISA - Instituto Socioambiental, <http://piib.socioambiental.org/c/noticias?id=8919>

Entram na arena ao início do pôr-do-sol cobertos por folhagens verdes que parecem mais um corpo sobre seu corpo. O adorno de cabeça, seu cabelo. Sobre ele um cocar de penas de gavião, os pés fincados na terra. Em suas mãos o arco. Um corpo pintado de forma única com urucum e jenipapo. Uma figura, um ser Enawenê-nawê.

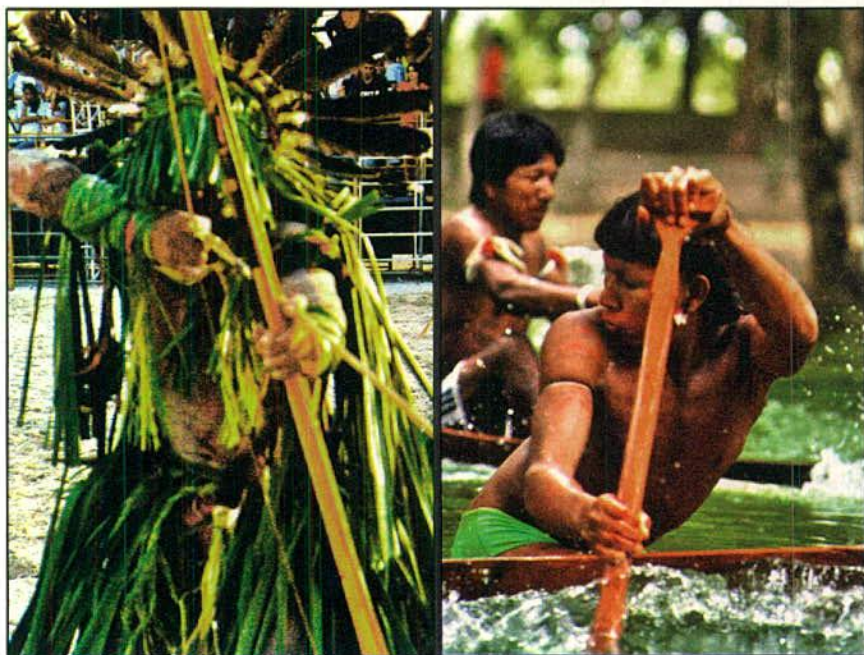


Foto: Roberta Tojal

Um corpo que é ao mesmo tempo forte e frágil. Plástico, flexível, o homem e seu artefato são um. Um homem em seu meio, a terra, a água. A respiração, a luz. Trazem no bíceps tiras finas de algodão. Nos pulsos, grossas amarrações de folhagens. É ali, um e muitos.



Foto: Roberta Tojal

Um sorriso tímido, uma delicadeza em ser mulher. Os cabelos negros rentes, retos, se perdem na escuridão. O rosto pintado de urucum. Mulher, mãe. O repouso, na orelha um brinco de tucum com delicadas conchas brancas caem sobre o ombro da criança adormecida. O algodão define os contornos do braço. O jenipapo veste uma nova pele. Um instante, o pequeno fragmento, o todo Enawenê-nawê.

ENFOQUE: PLASTICIDADE

Os Enawenê-nawê, povo da família linguística Aruak, habitam desde a década de 80 uma única grande aldeia, às margens do Rio Iquê, afluente do Rio Juruena, no noroeste do estado do Mato Grosso. Segundo a Funasa, sua população é de 566 pessoas. Seus modos de produção e reprodução da vida social estão fortemente ligados ao ambiente que os cerca. Tanto as atividades de subsistência como as ritualísticas envolvem a produção e coleta de alimentos, sobretudo o mel, o peixe e a mandioca. Participam dos Jogos desde 2003, tendo estado presentes em cinco edições.

O exemplo amplia as possibilidades de olhar sobre uma imagem e de se acessar através dela modos e costumes de outros povos. É a conexão que se dá entre a fotografia, antropologia e arte. Quando o subjetivo e o sensível que tocam o espectador, o *punctum*, é ali o fio condutor de uma narrativa visual.

Esta aproximação de três modos distintos de representação de diferentes mundos. Neste sentido, Samain (2004) ao falar sobre esta busca do antropólogo por um conhecer de “culturas” distantes da sua, nos diz que:

*Delas, todavia, podemos entrever apenas o que oferecem à nossa observação e à nossa experimentação, isto é, representações do real. De tal modo que toda tentativa de compreensão dos fatos de cultura nunca será outra coisa senão uma representação de representações, isto é, no melhor dos casos, o esforço de uma contextualização, de uma nova enunciação e de uma inevitável interpretação desses mesmos fatos.*⁸

Assim, ao buscar através da linguagem fotográfica enunciar estas representações, o que se encontra são os elementos plásticos do que nela apresenta ao olhar do fotógrafo. Desta maneira, a sequência apresentada retrata diferentes momentos nos quais os Enawenê-nawê se apresentam durante os Jogos.

A montagem feita ilustra uma sequência na qual as composições se organizam pela plasticidade das imagens, como numa exposição. Sem que as características do estudo antropológico se percam, esta é uma das possibilidades do uso da fotografia enquanto arte dentro do texto antropológico.⁹ Não se faz aqui nem a leitura da imagem isolada, nem dentro de uma cronologia. O que se observa são os aspectos da própria imagem. Suas cores, seu enquadramento, sua atmosfera. Mas, é necessário que informações complementares se unam às imagens para que se possa compreender como elas se ligam aos aspectos visíveis do grupo observado. São dados de etnografias que possibilitaram um acesso àquilo que foi sensível ao fotógrafo no momento do *click* e ao como se decidir, então, pelas imagens e pela organização das fotografias.

No que tange à identidade étnica evidenciada por eles nos Jogos dos Povos Indígenas, pode se observar a presença de fitas no bíceps, tanto dos homens como das mulheres, ou mesmo no bebê (Enawehorairi/Enawehorailo - criança de colo - nesta fase usam colares, pulseiras e tornozeleiras. Após o ‘benzimento’ podem consumir o oloiti - refresco de mandioca, o ketera - mingau de mandioca, e o mel diluído na água)¹⁰. O uso das fitas no

8 SAMAIN, 2004.

9 “A arte já se deu conta da riqueza do viés antropológico para seu território, algumas das grandes exposições internacionais recentes dão mostra disso. Resta a antropologia ampliar o uso da fotografia nos textos acadêmicos pelo viés da arte, apresentando não só imagens documentais diretamente ligadas ao tema em estudo, mas composições fotográficas metafóricas criadas com o propósito de ampliar a compreensão daquilo que não pode ser traduzido em palavras.” (PINHEIRO, 2000:132,133).

10 <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/enawene-nawe/1718>. Fonte ISA – texto de Cleacir Alencar Sá, 1996.

bíceps desde a primeira infância, molda este corpo segundo a concepção Enawenê-nawê de pessoa. Aqui se tornam claras as colocações de Els Lagrou, sobre o corpo ameríndio: "...entre os ameríndios artefatos são como corpos e corpos são como artefatos" (LAGROU, 2009:39). São corpos construídos, são roupas que permitem que este ser participe do mundo como um Enawenê-nawê.

As pinturas no rosto da mulher seguem um grafismo específico da fase da vida em que está. Como, por exemplo, na fase "Enetonasare/Enetonasalo (nascimento do primeiro filho): as mulheres mudam os adornos e passam a usar o urucum com outros traços diferenciados da fase anterior."¹¹ Esta identidade impressa no corpo, não como comunicação, mas como a roupa que usa para experimentar o mundo.¹² Então este corpo, único e particular pode nos dizer sobre os modos como um determinado povo age no mundo. "É importante pensar que esses corpos ameríndios não são pensados sob o modo do fato, mas do feito." (VIVEIROS DE CASTRO, 1996:13)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Decidi então tomar como guia da minha nova análise a atração que sentia por certas fotos. Porque dessa atração, pelo menos, eu estava seguro.

R. Barthes¹³

Abrir as considerações finais com esta frase de Barthes indica um pouco do caminho que se pode percorrer através dos potenciais narrativos da fotografia como um artefato da antropologia visual. Esta união que se dá entre os modos de acessar diferentes mundos e homens, se torna muito valiosa no que toca esta observação dos povos e seus costumes. Este novo olhar para o mundo *artefatual* indígena, apresenta novas formas de se entender o próprio corpo. E a partir das imagens fotográficas que capturam um pequeno recorte da parte visível desta "cultura", traduzindo cenas em luz, pode se alcançar sutis evidências. E ao revisitar este instante registrado pelo fotógrafo, propõe-se um olhar sobre as possibilidades dos usos da imagem fotográfica, das práticas corporais para se falar sobre esta identidade do corpo. Neste sentido, a construção do banco de imagens das 10 edições dos Jogos do Povos Indígenas abre possibilidades de estudos através das potencialidades de diálogos entre a fotografia, a antropologia e a arte.

Permiti reconhecer as próprias potencialidades do corpo e dos movimentos como expressões da identidade étnica e da concepção de corpo ameríndio como uma roupa. Concordo com Viveiros de Castro no que diz sobre o modo

11 Idem.

12 Ver VIVEIROS DE CASTRO, 1996.

13 BARTHES, Roland. A câmara clara, 1980, pág. 36.

como o *corpo-roupa* é, em si, dotado de maneiras próprias de interação, de desejos, e são elas que definem cada espécie:

O que se pretende ao vestir um escafandro é poder funcionar como um peixe, respirando sob a água, e não se esconder sob uma forma estranha. Do mesmo modo, as "roupas" que, nos animais, recobrem uma "essência" interna de tipo humano não são meros disfarces, mas seu equipamento distintivo, dotado das afecções e capacidades que definem cada animal. (VIVEIROS DE CASTRO, 1996.)

Os corpos se apresentam com formas humanas e, neste sentido, moldados pelo povo ao qual pertencem.

Ao buscar, através da fotografia, falar da forma como estes corpos se mostram na arena dos Jogos dos Povos Indígenas, requer que não apenas as imagens, mas também as formas como elas se relacionam entre si e com o texto comuniquem esta *representação*: este modo de ser, a identidade do corpo que fala, de um corpo constituído aos moldes do modo de vida e dos costumes do seu povo.

É importante que no momento do *click*, o fotógrafo tenha a consciência do texto que está se formando naquela imagem, mas que ao mesmo tempo, se deixe intuir pelos acontecimentos que o sensibilizam através da objetividade da câmera. O que se pede, segundo Guran¹⁴, é que o cientista-fotógrafo ceda por alguns segundos à sensibilidade e à intuição. A esta especificidade do ato fotográfico para que a imagem fale sobre estes povos, sobre estes corpos. Mais do que apenas uma leitura antropológica da fotografia, é preciso que se olhe nelas também a sua plasticidade, algo de arte que se traduz na atmosfera da foto, o *punctum*.

14 "Ao cientista social não se pede que abandone sua condição de pesquisador – isto é, seus pressupostos científicos – para se tornar um "artista" – ou seja, alguém que está exclusivamente voltado para a expressão pessoal. Entretanto, o pesquisador-fotógrafo precisa se colocar em um certo "comprimento de ondas" em face dos acontecimentos, de modo que o raciocínio possa, por um momento, ceder a primazia, à sensibilidade, à intuição. Esta especificidade do ato fotográfico condiciona o trabalho de campo." (GURAN, 2002:103).

O modo como fotografia, antropologia e arte se encontram para falar sobre estes diferentes povos, se transforma num novo jeito de olhar e num novo objeto da própria etnologia. E inaugura outros diálogos entre a arte e a ciência, a imagem e o texto, o eu e o outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHUTTI, Luiz Eduardo Robson. *Fotoetnografia: Um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho em uma vila popular na cidade de Porto Alegre*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Visual – IFCH-UFRGS, 1996. Dissertação de Mestrado.
- _____. *Fotoetnografia da Biblioteca Jardim*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Tomo Editorial, 2004.
- _____. (Org.). *Ensaio (sobre o) Fotográfico*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1998. [Série Escrita Fotográfica]
- ALVES, André. *Os argonautas do Mangue*. In A. Alves e Etienne Samain, *Os argonautas do Mangue precedido de Balinese Character (re)visitado*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.
- BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Tradução Manuela Torres. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1980.
- FASSEBER, J. R. M.; FREITAG, L.C.; ROCHA FERREIRA, M.B. *Jogos dos povos indígenas: um “lugar” de negociações sociais*. CDROM – Associação Brasileira de Antropologia - GT 34 Povos indígenas: dinâmica territorial e contextos urbanos. Porto Seguro, BA, junho, 2008.
- GURAN, Milton. *Linguagem fotográfica e informação*. (3ª edição revisada e ampliada). Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2002.
- HERNÁNDEZ VÁZQUEZ, M.; VICENTE, D.R.; ROCHA FERREIRA, M.B.; CAMARGO, V.R.T.; PAOLIS, F.; TOJAL, R. *Juegos Interculturales Indígenas / Jogos Interculturais Indígenas (bilingüe)*. Madrid: Reprografia Doppel S.L., 2008. Disponível em: www.museodeljuego.org/_xmedia/contenidos/000000048/docu7.pdf.

- KOWALSKI, Marizabel; ROCHA FERREIRA, M.B. Estética, corpo e cultura. *Conexões. Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP*, v. 5, p. 7o artigo, 2007.
- LAGROU, Els. *Arte indígena no Brasil: agência, alteridade e relação*. Belo Horizonte: C/Arte, 2009.
- ROCHA FERREIRA, M.B. et al. *Jogos dos povos indígenas*. Relatório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Ministério do Esporte. 2006.
- SAMAIN, Etienne. Modalidade do olhar fotográfico. In Luiz Eduardo R. Achutti (Org.). *Ensaio (sobre o) Fotográfico*. Série Escrita Fotográfica. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1998, p. 109-114.
- SAMAIN, Etienne. Balinese Character (re)visitado. In André Alves e E. Samain, *Os argonautas do Mangue precedido de Balinese character (re)visitado*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004, p. 17-72.
- SAMAIN, Etienne (Org.). *O Fotográfico*. (2ª edição), São Paulo: Editora SENAC, 2005. 349 p.
- TERENA, M. O Esporte como resgate de Identidade e Cultura. In Rocha Ferreira, M. B. et al.. *A Cultura Corporal Indígena*. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2003.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana*, vol.2 no.2 Rio de Janeiro, 1996, p. 115-144.

SITES:

www.funasa.com.br

www.socioambiental.com.br

CORPOS PINTADOS NOS JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS

Claudeni Fabiana Alves Pereira¹

Mestranda em Antropologia Social – IFCH/UNICAMP

Popularmente, o termo “índio” é usado para designar uma grande diversidade de povos contemporâneos. Atualmente, no território brasileiro vivem 234 povos indígenas, falantes de 180 línguas distintas. A população estimada é de 600 mil pessoas (ISA, 2010). Cerca de 450 mil indígenas estão espalhados em 673 Terras Indígenas (áreas demarcadas pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI) e os demais em áreas não demarcadas ou em cidades. De maneira bastante genérica, os povos indígenas têm diferentes processos culturais, sociais, políticos e ideológicos. Cada etnia confere ao mundo um sentido particular à humanidade e suas relações sociais, diferentes cerimônias, filosofias, saberes, organização política e social e práticas esportivas e de lazer.

Nos últimos anos, os Jogos dos Povos Indígenas realizados na cidade têm consolidado um papel de valorização da diversidade indígena e propicia intercâmbio entre diversas etnias e um público não indígena. Um ambiente construído para reunir diferentes povos indígenas que apresentam, além de suas práticas corporais específicas, também rituais e danças (ROCHA FERREIRA et al, 2008). A pintura corporal compõe a apresentação cerimonial. O evento tem os seguintes momentos:

cerimonial de abertura com uma pajelança; desfile de abertura assemelhando a abertura de jogos olímpicos, entrada da tocha, seguida das etnias com roupas típicas; a arena - local dos jogos; tendas de artesanatos; fórum social – com convidados indígenas e não indígenas nacionais e internacionais, visando debater temas, tais como educação, saúde, ecologia e juventude, comunicações, utilização de energia solar, reflexões sobre os jogos e esportes indígenas, entre outros (ROCHA FERREIRA, 2006, p. 50).

1 Bolsista CNPq. Contato: fabialvespereira@gmail.com

O presente artigo busca entender os usos da pintura corporal nos Jogos dos Povos Indígenas e os sentidos atribuídos pelos diversos indígenas. Para o desenvolvimento desse texto foram analisadas: a bibliografia relativa, fotos e entrevistas arquivadas em um banco de dados que reúne entrevistas e fotos dos Jogos dos Povos Indígenas. O arquivo foi organizado pelos pesquisadores do projeto *Jogo, Celebração, Memória e Identidade: Reconstrução da trajetória de criação, implementação e difusão dos Jogos indígenas no Brasil (1996-2009)*.

Após uma introdução a respeito da arte e cosmologia indígena, o texto focará brevemente a análise na pintura corporal Xavante e Kuikuro nos Jogos dos Povos Indígenas².

I - ARTE INDÍGENA

Diante da diversidade, pode-se dizer que os povos indígenas não partilham de uma única noção de arte e estética. Por expressar significados culturais, a arte deve ser analisada levando em consideração o contexto em que foi produzida. A qualidade da forma, design e conteúdo simbólicos analisados por si poderiam gerar alguns equívocos. As artes ameríndias só podem ser compreendidas pelos próprios termos indígenas, portanto, *qualquer abordagem mais conceitual do estilo decorativo nos leva a discussões cosmológicas sobre a concepção e organização do mundo nativo* (LAGROU, 2009, p. 101). Para alguns grupos indígenas, a arte é elo entre humanos ou entre seres sobrenaturais e animais, podendo representar um meio de comunicação com os mortos (GALLOIS, 1992) e estar presente no cotidiano e também nas cerimônias.

As atividades estéticas das sociedades indígenas estão associadas à ordem cosmológica (modo de viver, entender e perceber o mundo) de cada grupo. Indo além de uma função meramente utilitária e decorativa, expressam uma reflexão sobre a sociedade: como os indivíduos devem se relacionar entre si, com a natureza e com o universo (ou cosmos). Na concepção ameríndia, o ambiente é habitado por seres humanos e não humanos dotados de agência. Em geral entre as sociedades ameríndias, a possibilidade de “tornar-se outro” ontologicamente é constante. Dessa maneira, o desenho gráfico *kaxinawa* não representa seres vistos em sonhos, mas os caminhos que ligam e filtram o acesso a pontos de vista diferentes. Nesse grupo, a pintura corporal mais elaborada é do dia a dia, deixando uma pintura menos elaborada para os rituais.

Outro pano de fundo relevante para pensar a arte indígena é a relação com os corpos.

2 Para informações mais detalhadas sobre a pintura corporal de cada um desses povos indígenas, ver FRANCHETTO (2003); FRANCHETTO & HECKENBERGER (2001); MULLER (1992) e RIBEIRO (1993).

O corpo e a pessoa não são concebidos como entidades biológicas que crescem e adquirem suas características automaticamente, por determinação biológica e genética, mas como verdadeiros artefatos, moldados e esculpidos ao modo e no estilo da comunidade (LAGROU, 2009, p.70)

O corpo recebe outros tipos de ornamentação como tatuagens e escarificação. Os indígenas também usam sua habilidade gráfica em outros suportes como na cerâmica e em tecidos. Diferente dos desenhos e grafismo em outros objetos, o desenho corporal é realizado na relação com os corpos aos quais será aplicado. Assim o desenho corporal, que em sua maioria representa formas planas, é elaborado em superfícies curvilíneas como o corpo. As cores são extraídas de plantas como jenipapo, urucum, babaçu, carvão macerado, e fixadas com óleo de pequi e outros. A pintura corporal pode exprimir a concepção nativa da pessoa, também a individualidade e criatividade.

Os corpos pintados pelos indígenas extrapolam a ideia de enfeite ou adorno e, portanto, para compreender essa arte é necessário compreender a cosmologia de cada grupo indígena.

II - PINTURA CORPORAL NOS JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS

XAVANTE



Foto: Roberta Tojal

Localizado no planalto central no estado de Mato Grosso, o povo Xavante pertence à família linguística Jê, do tronco Macro-Jê e a sociedade se divide em grupos para realização de cerimônias. De um modo geral, o pensamento e a vida dos Xavante são atravessados por um princípio dual, que organiza a percepção do meio ambiente, sociedade e do cosmo como estando divididos em metades opostas e complementares.

Dessa maneira, a pintura e outros ornamentos corporais se organizam segundo uma lógica de metades. Assim, cada grupo se distingue por ornamentação corporal própria. A pintura corporal fornece informações sobre o pertencimento a grupo de idade, grupos cerimoniais e clãs, prestígio e transgressão, direito e dever. O indivíduo decora seu corpo segundo o cerimonial e o grupo social a que pertence. Nas apresentações cerimoniais nos Jogos dos Povos Indígenas, os corpos Xavante são pintados de acordo com sua cosmologia.

Na figura acima podemos notar o motivo *dauté* cujo tronco, braços e metade da coxa são pintados de vermelho e *daubo*, cuja parte central do tórax, pintada de vermelho, e demais parte do corpo, pintadas de preto, referem-se ao couro dos animais que envolvem as entranhas. Os desenhos nas costas marcam grupos de idade e grupos cerimoniais. Já traços pretos sobre o tórax são usados por indivíduos com função ritual específica. A pintura da perna em listas horizontais marca os jovens não iniciados, distinguindo-os dos demais.

A concepção anatômica dos Xavante divide o corpo humano em partes externas – *coxas, pernas, tronco, ombros e cabeça* – e órgãos internos – *representados pelo retângulo vermelho duplo, cuja designação significa “tripas vermelhas”* (MULLER, 1993, p. 140). Assim, os braços, coxas, parte inferior da perna, tronco, ombro e cabeça são cobertos, predominantemente, pelas cores preto e vermelho. O uso de pulseiras e tornozeleiras ajuda a delimitar as partes pintadas. Nas ocasiões cerimoniais, os Xavante especificam mais a ornamentação corporal, combinando a pintura com plumárias, pulseiras, brincos, colares e arranjos de cabelo.

Muller (1992, p.133) afirma que quando um indivíduo usa enfeites que não pertencem à sua linhagem, é punido publicamente e o enfeite é cortado e retirado do seu corpo. *“A pintura corporal Xavante marca, antes de mais nada, a participação do indivíduo em rituais e cerimoniais, separando o cotidiano e a esfera doméstica da vida pública e cerimonial”* (MULLER, 1992, p.134).

No evento Jogos dos Povos Indígenas, os Xavante costumam realizar a corrida com tora, chamada de *uivede* (traduzida como “corrida do buriti”). Esse cerimonial (corrida) é realizado entre equipes organizadas (fotos ao lado), na qual um membro de cada equipe deve transportar um tronco de árvore (o peso da tora varia de 70 a 100 quilos na categoria masculina, e de 50 a 70 quilos na categoria feminina). Há um rodízio entre os membros da equipe na realização de todo o trajeto. As equipes são organizadas por grupos de idade, marcados por uma pin-

tura corporal diferenciada. Entretanto, podemos notar que mesmo os membros de uma mesma equipe possuem elementos da pintura diferenciada marcando sua posição social.



Fotos: Roberta Tojal

KUIKURO

Os Kuikuro (peixe bicudo), da família linguística Karib, vivem atualmente no Parque Indígena do Xingu, norte do estado do Mato Grosso, onde fazem parte de um sistema cerimonial e de trocas interétnicas. Esta etnia esteve presente em todas as edições dos Jogos dos Povos Indígenas, levando parte de sua arte corporal (de seu repertório cultural). A pintura corporal revela um apego às formas e conteúdos culturalmente presentes, inclusive na mitologia. Para os Kuikuro, a origem das formas da pintura corporal pertence à *Taunguy* (deus masculino - sol). O primeiro desenho corporal, juntamente com outros enfeites (brinco, colar, braçadeira, joelheira), foi feito pela primeira vez no Kuikuro chamado Maricá por *Alocumã* (deus feminino - lua) (SCANDIUZZI, 2009, p. 53-56). Os deuses deixaram uma pintura própria para cada pessoa, dependendo do sexo e da posição social que ocupa. O repertório de cores inclui o branco, preto, amarelo, vermelho e azul.



Fotos: Roberta Tojal

Na apresentação Kuikuro nos Jogos, podemos observar que diversos motivos gráficos e que a estética Kuikuro trazem a pintura em harmonia com outros elementos (brincos, colares e braçadeiras). A noção de beleza entre os povos habitantes do Parque Indígena do Xingu reside na simetria e equilíbrio das formas. Mesmo objetos e pinturas elaborados para o uso cotidiano são apreciados e precisam ser mais perfeitos na sua execução.

Alocumã teria deixado uma pintura diferenciada entre homens e mulheres. Podemos notar, nas fotos acima, que a pintura da mulher é feita nas coxas e nas pernas - começando na cintura e indo até o tornozelo, sendo marcada por uma joelheira - enquanto a masculina é *abuigo* que Alocumã deixou, sendo feita em diversas partes do corpo, começando pela cabeça. São os homens que se pintam pedindo auxílio a outros homens para complementar o desenho nas partes onde é impossível se pintar. O mesmo ocorre com as mulheres, mas além de se pintarem, pintam seus filhos ainda crianças.



Fotos: Roberta Tojal

Nos Jogos dos Povos Indígenas os Kuikuro se destacam por participar de uma luta corporal tradicional dos povos xinguanos chamada huka-huka³, cujos lutadores se ajoelham girando em sentido anti-horário diante do opositor até que se agarram, tentando levantar o adversário para tirá-lo do solo. De acordo com a cosmologia Kuikuro, a luta começou quando Tanguay convidou alguns animais para uma festa e iniciou uma luta entre eles. Os vencedores foram: peixe-elétrico, peixe-cará, o tatu, a traíra menor e a cobra. Há uma abundância de motivos de pintura corporal que lembram formas de peixe e cobra (LAGROU, 2009). Os Kuikuro trazem, em seus rostos, traços que remetem a um peixe.

Dessa maneira, nota-se nos Jogos dos Povos Indígenas a presença de motivos relacionados a peixes e cobras estilizados e simétricos. A pintura nos jogos está atrelada à percepção de mundo (cosmologia) Kuikuro que não é abandonada quando o indígena vai à cidade praticar seu cerimonial (ritual).

3 Os treinos para huka-huka são intensificados quando se aproxima o *Quarup* – festa xinguanas que homenageia os mortos e celebra a partida deles para o céu. A festa requer uma exímia pintura.

III - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A breve análise das imagens nos arquivos do projeto e, comparadas com a bibliografia, revela a riqueza da pintura corporal ameríndia contemporânea, que é multifacetada e congrega diversos agenciamentos e interesses. A pintura nos corpos é um verdadeiro código visual que informa relações entre grupos e indivíduos, com o cosmos e ambiente. Também no contexto de eventos realizados fora da aldeia, mostram a ligação íntima da atividade estética indígena, em seu conjunto, com a cosmologia, a história e a estrutura social. Ao entrar na arena dos Jogos na cidade, os indígenas trazem consigo parte do seu repertório ritual para apresentá-lo ao público (brancos ou índios de outras etnias).

As cores e formas dizem muito mais que colorir e enfeitar corpos. Os corpos pintados estão impregnados do mundo interno e externo indígena. E, no contexto dos Jogos dos Povos Indígenas, revelam ainda mais a diversidade. Cada etnia e indivíduo tem sua própria pintura, mas o evento promove um encontro, uma troca, favorecendo o contato intra e interétnico. Esse contato interétnico ou com a sociedade envolvente pode resultar no estímulo ao desenvolvimento tradicional, já que permite a transmissão de conhecimentos. Para apresentação nos jogos indígenas, os mais velhos supervisionam as pinturas e vão recontando histórias aos mais novos, que as pintam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FRANCHETTO, Bruna. (Org.) . *Iku ügübütu bigei: Arte Gráfica dos Povos Karib do Alto Xingu*. Rio de Janeiro: Museu do Índio/FUNAI, 2003.
- FRANCHETTO, Bruna & HECKENBERGER, Michael. *Os povos do Alto Xingu: história e cultura*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). Jogos dos Povos Indígenas. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/indios/jogos/conteudo.htm> Acessado em 13 de novembro 2010.
- GALLOIS, D.T. Arte iconográfica waiãpi. In L. Vidal (org.), *Grafismo Indígena. Estudos de Antropologia Estética*. São Paulo: Studio Nobel/Edusp/Fapesp, 1992, p.209-30.
- INSTITUTO SOCIAMBIENTAL (ISA). Enciclopédia [On line]. São Paulo, Instituto Socioambiental. Disponível em <http://www.socioambiental.org>. Acessado em 10 de novembro 2010.
- LAGROU, Els. *Arte indígena no Brasil: agência, alteridade e relação*. Belo Horizonte: C/Arte, 2009.

- MULLER, Regina Polo. Mensagens visuais na ornamentação corporal Xavante. In Lux Vidal (org), *Grafismo Indígena: estudo de antropologia estética*. São Paulo: Studio Nobel/Edusp/ Fapesp, 1992, p. 133-142.
- RIBEIRO, Berta. Os padrões ornamentais do trançado e arte decorativa dos índios do Alto Xingu. In Vera Pentecado Coelho (org.), *Karl von den Steinen: um século de antropologia no Xingu*. São Paulo: Edusp, 1993, p. 563-589.
- ROCHA FERREIRA, M.B. Jogos dos Povos Indígenas: tradição e mudança. *Revista Brasileira de Educação Física Especial*. São Paulo, v.20, p.50-52, set. 2006. Suplemento n.5.
- SCANDIUZZI, Pedro Paulo. *Educação Indígena x educação escolar indígena. Uma relação etnocida em uma pesquisa etnomatemática*. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.
- SECRETARIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE ESPORTE E DE LAZER (SNDEL), Ministério do Esporte. Jogos dos Povos Indígenas. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/sndel/jogosIndigenas/default.jsp>. Acessado em 10 de novembro 2010.
- VIDAL, Lux (org). *Grafismo Indígena: estudo de antropologia estética*. São Paulo: Studio Nobel/Edusp/ Fapesp, 1992.
- VINHA, M. Tradição Recentemente Inventada – Terras Indígenas e Jogo “Cabo-de-Guerra”. Texto integrante dos Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História. ANPUH/SP- UNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. Cd-rom.

JOGOS INDÍGENAS EM PAUTA O ÍNDIO RETRATADO NA IMPRENSA BRASILEIRA

Marina Gomes ¹

Mestranda em Divulgação Científica e Cultural - UNICAMP

Com o andamento do projeto *Jogo, Celebração, Memória e Identidade: Reconstrução da Trajetória de Criação, Implementação e Difusão dos Jogos Indígenas no Brasil (1996-2009)*, com o objetivo de salvaguardar a memória das 10 edições dos Jogos Indígenas desde a primeira celebração, em 1996, em Goiânia (GO) até 2009 em Paragominas (PA), tornou-se evidente a necessidade de buscar também o material publicado na imprensa brasileira e compreender como a mídia impressa trata o tema e suas configurações, uma vez que entendemos a ação midiática como propagadora de ideias e ideologias para o público leitor.

METODOLOGIA

A apuração do material encontrado foi feita seguindo os preceitos da Análise de Conteúdo (AC), método utilizado para detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos, e que foi adaptado para a mídia com os estudos de Harold Laswell nos Estados Unidos em 1927, embora já fosse empregado bem antes em outras áreas. Ele serve para descrever e classificar produtos jornalísticos, avaliar características de grupos e organizações e comparar o conteúdo jornalístico de diferentes mídias em diferentes culturas.

Como afirma Herscovitz (2007), uma das virtudes da AC é a possibilidade de analisar uma grande quantidade de informações por um longo período de tempo, observando tendências em diferentes momentos históricos, o que seria o ideal frente à multiplicidade de material a ser analisado, tendo em vista a grandiosidade do projeto em questão.

1. Jornalista.

Partimos então para o levantamento do *corpus*. Inicialmente listamos os principais jornais de cada região que sediou o evento, tendo como base o número de circulação (anexo 2), seja auditado pelo IVC (Instituto Verificador de Circulação) ou obtido por contato direto com o jornal.

Selecionamos os mais representativos, partimos para a busca de todo o material publicado na época em que os Jogos eram realizados na região. Nem todas as solicitações foram atendidas, por isso trabalhamos com um universo de matérias que não abrange a totalidade e completude do que foi escrito e veiculado. Ainda assim, dispusemos de um universo de mais de 500 matérias, as quais passaram por uma seleção para que entrassem no *corpus* dessa análise.

Embora os dados obtidos devam ser vistos com prudência (visto que não foi possível adquirir todas as reportagens feitas para que possa ser considerado um indicador permanente), têm seu mérito como um bom ponto de partida e indicativo de como a imprensa constrói a imagem dos Jogos e dos índios.

Feita essa ressalva inicial partimos para a análise utilizando a metodologia sugerida por Marques de Melo (1972) sobre o Jornalismo Comparado. Ela tem como base a nomenclatura de *unidade jornalística* (UJ) para indicar as matérias, em vez de mensurar o tamanho publicado (cm x colunas).

Isso foi particularmente útil, pois na maior parte das vezes não tínhamos o jornal como um todo, e até mesmo a página inteira em que a matéria estava inserida, pois contávamos apenas com um recorte da reportagem feita, o que impossibilitava fazer esse tipo de medição. Dessa forma, a questão da "unidade jornalística" foi extremamente interessante, por levar em conta cada bloco de informação, independentemente do tamanho ocupado no veículo de comunicação, podendo ser tanto uma pequena nota como uma extensa matéria.

Podemos afirmar que a análise comparativa tem base para entender o comportamento editorial da imprensa em relação à divulgação dos Jogos Indígenas, que se mostrou bastante diferente quando se trata de um veículo com abrangência nacional ou regional, como mostraremos a seguir, ainda que também apresentassem algumas aproximações. Também possibilitou verificar mudanças ao decorrer do tempo.

De acordo com os procedimentos metodológicos usuais no jornalismo comparado, cada unidade informativa foi analisada e classificada conforme seu conteúdo predominante. Ou seja, entre as muitas possibilidades de unidade de registro, a mais apropriada para a amostra que dispunhamos era a classificação por tema.

Dividimos a amostra em duas categorias: circulação nacional (Folha de São Paulo) e circulação regional.

Antes de começar o trabalho, porém, elaboramos algumas indagações que esperávamos ver respondidas e que nortearam as análises, as quais destacamos:

- Haveria diferença no teor das reportagens nacionais e regionais?
- Há diferença de protagonistas entre elas?
- As notícias seriam primordialmente de caráter tradicional ou sensacionalista/preconceituoso/estereotipado?

Todas as matérias, independentemente de entrarem na análise ou não, estão disponíveis no banco de dados da Galeria dos Jogos e foram classificadas de acordo com uma das seguintes categorias (temas) estabelecidas:

- Celebração** – destaque para o caráter lúdico e de celebração do evento
- Competição/Disputa** – quando destacava a competição entre as tribos
- Costumes** – os costumes indígenas representados no evento
- Saúde** – questões relativas à saúde indígena
- Fórum** – temáticas tratadas durante os Fóruns realizados simultaneamente aos Jogos
- Funai** – matérias que relevassem o papel da Funai
- Imprensa** – presença de mídia estrangeira ou condições de cobertura
- Personalidade** – presença de personalidades como destaque da matéria (Pelé, Dunga, etc)
- Política** – personalidades ou matérias com vieses políticos
- Ritual** – rituais apresentados nos Jogos

Após as análises verificamos que as palavras-chave (das categorias) selecionadas tinham conotações particulares de acordo com o veículo onde eram publicadas. Ainda que fossem as mesmas, direcionavam para olhares diferentes. A denominação “política” era uma delas, por exemplo. Enquanto no veículo nacional ela abrangia principalmente questão de verba destinada aos Jogos e interesses políticos propriamente ditos (sem contudo se aprofundar nessa questão), nos regionais a palavra “política” designava matérias de teor mais profundo e controverso, como demarcações de terra, atuação da Funai, etc. Na mídia nacional a questão política, na verdade, encaixava-se muito mais em “personalidades” – quando um ou outro político havia comparecido aos Jogos.

Para compreender melhor o cenário divulgado sobre os Jogos apresentamos os dados de um jornal nacional (Folha de São Paulo) e de dois regionais, conforme explicaremos a seguir.

“FOLHA” E “FOLHA ONLINE”

Em uma busca realizada no site do veículo, encontramos 07 UJ na Folha Online (desde 2001) e 12 UJ na Folha impressa, abrangendo todo o período dos

Jogos, totalizando 19 *unidades*. Das 07 UJ da Folha Online apenas 01 tratava da competição/celebração dos Jogos, enquanto 04 eram sobre personalidades políticas presentes e 02 sobre estrangeiros que vieram prestigiar o evento.

Na Folha impressa tivemos 12 UJ encontradas, sendo 05 delas sobre questões políticas ou personalidades políticas e problemas com os jogos (adiamento, falta de recursos, investimento do governo); apenas 02 matérias traziam informações/cobertura dos Jogos; 02 eram sobre a imprensa (dificuldade/desinteresse na cobertura) e 01 UJ sobre a presença de estrangeiros. Ou seja, do universo pesquisado total, 47,36% era sobre política/personalidades políticas e apenas 15,78% sobre os Jogos propriamente ditos.

Chama a atenção que na busca também são encontradas 02 cartas de leitores, ambas reclamando sobre o pouco espaço para o tema e da cobertura deficiente, sob os títulos: “Cobertura infeliz” e “Erro imperdoável”.

| Temas tratados | F. Online | Folha(impressa) |
|---|-----------|-----------------|
| Competição/celebração/cobertura | 1 | 2 |
| Personalidades políticas/adversidades políticas | 4 | 5 |
| Estrangeiros presentes aos Jogos | 2 | 1 |
| Imprensa | 0 | 2 |
| Carta de leitores | 0 | 2 |
| TOTAL | 7 | 12 |

Com o intuito de realçar o problema da cobertura dos Jogos Indígenas e de questões étnicas pelo jornal, gostaríamos de destacar uma UJ que não faz parte do *corpus* da pesquisa, pois trata especificamente dos Jogos Indígenas do Pará (e não da edição nacional) mas tem grande relevância por tornar visível a falta de cuidado da mídia nacional com a temática.

A matéria publicada no dia 21 de agosto de 2006 com o título “Corrida de mulheres com crianças no colo é novidade dos Jogos Indígenas do Pará”, discorre sobre uma modalidade inexistente e sem sentido, com destaque para a foto de uma fila de índias segurando suas crianças.

Outro item fora do *corpus* do trabalho mas que também merece menção pela relevância é que, apesar do pouquíssimo material que o jornal apresenta sobre a temática indígena, encontramos uma carta do leitor de abril de 1999 reclamando um maior espaço para o assunto, o que mostra que haveria demanda e interesse por conteúdos mais abrangentes. “Muito interessante, mas também muito curto o encarte especial de domingo sobre os povos indígenas. Vocês não acham que o assunto merece mais? Ou será que quatro páginas é tudo que eles valem para a Folha? Maria Elisa Almeida Brandt (São Paulo, SP)”.



Índias com crianças no colo se preparam para participar de corrida em competição no Pará

REPORTAGEM
foco

Corrida de mulheres com crianças no colo é novidade dos Jogos Indígenas do Pará

DA AGENCIA FOLHA

Um tipo de corrida de mulheres com crianças no colo é uma das novidades da 3ª edição dos Jogos Tradicionais Indígenas do Pará, realizados

neste ano em Conceição do Araguaia (1.094 km de Belém, no Pará), com encerramento previsto para a próxima quarta-feira. Corrida de tora, arremesso de lança, lutas corporais e arco-e-flecha estão en-

tre as demais modalidades praticadas pelos mais de 600 participantes.

Pela primeira vez um Fórum Social Indígena foi organizado paralelamente aos jogos. Do evento, participa um representante da etnia Navajo, dos Estados Unidos, que veio debater inclusão digital.

A cidade de Conceição do Araguaia é candidata a receber a versão nacional dos jogos indígenas, que neste ano chega a sua 9ª edição.

JORNAIS REGIONAIS

Dentre todo o material arrecadado nos jornais locais de onde foram realizados os Jogos, optamos por selecionar duas edições em cidades distintas para a análise comparativa. A escolha recaiu sobre as edições de Goiânia (1996) e Campo Grande (2001) e se baseou não somente no número de UJ obtidas mas principalmente na variedade de veículos de comunicação dos quais obtivemos material, para que pudéssemos ter uma maior abrangência da questão.

Aqui também vale uma ressalva. Como há diferença editorial na diagramação de páginas entre um veículo e outro, optamos por contar apenas 1 UJ para matérias que estivessem em uma mesma página, como se fosse uma grande reportagem com vários recortes distintos.

Ao todo vamos trabalhar com 32 UJ dos *Jogos* de Goiânia, obtidas nos seguintes impressos:

| Jornal | Número de UJ |
|---------------------|--------------|
| O Popular | 21 |
| Diário da Manhã | 7 |
| Jornal de Brasília | 3 |
| Jornal do Tocantins | 1 |
| TOTAL | 32 |

E 23 UJ dos *Jogos* de Campo Grande, assim separados:

| Jornal | Número de UJ |
|--------------------|--------------|
| Correio do Estado | 11 |
| Folha do Povo | 5 |
| Diário do Pantanal | 4 |
| O Progresso | 2 |
| Primeira Hora | 1 |
| TOTAL | 23 |

JOGOS DE CAMPO GRANDE

Vamos primeiramente analisar o material dos IV Jogos Indígenas de Campo Grande, realizados em 2001. Do material obtido de 5 veículos de comunicação diferentes podemos ter uma ideia bastante precisa e consolidada sobre como o tema é divulgado.

De acordo com a lista de classificações, o que temos pode ser visualizado na tabela abaixo. Vale lembrar que uma mesma UJ pode ter recebido mais de uma classificação, por isso os números são maiores que a totalidade das UJ:

| Categoria | Vezes presentes nas UJ | % correspondente |
|--------------------------------|-------------------------------|-------------------------|
| Competição/Disputa | 12 | 31% |
| Personalidades | 10 | 26% |
| Celebração | 7 | 18% |
| Saúde | 4 | 10% |
| Imprensa | 2 | 5% |
| Ritual | 2 | 5% |
| Funai | 1 | 3% |
| Costumes (venda de artesanato) | 1 | 3% |
| TOTAL | 39 | 100% |

Vamos explicitar alguns pontos relevantes encontrados a partir desses números. A questão da saúde foi tratada 04 vezes. Isso deve-se menos à preocupação com uma política para o tema e mais com o fato de ter havido um surto de catapora durante o evento. O acontecimento também não serviu para a motivação de matérias que analisassem a questão da saúde e de políticas públicas entre os indígenas.

Uma das matérias afirma o seguinte: “Algumas etnias acreditam que poderão perder a força para a competição caso sejam vacinadas e estão protelando para depois dos jogos”². Ora, isso em parte é querer creditar aos costumes indígenas, e de forma um pouco pejorativa, algo que é perfeitamente normal, uma vez que temos conhecimento que as vacinas muitas vezes trazem reações alérgicas que deixam o organismo mais debilitado. Também em muitas matérias observamos a tentativa de dar um ar “jocosos” aos costumes indígenas, e por isso as classificamos como “pitorescas”, pois não se tratavam de uma cobertura isenta e objetiva do evento. Identificamos 4 delas como pitorecas, o que corresponde a 10% do total para os jogos daquele ano.

2 Folha do Povo, 23/10/2001, página A6 - editoria Cidades.

Repetindo o que vimos no jornal de circulação nacional, aqui também chama a atenção o expressivo número de matérias nas quais o destaque é a presença de personalidades aos Jogos.

O então tetracampeão Dunga é o mais citado, estando presente em 9 das 10 matérias que têm como forte motivação a presença de personalidades.

Também é importante notar que 02 das matérias tratam apenas da presença de repórteres e fotógrafos estrangeiros no evento: “O mundo vai acompanhar Jogos Indígenas na capital” e “Mídia internacional também é destaque” são os títulos.

| Categoria | Vezes presentes nas UJ | % correspondente |
|------------------------------|------------------------|------------------|
| Personalidades | 21 | 27% |
| Competição/Disputa | 20 | 24% |
| Celebração | 7 | 9% |
| Funai | 7 | 9% |
| Ritual | 6 | 8% |
| Política/demarcação de terra | 6 | 8% |
| Costumes | 5 | 7% |
| Fórum | 5 | 7% |
| Saúde | 1 | 1% |
| TOTAL | 78 | 100% |

Vamos voltar um pouco no tempo e analisar a cobertura feita pela imprensa regional durante a primeira edição dos Jogos. Majoritariamente tem destaque a questão da *competição/disputa* e das *celebridades*, como vemos no quadro acima. Na primeira edição, em vez de Dunga, temos a figura de Pelé, destaque de 15 UJ dentre as 78 analisadas.

Na primeira edição, contudo, parece haver uma maior variedade de assuntos cobertos, ganhando também destaque aqueles com temática política, havendo várias vezes a citação da Funai e da demarcação de terras. Também temos 1 UJ que aborda a saúde, mas aqui não se tratava de algo pontual como uma epidemia de catapora, mas sim a questão da dizimação indígena por doenças. O espectro de temas tratados, portanto, é muito maior.

Um fato notável, portanto, é a perda de força e abrangência, na imprensa, ao longo dos anos de cobertura dos Jogos. Isso, claro, apenas na imprensa nacional, uma vez que também acompanhamos a cobertura estrangeira do evento e essa parece estar forte e atuante.

Apesar de haver ainda majoritariamente a cobertura dos mesmos pontos (disputa e personalidades), durante o primeiro evento a mídia tocou em pontos importantes e abordou algumas questões pertinentes de uma forma mais incisiva. Podemos até mesmo inferir que houve uma perda de influência da própria Funai como pautadora da mídia ao longo dos anos.

Também nunca deixaram de haver as matérias classificadas como “pitorescas”. Mesmo nos Jogos de Goiânia foram 5 UJ classificadas dessa forma por abordar aspectos dos costumes indígenas de forma pouco elogiosa.

Com isso, acreditamos ter respondido nossas questões iniciais e esperamos ter clareado um pouco mais o comportamento da mídia nacional em face de um tema tão importante e caro a todos, para que haja, futuramente, talvez um cuidado maior durante as coberturas do evento.

ANEXO 1

MATERIAL OBTIDO PARA ANÁLISE (APENAS IMPRESSOS REGIONAIS):

| Edição dos Jogos | Ano | Nº de UJ obtidas | Veículos de comunicação regionais dos quais elas foram retiradas |
|-------------------|------|------------------|---|
| Goiânia (GO) | 1996 | 37 | O Popular (21), Jornal de Brasília (3), Diário da Manhã (7), Jornal do Tocantins (1), sem identificação (5) |
| Guaíra (PR) | 1999 | 12 | Folha de Londrina |
| Marabá (PA) | 2000 | 7 | A Notícia (1), O Independente (1), Sem identificação (1), O Liberal (4) |
| Campo Grande (MS) | 2001 | 23 | Folha do Povo (5), Correio do Estado (11), Diário do Pantanal (4), Primeira Hora (1), O Progresso (2) |
| Marapanim (PA) | 2002 | 5 | O Liberal |
| Palmas (TO) | 2003 | 84 | O Girassol (6), Jornal do Tocantins (58), O Popular (3), Folha Popular (17) |
| Porto Seguro (BA) | 2004 | 3 | O Sollo (2) e Tribuna da Costa (1) |
| Fortaleza (CE) | 2005 | 2 | Diário do Nordeste |
| Olinda (PE) | 2007 | 13 | Jornal do Commercio |
| Paragominas (PA) | 2009 | 16 | Diário do Pará (5) e O Liberal (11) |

ANEXO 2

Levantamento dos principais jornais das cidades onde se realizaram os Jogos Indígenas de 1996 a 2009 para obter informações e recuperar as matérias publicadas:

GOIÂNIA – GO (16 A 20 OUTUBRO 1996)

| Nome | Site | Tiragem |
|---------------------|--|------------------------------|
| Correio Braziliense | www.correiobraziliense.com.br | 56 mil |
| O Popular | www.opopular.com.br | 35 mil |
| Diário da Manhã | http://site.dm.com.br | 19mil – 23mil (domingos)* |
| Jornal de Brasília | www.jornaldebrasil.com.br | 17 mil* |
| Jornal Opção | www.jornalopcao.com.br | 15 mil* |
| Jornal do Tocantins | www.jornaldotocantins.com.br | 4,5 mil |

GUAÍRA – PR (14 A 20 OUTUBRO 1999)

| Nome | Site | Tiragem |
|---------------------------|--|----------------------|
| Gazeta do Povo (Ctba) | www.gazetadopovo.com.br | 45 mil |
| Folha de Londrina | www.bonde.com.br/folhadelondrina | 40 mil * |
| Tribuna do Paraná(Ctba) | www.parana-online.com.br | 22 mil |
| Hora H (Curitiba) | www.horahnews.com.br | 20 mil* |
| O Paraná (Cascavel) | www.oparana.com.br | 18 mil* |
| Gazeta do Paraná | www.gazetadoparana.com.br | 17 mil * |
| O Estado do Paraná (Ctba) | www.parana-online.com.br | 16 mil |
| Jornal do Estado (Ctba) | www.bemparana.com.br | 14 mil* |
| Jornal Hoje (Cascavel) | www.jhoje.com.br | 12 mil* |
| Impacto Paraná (Ctba) | www.impactopr.com.br | 10 mil (semanal*) |
| Jornal Ilha Grande | www.jornalilhagrande.com.br | 1000 (semanal*) |

MARABÁ – PA (15 A 21 OUTUBRO 2000)

| Nome | Site | Tiragem |
|--------------------------------|--|--|
| O Liberal ¹ | www.orm.com.br/oliberal | 40 mil - 78 mil (domingos)* |
| Diário do Pará ¹ | www.diariodopara.com.br | 26 mil |
| Jornal Amazônia | www.orm.com.br/amazonia | 29 mil - 35 mil (domingos)* |
| Correio Tocantins ² | www.ctonline.com.br | 10 mil (3 ^{as} , 5 ^{as} e sábados) |
| O Independente ³ | www.averdadeemsuasmaos.com.br | 30 mil – semanal |
| A Notícia | www.an10.com.br | 3 mil – semanal* |

(1) Belém (2) Marabá (3) Cuiabá

CAMPO GRANDE – MS (20 A 27 OUTUBRO 2001)

| Nome | Site | Tiragem |
|----------------------|--|------------------|
| Folha do Povo | www.folhadopovo.com.br | não obtido |
| A Tribuna News | www.tribunanews.com | não obtido |
| Correio do Estado | www.correiodoestado.com.br | 12 mil |
| Progresso (Dourados) | www.progresso.com.br | 12 mil* |
| A Crítica | www.acritica.net | 14 mil – semanal |
| Jornal de Domingo | www.jornaldedomingo.com.br | 12 mil – semanal |
| O Estado do MS | www.oestadoms.com.br | 4,5 mil |

MARAPANIM – PA (14 A 21 SETEMBRO 2002)

| Nome | Site | Tiragem |
|------------------------|--|-----------------------------|
| O Liberal (Belém) | www.orm.com.br/oliberal | 40 mil – 78 mil (domingos)* |
| Diário do Pará (Belém) | www.diariodopara.com.br | 38 mil – 40 mil (domingos)* |

PALMAS – TO (01 A 08 NOVEMBRO 2003)

| Nome | Site | Tiragem |
|---------------------|--|-------------------|
| O Popular (GO) | www.opopular.com.br | 35 mil |
| Primeira Página | www.primeirapagina-to.com.br | 10 mil (semanal*) |
| O Girassol | www.ogirassol.com.br | 8 mil (semanal) |
| Jornal Stylo | www.jornalstylo.com.br | 5 mil (semanal*) |
| O Jornal | www.ojornal.net/horaemhora/index.php | 5 mil (semanal*) |
| Jornal do Tocantins | www.jornaldotocantins.com.br | 4,5 mil |
| Ecos do Tocantins | www.ecosdotocantins.com.br | não obtido |
| Folha Popular | não obtido | não obtido |

PORTO SEGURO – BA (19 A 27 NOVEMBRO 2004)

| Nome | Site | Tiragem |
|-----------------------|---|---------------------------------|
| Correio 24 horas | http://correio24horas.globo.com/ | 54 mil* |
| A Tarde | http://jornal.atarde.com.br/ | 48 mil – 82 mil (domingos) * |
| Folha da Bahia | www.folhadabahia.com.br | 35 mil – semanal * |
| Tribuna da Bahia | www.tribunadabahia.com.br | 29 mil – seg a sábado* |
| A Região ¹ | www2.uol.com.br/aregiao/ | 5 mil – semanal |
| O Sollo | www.osollo.com.br | 5 mil – quinzenal* |
| Jornal do Sol | www.jornaldosol.com.br | 4,5 mil – semanal* |

(1) Sul da Bahia

FORTALEZA – CE (18 A 26 NOVEMBRO 2005)

| Nome | Site | Tiragem |
|--------------------|---|---------|
| Diário do Nordeste | http://diariodonordeste.globo.com/ | 42 mil |
| O Povo | http://opovo.uol.com.br/ | 26 mil |
| O Estado do Ceará | www.oestadoce.com.br | 12 mil |

OLINDA – PE (24 DE NOVEMBRO A 01 DEZEMBRO 2007)

| Nome | Site | Tiragem |
|----------------------|--|---------|
| Jornal do Commercio | http://jc.uol.com.br | 40 mil |
| Diário de Pernambuco | www.diariodepernambuco.com.br | 35 mil |
| Folha de Pernambuco | www.folhape.com.br | 33 mil |

PARAGOMINAS – PA (2009)

| Nome | Site | Tiragem |
|------------------------|--|-----------------------------|
| O Liberal (Belém) | www.orm.com.br/oliberal | 40 mil – 78 mil (domingos)* |
| Diário do Pará (Belém) | www.diariodopara.com.br | 38 mil – 40 mil (domingos)* |

Todos os dados marcados com * foram obtidos por entrevistas ao telefone. Os restantes estão divulgados nos sites ou no anuário Mídia Dados (consulta de 2010).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHAUÍ, Marilena. *Simulacro e poder. Uma análise da mídia*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.
- HERSCOVITZ, Heloiza G. Análise do Conteúdo em jornalismo. In C. Lago e Marcia Lago. *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- MARQUES DE MELO, José. *Estudos de Jornalismo Comparado*. São Paulo: Pioneira, 1972.
- PORTO PALAVRA EDITORES ASSOCIADOS. *Mídia dados Brasil 2010*. RWA, 2010.
- VON SIMSON, Olga R. de Moraes (org). *Os desafios contemporâneos da História Oral*. Campinas. Centro de Memória da Unicamp, 1997.

PARTE III
ASPECTOS ESPECÍFICOS

JOGOS NACIONAIS:

ESPAÇOS DE VISIBILIDADE DA MULHER INDÍGENA

Glória Kok

Universidade São Camilo

Maria Beatriz Rocha Ferreira

Faculdade de Educação Física - UNICAMP

Nos registros históricos, as informações sobre as mulheres indígenas são escassas e, na maioria das vezes, distorcidas e estereotipadas pelos olhares dos colonizadores europeus. A participação da mulher como protagonista da história fica praticamente invisível. Nos últimos anos, entretanto, o maior empoderamento dos povos indígenas em diferentes setores da sociedade favoreceu novas relações de poder e configurações identitárias, tendo como resultado a crescente visibilidade das mulheres tanto nas sociedades indígenas como na sociedade ocidental. No evento nacional dos Jogos dos Povos Indígenas, atualmente com dez edições, realizadas entre 1996 e 2009, nota-se que as mulheres estão cada vez mais atuantes não só como esposas e mães, mas também como atletas e lideranças políticas expressivas em suas comunidades. O objetivo deste artigo é examinar, por um lado, a construção histórica e literária da mulher indígena e, por outro lado, fazer ecoar as vozes das mulheres indígenas que participaram dos jogos e seus anseios de “levar a vida pra frente”, chamando a atenção para as numerosas organizações e associações femininas que surgiram nos últimos anos em diversas comunidades indígenas.

1. A INVENÇÃO DA MULHER INDÍGENA PELOS EUROPEUS

A história das mulheres indígenas nunca foi contada. Na ausência de fontes textuais e iconográficas produzidas por escritores e/ou artistas indígenas, restou apenas a visão dos colonizadores, geralmente homens, registrada em documentos, relatos e crônicas. Mesmo no último século, os indígenas eram sujeitos de pesquisas de antropólogos e não coparticipantes do processo das pesquisas (MONTEIRO, 2001). Por isso, as vozes femininas das sociedades indígenas

foram praticamente silenciadas e seu poder permaneceu eclipsado no emaranhado das relações.

Desde a primeira notícia do contato entre os ameríndios e os europeus, presente na *Carta* do escrivão Pero Vaz de Caminha, de 1º de maio de 1500, as mulheres ameríndias chamaram a atenção pela nudez, pelos cabelos pretos e compridos, pelos corpos bem proporcionados, pintados, e pela beleza de suas feições (cf. CAMINHA, apud CORTESÃO s/d, pp. 210 e 212).¹ Este estado de inocência, entretanto, dissipou-se em função de outros estereótipos e representações da mulher indígena que emergiram nas experiências de colonização da América portuguesa.

A nudez dos corpos femininos, embora tenha sido o primeiro costume a ser notado e comentado pelos viajantes e missionários europeus, foi progressivamente associada à luxúria e à animalização. Para o senhor de engenho da Bahia, Gabriel Soares de Souza, os Tupinambá são “tão luxuosos que poucas vezes têm respeito às irmãs e tias; e porque este pecado é contra seus costumes, dormem com elas pelos matos, e alguns com suas próprias filhas: e não se contentam com uma mulher, mas têm muitas, como já fica dito pelo que morrem muitos de esfalfados” (SOUZA, 1987, p. 308). Na sua visão, grassava a absoluta falta de regras nas relações sexuais entre os índios, o que servia, em certa medida, de justificativa à escravização.

Empecilho à conversão, a nudez foi duramente combatida pelos jesuítas. Nóbrega solicita numa carta dirigida ao padre Simão “ao menos uma camisa a cada mulher, pela honestidade da Religião Chistã” (NÓBREGA, 1988, p. 65). A presença dos jesuítas na Colônia, a partir de 1549, favoreceu a misoginia e a demonização do universo feminino. A mulher se tornou então “o alvo preferido dos pregadores” (PRIORE, 1989, p.16) e contra ela e o sexo batiam-se numerosos discursos. As mulheres indígenas foram representadas como as principais responsáveis pelos pecados, tendo sido duramente perseguidas pelos jesuítas, assim como as mulheres da Europa Moderna foram perseguidas como bruxas. “Ao contrário das fogueiras, no entanto, as mulheres missionais conhecem o esforço constante dos padres em tentar excluí-las da sociedade ali constituída – uma sociedade sem mulheres, certamente, correspondia ao ideal monástico” (BAPTISTA, 2010, p. 75).

Em 1540, Nóbrega vislumbrou uma terra “cheia de peccados mortaes, cheias de adultérios, fornicções, incestos, e abominações” (NÓBREGA, 1988, p. 194). Aos

1 “Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos e compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha”. [...] “E uma daquelas moças era toda tingida, de baixo a cima daquela tintura; e certo era tão bem feita e tão redonda, e sua vergonha (que ela não tinha) tão graciosa, que a muitas mulheres da nossa terra, vendo-lhe tais feições, fizera vergonha, por não terem a sua como ela” (CORTESÃO, s/d, pp. 210-211).

olhos de Anchieta, as mulheres índias “andam nuas e não sabem se negar a ninguém, mas até elas mesmas cometem e importunam os homens, jogando-se com eles nas redes porque têm por honra dormir com os Christãos” (ANCHIETA, 1988, p. 78). “Despudor na exibição do corpo, acrescido de licenciosidade e apego à vida promíscua, tudo isso comprovava, aos olhos dos primeiros cronistas, a vassalagem que nossos índios prestavam ao Demônio” (VAINFAS, 1989, p. 32).

A iconografia sobre as mulheres indígenas apareceu, pela primeira vez, impressa nas xilogravuras realizadas para ilustrar a obra de Hans Staden, o arcazeiro alemão que foi capturado e permaneceu cerca de nove meses entre os Tupinambá da região de Ubatuba. À *História Verdídica*,² publicada em 1557, foi um verdadeiro sucesso (mais de cinquenta edições) que divulgou as imagens dos rituais de antropofagia na Europa. O mundo europeu, “assombrado pela sua exterioridade selvagem” (SOUZA, 1993, p. 24), conheceu os devoradores de homens que se inscreviam nas regiões fronteiriças da humanidade, constituindo-se, a partir daí, como uma ameaça permanente. Nessas imagens, as mulheres participavam ativamente não só dos preparativos do ritual de antropofagia como também do preparo e ingestão da carne humana inimiga. Exerciam várias funções relacionadas ao ritual: a recepção do prisioneiro, que envolvia corte das sobrancelhas, pintura corporal, ornamentos, cantos e danças; o preparo do *cauim* e da carne do prisioneiro morto e, finalmente, a ingestão do inimigo.



1. A dança das mulheres indígenas ao redor do prisioneiro Hans Staden. Xilogravura.

- 2 Hans Staden. *Warhaftige Historia und Beschreibung eyner Landschafft der wilden, nacketen, grimmigen Menschenfresser-Leuthen, in der Newenwelt America gelegen, vor und nach Christi Geburt im Land [...]. Gedruckt zu Marpurg, 1557.* Traduzido com o título de *Duas viagens ao Brasil.* Tradução de Guiomar de Carvalho Franco. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.



2. As mulheres empenhadas nos preparativos do cauim. Xilogravura.



3. No dia da execução, as mulheres enfeitam o prisioneiro. Xilogravura.

No século XVII, porém, as imagens das mulheres indígenas ganham feições mais diabólicas, sob a influência do imaginário europeu. O editor e gravador Theodore de Bry, ao reler as gravuras de Staden e os relatos do sapateiro Jean de Léry, acrescenta à composição das imagens das mulheres indígenas, de 1592, elementos associados ao canibalismo, à demonização e à caça às bruxas. “Os descompassos entre as imagens de Bry e os textos de Léry e Staden permitem que se identifique os aspectos hiperdimensionados pelo gravurista. Ao representar as índias, ele valorizou em demasia sua participação nos rituais de canibalismo” (RAMINELLI, 1997, p. 30). Além das jovens, as mulheres idosas tinham fama de serem ferozes canibais, arraigadas aos costumes e tradições e capazes de resistirem, sempre que possível, à presença dos europeus, mesmo aquelas que já tivessem sido catequizadas. Contou Simão de Vasconcelos que um padre da Companhia, entrando uma vez no sertão, chegou a uma aldeia onde encontrou uma índia muito velha, “no último da vida”, que confessou: “Meu neto, nenhuma cousa da vida desejo, tudo já me aborrece, só uma cousa me pudera abrir agora o fastio: se eu tivera uma mãozinha de um rapaz Tapuia de pouca idade, tenrinha, e lhe chupara aqueles ossinhos, então me parece tomara algum alento: porém eu (coitada de mim) não tenho quem me vá frechar um destes” (VASCONCELOS, 1977, p. 200).



4. Mulheres e crianças em círculo devoram as entranhas inimigas.
Théodore de Bry. Gravura em metal.

O pintor holandês Albert van der Eckhout, que permaneceu por sete anos no Brasil, entre 1637 e 1644, a serviço do governador Maurício de Nassau, produziu pinturas a óleo de casais Tupi e Tapuia (não-tupi) em painéis de 2,60 metros. Essas imagens alegóricas, pintadas com uma incrível riqueza de detalhes, são reveladoras da classificação feita pelos colonizadores entre os grupos indígenas no binômio Tupi-Tapuia (MONTEIRO, 1994, p. 20), de acordo com as alianças e hostilidades. No caso das mulheres, o pintor retratou uma índia Tarairiu³, considerada *Tapuia*, de costumes diferentes dos Tupi e “língua travada”, e uma índia Tupi adaptada ao engenho de açúcar. A Tapuia representa a barbárie e o canibalismo: nua, segura um pedaço de mão e traz à cabeça o cesto com um pé. Ao fundo, os guerreiros fazem uma dança. Em contraposição, a Tupi aparece carregando um filho, roupa, cabaça e uma cesta com redes e outros objetos úteis no processo de colonização. Ao lado de uma bananeira, a índia tem ao fundo um engenho de açúcar e suas plantações. Infere-se daí que a Tupi já se encontrava “domesticada” e era vista como colaboradora dos projetos de colonização. Para Alida Metcalf, essas mulheres indígenas inseriam-se na categoria de intermediárias transnacionais, porque eram “parceiras que facilitavam a integração dos europeus com as comunidades indígenas”, sem as quais teria sido impossível a permanência dos europeus na América (METCALF, 2009, p. 319).

3 “Os tarairus ou tarairius foram um grupo indígena que habitava os estados brasileiros do Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba e Pernambuco. Residiam nas ribeiras do Jaguaribe, Apodi, Açú, Piranhas, Sabuji, e Seridó, nos vales aonde se desenvolveu a guerra do Açú. Foram também chamados de otuxaianas. Os tarairius formam, segundo historiadores, um grupo linguístico distinto dentre os índios do nordeste brasileiro e estariam linguisticamente afiliados ao tronco macro-jê ao lado dos cariris”. In: www.escolakanindé-indio.blogspot.com. Acessado em 12/2/2011.



5. *Mulher Tarairu (Tapuia)*. 1641.
Óleo sobre madeira, 2,65 x 1,57 m.
Museu Nacional da Dinamarca



6. *Mulher Tupinambã*. 1641-1644.
Óleo sobre madeira, 2,65 x 1,57 m.
Museu Nacional da Dinamarca

Assim, entre bárbaras, canibais, colaboradoras e submissas oscilaram as representações estereotipadas e genéricas da mulher indígena ao longo da História. No século XIX, a sociedade ocidental não via futuro para os índios. O fim anunciado, seja pelo extermínio, seja pela adesão à civilização, levou às representações da mulher indígena morta. A obra de José de Alencar, *Iracema, Lenda do Ceará*, publicada em 1865, é paradigmática nesse sentido. A personagem principal, Iracema, é uma índia Tabajara, filha do cacique e guardiã da bebida Jurema, e que vivia no atual estado do Ceará. A trama do enredo do romance nativista é o encontro impossível entre o português Martim e Iracema, que decidiu seguir o colonizador, deixando sua aldeia para ir viver no litoral, entre os Potiguara, inimigos históricos dos Tabajara. Alguns anos depois, é abandonada por Martim que, não resistindo aos apelos da civilização, regressou definitivamente a Portugal. Desterrada em sua própria terra, Iracema faleceu de inanição e de tristeza. Dessa união, nasceu o mameluco Moacir, representante de um país de mestiços, um “álibe duma raça heróica, e a uma nação de história curta, a profundidade do tempo lendário” (CANDIDO, 1975, p. 224).

No campo pictórico, o quadro de Vítor Meireles de Lima, *Moema*, de 1866, retrata uma jovem índia morta à beira do mar, provavelmente afogada pelas águas, com os cabelos soltos e o corpo nu sobre as areias. Ao fundo, a mata exuberante compõe a paisagem. Mais uma vez, o olhar romântico revela que a mulher indígena, que concedeu o ventre para gerar os mamelucos, era apenas, no século XIX um símbolo ou uma lenda do passado, sem futuro e sem presente.

As índias mortas de Alencar e Meireles representavam “o bom índio Tupi-Guarani (convenientemente, um índio morto), que é símbolo da nacionalidade” (CARNEIRO DA CUNHA, 1992, p. 20). O projeto civilizatório da sociedade brasileira no século XIX, portanto, almejava um país mestiço com “um só povo”, o que implicava, necessariamente, o fim das culturas indígenas. A perspectiva de aculturação previa os índios assimilados ou integrados à sociedade e, portanto, seriam “menos” índios (MONTEIRO, 2001). “Durante quase cinco séculos, os índios foram pensados como seres efêmeros, em transição: transição para a cristandade, a civilização, a assimilação, o desaparecimento” (CARNEIRO DA CUNHA, 1992, p. 22). No entanto, a previsão da extinção do índio, projetada pelos cronistas, jesuítas, antropólogos e historiadores, até o século XX ficou restrita ao imaginário dos adventícios.



7. “Moema”. Victor Meireles. Óleo sobre tela, 129 X 190 cm, 1866.
Acervo do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP

2. UMA OUTRA HISTÓRIA: OS JOGOS INDÍGENAS NACIONAIS

Desde a década de 1980, as sociedades americanas apresentaram uma tendência ao crescimento demográfico. Segundo Marta Azevedo, a taxa de crescimento anual dos povos indígenas da América Latina é de 3% ao ano (AZE-

VEDO, 2008, p. 20). Além dos altos níveis de fecundidade dessas populações, a Constituição de 1988 estabeleceu direitos às terras, à saúde, à educação, às expressões culturais, assegurando tanto melhores condições de vida como a emergência de novas identidades étnicas. Nesse quadro, incentivou-se ainda a reorganização de etnias consideradas aculturadas ou quase extintas, como exemplo, os Potiguaras da Baía da Traição, os Xocó de Sergipe e os Pataxó do Sul da Bahia (MONTEIRO, 2001).⁴

Em decorrência dos movimentos sociais e das associações indígenas, houve um fortalecimento político de diferentes etnias. As mulheres passaram a se organizar institucionalmente e fundaram diferentes entidades, tais como: a *Rede Grumim de Mulheres Indígenas*, a *Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro*, a *Aliança Continental de Mulheres Indígenas*, entre outras. Segundo o depoimento de Miriam Marcos Sibodoapri, da etnia Terena, presidente do Conselho Nacional das Mulheres Indígenas (CONAMI), desde a sua fundação a 25 de setembro de 1995, a organização de defesa e apoio das mulheres agregou representantes de 50 povos indígenas dentre as 60 mulheres participantes, um número expressivo de mulheres indígenas de diversas etnias (Miriam Marcos Sibodoapri, Terena. *I Jogos Interculturais Indígenas de Mato Grosso*, Cuiabá - MT. Entrevistada por Vera Regina Toledo Camargo, 2007).

Veja a homenagem do Comitê Intertribal – Memória e Ciência Indígena (ITC) a todas as mulheres, em especial às mulheres indígenas, sábias, visionárias e guerreiras.

*Sou cacique, aprendi lá fora. Eu vou colocar as minhas posições aqui para vocês, homens. Nós não estamos jogando vocês de lado, não tem mulher jogando vocês fora. Chega daquele homem morar sozinho, chega daquele homem lutar sozinho. Primeiro, marido morria na presença de mulher e mulher não sabia se defender, não sabia lutar. Os homens iam prá baixo e prá cima para buscar alimento para mulher comer. A mulher sozinha lá no mato não sabia como fazer para criar um filho, mas tem filho, sobrinho, cuida do filho, da filha, porque o genro morreu (...). Então, chegou a hora de nós lutarmos todos juntos (...). Nós todas estamos trabalhando em conjunto (...). Nosso objetivo é esse, não estamos jogando ninguém fora do nosso trabalho. As mulheres também têm que parar de falar dos homens. (...). Nós precisamos deles e eles também precisam de nós. Foi aí que recomeçou a nossa união. (Cacique Crauza Soripa. Povo Indígena Umutina. Município de Barra do Garças - MT)*⁵

4 Marta Azevedo demonstra o grande aumento populacional da categoria indígena nos censos de 1991 para 2000 (de 290 mil para 770 mil). Ver AZEVEDO, Marta. "Diagnóstico da população indígena no Brasil". Campinas: Revista *Ciência e Cultura*, 2008, p.21.

5 <http://marcosterena.blogspot.com> - <http://www.intertribal.org.br/>

Esta fala traduz o lugar social que a mulher indígena conseguiu atingir em muitos grupos: o de ser cacique. Creuza procura equilibrar as forças com os homens, reunir esforços trazendo-os junto a si, sem aumentar a tensão entre mulheres e homens. Ela representa um processo de lutas longínquas que favoreceram o maior empoderamento da mulher nos dias de hoje. Durante muitos anos, a mulher indígena ficou praticamente imperceptível na vida pública. Para Melatti, “só o homem participa da vida política em sua plenitude. A mulher fica em segundo plano” (MELATTI, 2007, p. 163). Galvão demonstrou que as etnias do Xingu se organizam em duas categorias sociais: a dos homens comuns e a dos câmaras e capitães (líderes). Apesar das mulheres descendentes em linha direta de homens capitães receberem o título de capitães, não o transmitem para seus filhos (GALVÃO, 1953, p. 20). Melatti afirma que o poder da mulher nas sociedades indígenas não se ostenta por intermédio das instituições políticas, mas, quando expressam suas opiniões no âmbito doméstico com seus parentes masculinos, acabam por fazê-las chegar ao debate público feito pelos homens (MELATTI, 2007, p. 164).

No entanto, ao analisarmos o discurso da cacique Creuza Soripa, notamos que o papel da mulher indígena não está mais restrito ao âmbito doméstico. Maria Helena Pareci, por exemplo, foi a primeira mulher do seu povo a ocupar a chefia de um Posto Indígena da Funai o que, anteriormente, era uma função exclusivamente de homens e, a partir da criação do Conselho Nacional das Mulheres Indígenas (CONAMI), as mulheres passaram a ocupar os seus espaços nos órgãos institucionais e nas próprias organizações indígenas do movimento (Maria Helena Pareci, *I Jogos Interculturais Indígenas de Mato Grosso*, Campo Novo do Pareci, 2007. Entrevista feita por Vera Regina Toledo Camargo).

O depoimento de Miriam Cazais Ukairu, professora, cacique da aldeia e tesoureira de uma organização indígena acentua o potencial de articulação dos Pareci e o respeito pelas mulheres indígenas:

O papel da mulher, principalmente no meio do Pareci, é muito respeitado. Eu sinto porque nós temos uma associação e eu sou a tesoureira. Nós temos 690 associados Pareci. Eu trabalho com essas 690 pessoas e todos me respeitam quando eu digo sim e não. Tem horas que eles reagem, mas acabam aceitando o que eu disse. (Miriam Pareci, 16/07/2007, Aldeia Rio Bonito, Campo Novo dos Parecis - MT/ /PRS).

Os Jogos dos Povos Indígenas, organizados nas cidades por iniciativa dos irmãos Marcos Mariano Terena e Carlos Justino Terena, constituem um espaço privilegiado para refletirmos sobre a crescente participação das mulheres indígenas, inclusive como lideranças políticas. A primeira experiência foi em Anhangüera, em Goiânia (1996) e daí para frente, à medida que adquiriram experiência,

o formato dos jogos se modificou. Já foram realizados eventos em Guairá - PR (1999), Marabá - PA (2000), Campo Grande - MS (2001), Marapani - PA (2002), Palmas - TO (2003), Porto Seguro - BA (2004), Fortaleza - CE (2005), Recife - PE (2007) e Paragominas - PA (2009). Os outros jogos estaduais ou regionais têm outras denominações, como *Festa do Índio*, *Jogos Interculturais*, entre outros e são realizados no âmbito estadual ou regional, seguindo um modelo semelhante ao do âmbito nacional, com maior ou menor enfoque em atividades esportivas ou culturais. O objetivo dos jogos, contido no lema “o importante é celebrar e não competir” significa, sobretudo, jogar sem *dopping* nem anabolizantes. Os jogos representam novas formas das populações se encontrarem e exercerem a alteridade, de perceberem as diferenças e transporem obstáculos.

3. AS MÚLTIPLAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DA MULHER INDÍGENA

Os jogos refletem ações dos movimentos políticos indígenas, propiciando maior visibilidade das culturas e reivindicações de espaços sociais e políticos dos povos indígenas que deles participam. A mulher indígena, aldeada ou vivendo na cidade, participa cada vez mais ativamente dos eventos. No início, praticamente como acompanhante e, aos poucos, como “atleta” e na luta pelos seus direitos. A maioria não fala o português e algumas nunca tinham saído antes da aldeia. Os entraves políticos entre os setores organizacionais advêm especialmente das diferenças de mundos representados pelas instituições do Estado nacional e os povos indígenas, que por si só já apresentam uma grande diversidade sociocultural (ROCHA FERREIRA et alii, 2008).

Os cenários dos eventos congregam os seguintes momentos: (a) cerimônia de abertura com uma pajelança; (b) desfile de abertura assemelhando a abertura de jogos olímpicos: entrada da tocha, seguida das etnias com roupas típicas; (c) a arena - local dos jogos; (d) tendas de artesanatos; (e) fórum social - com convidados indígenas e não indígenas nacionais e internacionais, visando debater temas, tais como educação, saúde, ecologia e juventude, comunicações, utilização de energia solar, reflexões sobre os jogos e esportes indígenas, entre outros.

Em geral as atividades podem ser classificadas em três categorias: (i) atividades de sobrevivência do cotidiano das aldeias, como arco, flecha, canoagem utilizados na caça e pesca; (ii) aqueles inseridos em rituais como corrida de toras, lutas e (iii) outros de caráter geral como o jogo cabo de guerra e futebol. A diversidade dos povos indígenas pode ser vista nas plumagens, pinturas corporais, artesanatos, danças e jogos. Um locutor, em geral não indígena, transmite o evento procurando estabelecer uma relação entre o público e os atores.

A presença das mulheres na arena dos jogos tem sido cada vez mais constante, especialmente nas danças, corridas de 100 metros, 400 metros, corrida de toras (50 kg), cabo de guerra, lutas corporais e futebol. Elas não participam das atividades de arco e flecha, zarabatana, *Ronkrã* (Taco e Bola, com dois times),

Tibimore (boliche com bola de marmelo), *Xikunabity* (Jogo de bola com a cabeça). Segundo o depoimento de Luciana, da etnia Rikbaktsa: “os homens fazem canoagem, mas as mulheres também andam de canoa. Lá a gente faz jogos de futebol. De tradicional, a gente faz é a dança, a canoa e os artesanatos, como os colares e os enfeites”. Depreende-se, portanto, que a mulher Rikbaktsa participa das competições de canoagem e de futebol, além de serem responsáveis pelas apresentações de dança e fabricação e venda de artesanatos de sua cultura, uma fonte de renda de muitos grupos indígenas. Em sua fala, destaca-se a valorização das tradições culturais (Aldeia Rio Bonito, Campo Novo dos Parecis – MT, entrevista mediada por Mirian Terena⁶ em 2007).

Os jogos são realizados na cidade. Para muitas mulheres indígenas, sair da aldeia significa conhecer, ampliar o mundo e também uma oportunidade para vender artesanatos.⁷ No contexto urbano, os jogos não são cópias das atividades da aldeia, mas *mimesis*. Este termo em latim refere-se ao ato inerente dos seres humanos para imitar, mas não como cópia do real. Taussig (1993) diz que a faculdade mimética pertence à “natureza” que tem as culturas de criar uma “segunda natureza”. Esta faculdade, no entanto, não se dá meramente pela cópia do original. Ao contrário, Taussig aponta para as ressignificações que cada cultura consegue do original, o que também influencia a este. Através da *mimesis* torna-se possível a construção de novas relações sociais. Esta capacidade humana de perceber, sentir, transformar em imagens mentais, reinterpretar e ressignificar, favoreceu o aprendizado, a criação e transmissão dos jogos. A mulher indígena, portanto, passa a representar novos papéis nos jogos, antes nunca imaginados por elas e pelos não indígenas, como o de jogadora, “atleta”, política, profissional.

Tainara Terena, uma entre tantas jovens que cursa a faculdade (no caso, de agronomia), luta contra a perda da cultura de seu povo e pretende melhorar a produção e a economia:

Eu sou Tainara Terena. Moro na aldeia Ipegui, no município de Aquidauana. Eu faço faculdade de agronomia lá e sempre procuro ajudar minha comunidade em busca de recursos. (...) A minha etnia está perdendo a cultura. Eu tô procurando ajudar (...) não só na economia como também na produção. (07/01/2007 Aldeia Rio Bonito, Campo Novo dos Parecis, MT/ /PPRS)

6 Mirian Terena trabalha com algumas organizações de mulheres e é presidente do Conselho Nacional de Mulheres Indígenas, que lutou para que as mulheres participassem dos Jogos Indígenas.

7 Carminda, que vive na aldeia Umutina, trabalha com artesanato e na associação de mulheres. Diz ela: “Desde os quinze anos, eu trabalho com artesanato. Eu [aproveito] toda saída que a gente tem pra Brasília, pra Cuiabá e pra qualquer lugar (...) vendendo os artesanatos do meu povo Umutina. A gente trabalha na associação das mulheres, com quarenta mulheres. São divulgadas essas quarenta mulheres na aldeia Umutina.” (07/3D/ Aldeia Rio Bonito, Campo Novo dos Parecis, MT/ /PPRS).

E conclui:

Os jogos são importantes prá nós, indígenas, porque reúne os índios, os irmãos e nós todos aqui. Temos o mesmo sangue, só diferencia a tribo, pois a minha tribo é Terena. Aqui tem a tribo dos Xavante, dos Enenaue⁸. A minha cultura é diferente dos Enenaue. A gente procura juntar e conversar sobre como é a aldeia deles. A minha aldeia já está bem urbanizada, os homens brancos já começaram a participar das nossas festividades indígenas. Eles costumam ir lá, porque hoje nós temos professores brancos e também índios formados em Pedagogia. Eu faço Agronomia e também tem muita gente fazendo Geografia, Normal Superior (...). Com isso, a minha aldeia vai evoluindo. Eu observei que a minha tribo é muito diferente das outras. (Tainara Terena, 07/01/2007, Aldeia Rio Bonito, Campo Novo dos Parecis, MT/ /PPRS).

No depoimento de Tainara, destaca-se a valorização das diferenças culturais, o fortalecimento da própria identidade, a importância da formação dos jovens e a oportunidade de intercâmbio entre os grupos indígenas que os *Jogos* proporcionam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Jogos Indígenas Nacionais constituem-se como espaços privilegiados de participação da mulher indígena, percebida no processo de mudanças sociais, mudanças de comportamento, mudanças da balança de poder entre homens e mulheres, entre indígenas e não indígenas e nas mudanças figuracionais. As mudanças são lentas, mas contínuas, num processo de idas e vindas. Elias observa as diferenciações nos comportamentos, nos *habitus* e poder e suas inter-relações nos processos históricos. Os Jogos Indígenas Nacionais abrem possibilidades para as mulheres exercerem novos papéis sociais e novos comportamentos. Atletas, jogadoras, líderes, artesãs, mães, cantoras, profissionais e representantes dos seus grupos, as mulheres indígenas participam, cada vez mais, das diversas modalidades esportivas e dos Fóruns sociais, com temas específicos sobre a mulher. Os jogos intertribais aguçam a consciência da diversidade cultural e viabilizam a circulação de conhecimentos e a consolidação de amizades e namoros. Depois dos jogos, muitos jovens se deslocam para casar em outras aldeias. Nas falas femininas percebemos a importância da educação para a formação dos profissionais indígenas, a valorização das tradições culturais e dos contatos interétnicos e o respeito pelos direitos indígenas.

8 Referência ao povo Enawene-Nawe, do Mato Grosso

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, J. *Iracema*. São Paulo: Ed. Ática, 2002.
- ANCHIETA, Pe. José de. *Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.
- AZEVEDO, Marta. M. Diagnóstico da população indígena no Brasil. Campinas, *Ciência e Cultura*, Ano 60, n. 4, out./dez., 2008, p. 19-22.
- BAPTISTA, Jean. *Dossiê Missões: O Temporal: sociedades e espaços missionais*. São Miguel das Missões: Museu das Missões, 2009.
- CANDIDO, Antonio. *A Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. 2 vols. 5ª ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal da Cultura; Fapesp, 1992.
- CORTESÃO, Jaime. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro: Edições de Livros de Portugal, 1943.
- DAL POZ, João. Tupi-guarani, um caso de fidelidade (Resenha de C. Fausto, *Inimigos fiéis: história, guerra e xamanismo na Amazônia*). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18/51, n. 51, 2003, pp. 170-174.
- ELIAS, N. e DUNNING, E. *A busca da excitação. Memória e Sociedade*. Lisboa: DIFEL, 1992.
- ELIAS, N. *The society of individuals*. Continuum, New York, 2001. Em português - *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.
- GALVÃO, Eduardo. "Cultura e sistema de parentesco das tribos do alto rio Xingu". *Boletim do Museu Nacional, Nova Série, Antropologia* 14. Republicado em encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1953, pp. 73-119.

- FASSHEBER, J. R. & ROCHA FERREIRA, M.B. Etnofutebol indígena. *ComCiência*, Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, v. 79, p. 5 a 8, 2006. Acesso em <http://www.comciencia.br/comciencia>, 2006.
- FASSHEBER, J. R. & ROCHA FERREIRA, M.B. Etno-Desporto Kaingang. In: VII Reunião de Antropologia do Mercosul, 2007, Porto Alegre. Anais da VII RAM. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- GALLOIS, D.T. *Patrimônio Cultural Imaterial e Povos Indígenas*. São Paulo: IEPÉ, 2006.
- KOK, Glória. *Os vivos e os mortos na América portuguesa: da antropofagia à água de batismo*. Campinas: Unicamp, 2001.
- KOWALSKI, Marizabel; ROCHA FERREIRA, M. B. Aproximações sobre o “Corpo” e o Povo Indígena. IX Simpósio Internacional Processo Civilizador: Tecnologia e Civilização. Mesa Temática: Corpo, Cultura e Tecnologia. Pgs. 155-175. Home page: www.cefetprpg.br. Ponta Grossa-PR: Gráfica da UFTPR, 2005. CD-Rom
- MELATTI, Julio Cezar. *Índios do Brasil*. Brasília: Coordenada; São Paulo: EDUSP, 2007.
- METCALF, Alida C. A busca pelo intermediário feminino no século 16 no Brasil. In Stuart Schwartz e Erik Lars Myrup (orgs.), *O Brasil no Império Marítimo Português*. Tradução de Fernanda Trindade Luciani e João Paulo Maranhão. Bauru - SP: Edusc, 2009.
- MONTEIRO, J. M. *Negros da Terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2001. Tese de Livre-Docência, 233 pp.
- NÓBREGA, Pe. Manoel da. *Cartas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

- PRIORE, Mary del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 1989.
- RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. In Mary del Priore, *História das Mulheres no Brasil* (6ª ed.). São Paulo: Contexto, 2002.
- ROCHA FERREIRA, M. B., HERNÁNDEZ V., M.; CAMARGO, V. R. T., VON SIMSON, O. R. Jogos indígenas, realizações urbanas e construções miméticas. *Ciência e Cultura - Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Temas e Tendências. Cultura Indígena*. Ano 60, n. 4, 2008, p.47-49.
- SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. (3ª ed.). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Inferno Atlântico. Demonologia e colonização: séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- TAVARES, S. C. "O campeão – um protótipo do tipo ideal xingano", *Revista Conexões*, 4: 2000, p. 38-45.
- TERENA, C. J. O importante não é ganhar, mas celebrar. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, julho 2007.
- TERENA, M. O Esporte como resgate de Identidade e Cultura. In M.B. Rocha Ferreira et alii. *Cultura Corporal Indígena*. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2003, p 15-24.
- TAUSSIG, M. *Mimesis and alterity - a particular history of the senses*. New York/London: Routledge, 1993.
- VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus*. (3ª ed.). Petrópolis: Vozes, 1977, 2 vols.

VIVEIROS DE CASTRO, E. B. A fabricação do corpo na sociedade xinguana e alguns aspectos do pensamento Yawalapíti (Alto Xingu): classificações e transformações. In J.P. Oliveira Filho (org.) *Sociedades Indígenas & indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.

UM ESTRANHO NO NINHO? O FUTEBOL NAS IDENTIDADES INDÍGENAS

Liliane da Costa Freitag ¹

José Ronaldo Fassheber ²

Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná - UNICENTRO

Os Fulniôs viviam desde o século XVIII em sua reserva na região de Águas Belas, no vale do Ipanema, sertão baixo de Pernambuco, a poucos quilômetros da divisa de Alagoas. Eram um dos últimos grupos indígenas da região. Nos dois estados, não restara um único caeté para contar com que temperos os seus ferozes antepassados haviam comido o Bispo Sardinha em 1556. E nem um ferocíssimo tupinambá para contar como eles próprios haviam dizimado e comido os caetés – antes de serem, por sua vez, exterminados com ainda maior ferocidade pelos portugueses. Em muitas ocasiões, a vida de um índio na jân-gal brasileira valeu pouco mais que uma paca. Pensando bem, foi um milagre que alguns deles ainda tivessem chegado vivos no século XIX (CASTRO, 1995, p. 09).

Foi exatamente pelo milagre de terem sobrevivido aos séculos de etnocídio físico e cultural que os Fulniô tiveram de se dispersar pelo país. Segundo Castro (1995), uma das famílias de descendentes Fulniô desaldeados veio parar no estado do Rio de Janeiro, no município de Magé, na baixada fluminense, já nas primeiras décadas do século XX, atraídos pela oferta de trabalho nas fábricas de tecidos.

Seu Amaro e Dona Maria Carolina constituíam uma dessas famílias migrantes, desaldeadas, e do ponto de vista dos cariocas, talvez fossem apenas mais uns "paraibas" que aportaram por lá. Entretanto, com sangue e sêmen Fulniô

1 Historiadora (Unicentro) - lilianefreitag@uol.com.br

2 Antropólogo e Educador Físico (Unicentro) - zerf@uol.com.br

eles geraram um dos mais ilustres jogadores de Futebol do Mundo e que jogava com a alegria do canto de um passarinho que lhe dera alcunha: Garrincha.

Pode ser que muitos de nós, em nossa sociedade branca e urbana não saibamos dessa informação sobre as origens do "Mané" – ele próprio jamais se auto-identificou Fulniô – mas, muitos indígenas que conhecemos têm a exata noção de que Garrincha era "parente", lembrando desse "detalhe" para afirmar suas identidades no Futebol. A mimesis está no olhar positivo que se pode obter a partir da imagem do índio ídolo para justificar, entre outras coisas, que eles possam jogar Futebol também.

Nessa direção, tomamos como exemplo a viagem do jornalista inglês Alex Bellos (2003), acompanhado pelo antropólogo Fernando Fedola Vianna ao grupo Xikrin. Conhecedores da experiência do antropólogo no que tange a prática do futebol, os Xikrin solicitaram-lhe exercícios de aquecimento e de alongamento para o Futebol³.

Decorridos três meses do encontro multicultural vivenciado pelo jornalista inglês, pelo antropólogo brasileiro e, pelo grupo indígena, o referido repórter ouviu da antropóloga Isabelle Giannini o relato de um ritual Xikrim. Conforme a narrativa da antropóloga: os Xikrin executam normalmente seus rituais no centro da aldeia que é circundada por suas casinhas de tijolos. Estes rituais começam ao amanhecer. Ela já viu muitas cerimônias parecidas. Formam-se duas fileiras paralelas de jovens índios com penachos e roupas típicas. Desta vez, as duas filas vestiam uniformes de Futebol com cores diferentes. Eles corriam levantando ora a perna direita, ora a esquerda. A dança ritual era uma coreografia inspirada nos movimentos ensinados por Fedola.⁴

A antropóloga citada relatou que, ao invés de achar que a dança futebolística estivesse degenerando os costumes dos antigos em prol da cultura moderna, ela sentiu que aquilo mostrava a força da tradição indígena de se adaptar a novas realidades. Ademais, segundo o que ela relatou a Bellos (2003, p. 82), "o ritual é sobre a compreensão da posição dos Xikrin no universo. Trata de mostrar que eles estão no comando de seu mundo. Que é um mundo que inclui o Futebol. Eles se apropriaram de elementos da nossa sociedade e os incorporaram em seus próprios termos".

1º TEMPO: IDENTIDADE, REPRESENTAÇÃO E MEMÓRIA

O exemplo anteriormente citado pelo jornalista é típico desta situação. Mostra a dinâmica cultural na incorporação de elementos não tradicionais mesclado aos tradicionais. Demonstra também que o esporte não é apenas copiado ou imitado, mas sim incorporado, no sentido de que ele ganha significado

3 Fernando Fedola Vianna havia sido jogador profissional de Futebol.

4 A referida pesquisadora é conhecedora e vem trabalhando com os Xikrin desde o ano de 1984.

próprio em cada cultura indígena, dentro da tradição, e a partir das explicações míticas. Com isso, estamos demonstrando que o Futebol, e em particular o que a sociedade reconhece como futebol indígena, constitui-se como uma prática social derivada de experiências vividas, uma composição de pluralidades, uma prática temporal. Sobretudo, futebol indígena é um termo ou um conceito forjado pela sociedade envolvente.

O Futebol, no sentido apresentado por Mauss (2002), pode ser considerado um fato social total, pois ele pode ser analisado sob vários ângulos: é um fato jurídico (no sentido das organizações esportivas, das padronizações de regras e das relações entre índios e não índios); ao mesmo tempo em que é fisiológico (pois leva em conta a construção e o uso do corpo); é sociológico (reuniões futebolísticas nas próprias Terras Indígenas – TIs, – entre Terras Indígenas diferentes e entre Terras Indígenas e outros locais não indígenas); e ao mesmo tempo é carregado de performances discursivas. Também podemos analisar o Futebol como fato social total como Naveira (2006, p. 32) o fez entre os Yawanawa em que, através do lúdico provocado pelo Futebol, "a sociedade se desembaraça do atomismo cotidiano e se faz visível como 'todo', conseguindo gerar e expressar, em ação, uma imagem modelar de si mesma".

Para além dessas análises, a atividade conhecida e *re-conhecida* como futebol consiste em uma prática *re-apresentada* ao longo do tempo. Assenta-se, portanto em diferentes representações. Depreende-se desse pressuposto, o significado que o conceito futebol indígena carrega na edificação de identidades sociais em contínua transformação.

Identidade é assunto ambivalente. Práticas de pertencimento, assim como os sentimentos que elas evocam, são extensões de identidades e não possuem a resistência de uma rocha. Bauman (2005, p. 19) destaca que "pertencimento" e "identidade" "[...] não são garantidos por toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis e, de que as decisões que o próprio indivíduo toma os caminhos que percorre, a maneira como age [...] são fatores cruciais tanto para o pertencimento quanto para a identidade". Segundo as interpretações de Freitag, esta reflexão evoca que,

enquanto o sentimento de pertencimento for um destino para os indivíduos, a identidade - sentimento de pertencimento a um grupo que o defina - não vai ocorrer. Segundo essa linha de pensamento, as identidades, portanto podem flutuar no ar, conforme algumas de nossas escolhas. Outras, no entanto, podem ser lançadas a nossa volta por ter encontrado ali um terreno fértil para levar a cabo tal tarefa. [...] portanto, as identidades se revelam quando inventadas pelos sujeitos, como construções dinâmicas de resultado transitório que se dá do encontro entre as diferenças. (FREITAG, 2007, p. 19).

Em outros termos, a identidade evoca um pertencimento, que evoca uma oposição ao Outro. No que tange ao tema futebol, trata-se de outra equipe, deste ou daquele lugar. A questão também é igualmente válida para pensarmos a relação futebol indígena e identidade, haja vista que as identidades não existem a priori das práticas de representações criadas pelos sujeitos. As representações identitárias são construídas por agentes coletivos em uma dinâmica constante: constroem-se, reafirmam-se. Configuram-se como construtos sociais que atribuem determinados sentidos a indivíduos e grupos⁵. Esta ampla dimensão que atribuímos às identidades nos faz retornar a importância que os conceitos adquirem no que tange a compreensão das identidades em criação.

Destarte, para desvelar uma dada identidade tendo como escopo a expressão "futebol indígena", devemos apreender como são engendradas as identificações como sendo também práticas, nas quais nossos olhos veem refletidos em um geometral, identidades em artifício, para usar a expressão de Paul Veyne (1988).

O conceito "futebol indígena" cria o que podemos chamar de sistema de inteligibilidade que nos oferece uma representação do que é essa prática. Se colocarmos de forma mais ampla, "futebol indígena" consiste em uma atribuição de sentido, que ao ser incorporado pela sociedade e pelo grupo passa a dar significados à existência de uma comunidade de sentido, pois passa a ser entendido como uma prática particular, mas que é estabelecida sobretudo a partir de códigos comuns por intermédio de construções simbólicas.

A ideia futebol indígena, ou o futebol praticado em terras indígenas ou fora delas acaba criando a ideia de uma prática diferenciada que acontece sobretudo em um dado espaço social, o qual congregaria, segundo Bourdieu (1996, p. 3) sujeitos "[...] homogêneos, o quanto possível, não apenas do ponto de vista de suas condições de existência, mas também do ponto de vista de suas práticas culturais, [...] de suas opiniões políticas etc".

Nossa leitura entende que os conceitos são representações que possuem historicidade e, portanto, mudam ao longo do tempo. Aliás, também, práticas sociais. Em todo caso, um conceito é uma construção de mão dupla. Aliás, é uma criação de saber científico, tecida em um campo de disputas ou intrigas. Essa posição é válida para o objeto chamado "futebol indígena" ainda em plena construção.

Estas colocações são válidas ainda no que tange aos conceitos Etnodesporto e Etnofutebol indígena, forjados por Fassheber (2006⁶ e 2010). Seria, segun-

5 Além da interpretação proposta por Bauman (2005), convém ressaltar as contribuições de Ricoeur (1991), bem como reiterar que Bourdieu (1989) também se dedica ao tema identidade e as relações que essa possui com as representações. Referimo-nos ao capítulo V da obra "O poder simbólico".

6 Nesse caso, Fassheber e Rocha Ferreira (2006).

do esse entendimento, resultante de uma atividade ou um processo mimético. Segundo as palavras do pesquisador: “o processo pelo qual a mimesis⁷ do esporte – pela via da transformação dos Jogos Tradicionais e da incorporação do Futebol nas aldeias – permite-nos pensar a afirmação da identidade étnica de forma ímpar” (FASSHEBER, 2010, p.32). Devemos lembrar que, na reflexão, o autor está considerando o futebol indígena como prática identitária vinculada ao uso específico que cada grupo faz de sua corporalidade. Certamente que essa não é uma leitura reducionista, pois os corpos são espaços simbólicos que anunciam experiências, são lugares de criação e, que mesmo sendo reinventados permanecem sempre reinventando cultura, enfim, certa forma de vida. E, qualquer leitura que venha abreviar as identidades sociais somente a um tipo de código de pertencimento estaria fadada à morte.

INTERVALO: O FUTEBOL COMO COMBATE DE IDEIAS

Ao longo das edições dos Jogos dos Povos Indígenas (JPIs), que vêm ocorrendo desde 1996⁸, estes também se transformaram em espaços simbólicos que integraram várias etnias, reuniram tradições, sabedorias e rituais indígenas e não indígenas, incluindo o Futebol. Para compreendermos essa dinâmica é necessário estabelecermos uma ampla compreensão do evento como uma grande festa, mas, sobretudo produzida como sendo um novo rito de modernidade. Por meio desses eventos os referenciais de coragem e liberdade foram destacados e impressos como sendo também pertencentes às cidades nos mais diversos palcos de disputas.

Na localidade fronteira de Guará, por exemplo, o Centro Náutico (espaço reservado a atividades náuticas) viu-se reinventado transformando-se em um espaço para práticas de representações tradicionais indígenas. Mas a compreensão desta festa, passa sobretudo pela leitura de entrelaçamentos, proximidades e distanciamentos nas cidades. Sendo estas últimas, transformadas em uma região simbólica que *re-apresenta* territorialidades. Reconhecemos essa operação em que o uso da imagem e do discurso midiático tem assumido uma centralidade, o que

7 Conceito que extrai de Michael Taussig (1993), para quem a faculdade mimética pertence à “natureza” que têm as culturas de criar uma “segunda natureza”. Esta faculdade, no entanto, não se dá meramente pela cópia do original. Ao contrário, Taussig aponta para as ressignificações que cada cultura consegue do original, influenciando este original. Mas a faculdade mimética que eles possuem para transformar e ressignificar estes conhecimentos pode ser claramente identificada quando analisamos a introdução do Futebol e de outros processos de institucionalização do esporte.

8 I JPIs em Goiânia - GO (1996); II Jogos em Guairá - PR (1999); III Jogos em Marabá - PA (2000); IV Jogos em Campo Grande - MS (2001); V Jogos na cidade de Marapanim - PA (2002); VI Jogos em Palmas - TO (2003); VII Jogos em Porto Seguro - BA (2004); VIII Jogos em Fortaleza - CE (2005); IX Jogos nas cidades de Recife e Olinda - PE (2007); e X Jogos em Paragominas - PA (2009).

resulta em uma espetacularização do que já é uma *re-apresentação* de algo que um dia supõe-se que foi vivido.

O deslocamento das memórias, quer seja com a institucionalização dos Jogos dos Povos Indígenas, quer seja em eventos de menor amplitude, produzem sentidos acerca do conceito índio⁹. Esse deslocamento de memória não é o reflexo perfeito de certo modo de vida, mas um esforço repleto de significados que em regra pode ser lido como um sinal da vitalidade de vida e, que independente dos usos políticos e midiáticos que fazem destes acontecimentos, demonstra, sobretudo por parte dos povos indígenas representados em cada uma das ocasiões, um esforço de continuar a frente de um projeto afirmativo de nação. E, nesse contexto, o que se vê ou aquilo que se quer ver é uma síntese da identidade indígena. Contudo, essa composição carrega uma visão reducionista *feticizada* de cultura, pois nas operações de síntese, prevalecem sempre ideias de identidades instrumentais ligadas a um projeto de modernidade e à inútil pretensão de reaver vivências e memórias silenciadas e aquelas cujos traços foram sendo ressignificados.

Felizmente, nossos olhos vislumbraram múltiplas formas de produção simbólica de identidades sociais. Por um lado, as cidades que alocaram os Jogos Indígenas não são mais as mesmas. Cada uma dessas regiões chamadas *cidade*, coexistiram com uma complexidade de diferenças. Por outro, nelas ficaram marcas de territorialidades, impressas também pelas tribos urbanas.

De uma forma ou de outra, os meios pelos quais as identidades indígenas são apresentadas ao público através desses eventos consistem em uma ação política. Porém, tal atitude jamais é de mão única, pois emergem de lutas travadas no interior dos campos de poder político (índigena e não indígena) assim como entre os dois campos de poder político. Isso não implica em um simples jogo de forças, mas conduz a uma compreensão ampla da existência de tensões, negociações, lutas simbólicas em torno de memórias e, por extensão, de definições de mitos identitários que tecem o que queremos reconhecer como nação.

Por certo que o Futebol revela-se como realidade empírica dentro das aldeias, fora delas e em espaços como os Jogos dos Povos Indígenas: por essas e

9 A proposta dos Jogos dos Povos Indígenas preceitua o Art. 231, Capítulo VIII da Constituição Federal: "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições", em consonância com a Lei 6.001 de 19 de dezembro de 1973, no seu Art. 47: "É assegurado o respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas, seus valores artísticos e meios de expressão". Art. 217, inciso IV, da Constituição Federal do Brasil, que se traduz na "proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional" e ainda o Art. 31, Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, do ano de 2007: "Os povos indígenas têm o direito a manter, controlar, proteger e desenvolver seu patrimônio cultural, seus conhecimentos tradicionais, suas expressões culturais tradicionais, esportes e os jogos tradicionais e as artes visuais e interpretativas". (<http://www.esporte.gov.br/sndel/jogosIndigenas/XJogos/historico.jsp>, consultado em 05/03/2011).

outras, ou pelo uso do Futebol como prática recreativa mais comum atualmente, muitos consideram os índios como aculturados. Pode ser que olhos menos atentos concordem com essa afirmação, afinal eles não só jogam o Futebol e o fazem muito bem e cotidianamente, como também muitos usam roupas dos *brancos*, trabalham e ganham dinheiro “branco”, usam a religião dos *brancos*, carro dos *brancos* e ganham uma ainda parca assistência médica e educacional, modelo *branco*. Também dão entrevista e tiram fotografia para pesquisador *branco* da Universidade *branca*, com seus propósitos, projetos e intenções *brancas*. Mas eles fazem com propriedade a leitura indígena sobre os intentos dos *brancos* e ler-nos marca-lhes mais uma vez sua identidade.

Devemos considerar a leitura de Taussig (1993) para quem a habilidade dos indígenas para adaptar não deveria ser confundida com aculturação. Ao contrário, esta é uma característica constante, tradicional da vida social e cultural indígena para transformar o velho no novo e o novo no velho, incorporando-os mais que os rejeitando. Como fazem com o Futebol indígena.

2º TEMPO: O ESTRANHO FUTEBOL BRETÃO INDÍGENA

Mas, então, por quais motivos encontramos tanto estranhamento nos discursos sociais, oficiais ou jornalísticos, digam-se brancos pós-coloniais, acerca da possibilidade dos índios jogarem esse antigo esporte bretão que a própria sociedade brasileira tratou de incorporar como um de seus aspectos identitários mais singulares? Ou, em outras palavras, por que o Futebol é tratado como um “alienígena perverso” dentro dos Jogos dos Povos Indígenas se pudermos considerar que os próprios jogos são “estranhos” ao cotidiano das aldeias?

Essas perguntas podem ser respondidas com novos questionamentos: O Futebol é identidade incorporada da sociedade brasileira? Nós também não o mimetizamos dos bretões? Os Jogos dos Povos Indígenas não são a mimesis de outras organizações esportivas? E se o futebol indígena parece tão “estranho”, o que podemos dizer da rejeição social um tanto *alterófila* em relação à poligamia e ao politeísmo tão característico de várias nações indígenas? Custamos a entender: nós rejeitamos a nudez e ao mesmo tempo nos indignamos dos indígenas usarem roupas, computadores, carros, etc. Então, não pode futebol alienígena e nem politeísmo cultural?

No entanto, alguns exemplos desse estranhamento ao Futebol foram descritos por jornais ou sites, mesmo os oficiais como a FUNAI ou o do Ministério do Esporte. Não é uma má intenção desses órgãos, mas temos que admitir que o discurso revela armadilhas interessantes. Exemplo disso é a “curiosidade” estampada no site da FUNAI sobre a prática do Futebol Indígena:

Numa partida de futebol masculino nos I Jogos, as equipes dos Kanela e Xingu, disputaram uma jogada praticamente em cima da linha que

delimita a entrada do gol. Um dos atletas através de gesto ao juiz reclamou que a bola havia entrado, porém o goleiro chamou esse atleta, mostrando e colocando a bola quase em cima da linha demarcatória, embaixo das traves. O atleta atacante olhou e balançou a cabeça confirmando que realmente a bola não havia entrado. O atacante poderia ter chutado a bola para dentro do gol, o que seria válido pois a bola estava em jogo, mas não o fez. Nas partidas de futebol disputada nos Jogos a comunicação entre os atletas da mesma equipe é praticamente inexistente, não há gritaria nem xingamento com os companheiros, muito menos com os adversários pelo fato de não falarem a mesma língua. Sempre existem entradas duras, como em qualquer partida de futebol, mas as reclamações são raras.

(<http://www.funai.gov.br/indios/jogos/curiosidades.htm>, consultado em 05/03/2011)

Curiosidade? De quem, afinal? Parece estarmos diante de uma curiosidade muito maior da sociedade branca sobre o exótico do que a curiosidade dos indígenas sobre o Futebol já incorporado em cada aldeia.

Em todas as edições dos JPIs, em suas programações divulgadas pelo site do Ministério do Esporte, as manhãs de todas as edições foram destinadas ao futebol. Por duas razões, a primeira é que o futebol demora mais a ser jogado e depois porque quase todas as etnias fazem questão de participar e dedicam ao futebol boa parte da energia dos jogos indígenas totais. E não é preciso nem um envergonhamento deles, pois fazem isso com imenso prazer, como notamos nas inúmeras entrevistas coletadas pelas equipes de Pinto e Grando (2009)¹⁰ em que o Futebol aparece como uma realidade social “na marra” e quase sempre como atividade favorável e agradável. E foi uma exigência dos próprios indígenas, como Terena revelou a Almeida (2009, p.34) sobre os I Jogos em Goiânia: “Naquela oportunidade, ao reunirem as lideranças indígenas para construir a programação do evento, todos afirmavam que queriam jogar futebol”.

O comentário de Almeida (2009), que destaca que nos Jogos dos Povos Indígenas, entre o Futebol e os debates identitários, os índios preferirem a primeira atividade deve ser problematizado. Os jogos de futebol foram realizados simultaneamente ao Fórum Social Indígena e, ao contrário, não causaram um esvaziamento dos debates e das atividades políticas. O Fórum Social tem tido pouca audiência, independente da presença ou não da categoria futebol. Lideranças masculinas e femininas ainda que em menor número, se fizeram representar. Enviados da FUNAI assim como indígenas solicitados pelos seus caciques também se fazem presentes.

10 Na obra, o número de ocorrências do termo Futebol somam 322 e aparece praticamente em todas as entrevistas que sistematizaram nos X Jogos dos Povos Indígenas (JPIs) em Paragominas - PA, 2009.

Quanto ao Futebol, é atividade que não apaga, mas se realiza paralelamente a outras tais como a confecção de artesanato, e mesmo aquelas que se depreendem do interior das ocas ou dos espaços destinados para descanso ou habitação provisória. Conversas e experiências trocadas acontecem mesmo em horários destinados ao futebol. Contudo, é na arena, durante os jogos 'tradicionais' que vislumbramos certas divisões entre os grupos. Apesar disso, sempre houve tentativas de se retirar os jogos não tradicionais indígenas da programação. Segundo Carlos Terena (2009)

O futebol é um esporte que tem trazido problemas nos Jogos, sendo avaliado constantemente por nós sobre o seu papel no evento. Para amenizar os problemas da competição com o futebol, no IX Jogos dos Povos Indígenas, optamos por não ter o futebol de campo, mas o futebol de arvia exatamente para comprimi-lo enquanto um esporte de contato corporal e de competitividade entre os "parentes" (pessoas de outra etnia indígena). O futebol tem trazido uma série de consequências negativas, em virtude das diferenças que a competição esportiva promove entre os participantes, principalmente porque o futebol é uma prática esportiva presente nas aldeias que estão em maior contato com os não indígenas, seja no contato direto ou via televisão, sendo uma prática que envolve muito os jovens, homens e mulheres, cujos valores específicos de sua cultura e identidade étnica ainda não estão consolidados. (TERENA, 2009, p. 25)

Entendemos que as concepções de Terena retêm um olhar que admite o futebol junto às populações indígenas, somente à medida que esse esporte não venha anular aquilo que destaca como sendo "valores específicos de sua cultura". Esse discurso é depositário de uma concepção muito recorrente que vislumbra um dia recolocar cada identidade de grupo em um lugar supostamente legítimo. Ou seja, aposta em uma identidade colocada em perigo. Da preleção acima, podemos notar também uma fala de oposição ao futebol de campo. Entendemos que o argumento, ao destacar "consequências negativas" à identidade indígena recusa, sobretudo, o contato com o *Outro*. Ou ainda, exonera o *Outro*, da mesma forma como nossos antepassados o fizeram e de certa forma ainda hoje continuamos a fazer. Devemos lembrar que as identidades não existem sem os movimentos que lhes dão existência, quais sejam: as práticas de representações criadas em conjunção e em conflito.

As identidades são sempre recompostas e precisam das diferenças em contato, pois essas são alimentos que dão significados aos grupos. Idealiza-se dessa forma, uma copa isolada de futebol indígena, como sendo um ato de identidade. Contudo, entendemos que um acontecimento, a exemplo da chamada "I Taça das Nações Indígenas de Futebol", ao criar outro espaço para o futebol indígena,

só vem a reafirmar uma ideia que naturaliza as identidades sem levar em conta o amplo movimento em que elas são tecidas e, nesse caso, fica claro que estamos diante de uma forma etnocêntrica, intrínseca às sociedades, e que conforme Lévi-Strauss (1983) *nega o Outro*. Nesse caso, *recusa-se o diferente ou as diferenças de um outro*, materializado em uma prática que supostamente agrega e expressa a nação.

Quanto aos efeitos contraproducentes entre as pessoas, que a prática do futebol poderia exercer nos Jogos dos Povos Indígenas, o argumento que propala a exclusão do futebol não leva em conta que persistem práticas de celebração no momento de um gol realizado ou ainda ao término desse mesmo jogo. As rodas, os cânticos – marcas de culturas – são vislumbrados por olhares mais apurados quanto ao que vem a ser cultura.

E na tal copa de futebol indígena, e ao contrário da visão indígena, o protagonismo volta a ser o do estranhamento. Figueiredo e Souza (2007) discutiram o contexto de um dado Campeonato de Futebol, realizado na localidade de Juiz de Fora – MG, em que indígenas se fizeram presentes. Segundo constatado pelos autores, os juizforanos esperavam encontrar índios totalmente alheios à cultura *branca*, supostamente “civilizada”. O discurso de “estranhamento por parte dos ‘brancos’ ao verem as tribos chegando equipadas com aparelhos de MP3, câmeras fotográficas digitais, chuteiras de cores, uniformes com patrocinadores, entre outros” (FIGUEIREDO E SOUZA, 2007, p. 02), pode ser observado nos principais jornais da cidade (Tribuna de Minas e Jornal Panorama). Efeito interessante da mimesis. Se os bens ocidentais, lembra Taussig (1993), excitam a imaginação dos índios, mais faz excitar o observador ocidental. O circular “Tribuna de Minas” também colocou em destaque, dentre outros discursos, aquele propalado por Carlos Terena. Segundo as palavras dessa expressiva liderança indígena:

para nós, todo esporte é uma fantasia que envolve rituais, às vezes culturais, outras espirituais [...]. Vemos aqui que durante o evento, esporte e cultura se fundiram como uma forma de apresentar o “outro” e o “eu”. O futebol nos proporciona isso. Na competição a mistura do uso do arco e flecha antes da partida com a filmadora e o autógrafo; a camisa patrocinada com o cocar; o ritual de entrada em campo, os cantos de guerra e de alegria, misturados a chuteiras coloridas imitando as dos craques vistas na tevê. (FIGUEIREDO E SOUZA, 2007, p. 08)

Das palavras de Carlos Terena, depreende-se uma erudição, uma forma de linguagem muito curiosa, para muitos, pois não se enquadra ao padrão interpretativo recorrente no imaginário social. Naquele e em tantos outros eventos, o que se viu foi uma prática social – o futebol – jogado segundo as regras conhecidas e *re-conhecidas* que regem esse esporte.

Podemos contrapor as duas falas de Terena: a primeira interpreta negativamente a prática do futebol que reúne brancos e indígenas; a segunda, destaca que “todo esporte é uma fantasia que envolve rituais, às vezes culturais, outras espirituais [...]. O futebol nos proporciona isso”.

De toda forma, as populações indígenas decidiram continuar com o futebol nos Jogos dos Povos Indígenas por sua conta e vontade. Afinal, como lembram Fassheber e Rocha Ferreira (2006, s/p): “ninguém reclama de um ucraniano médico, de um polonês farmacêutico, ou de um biólogo chinês. Todavia, todos se espantam quando um indígena faz faculdade, se forma, se elege ou apenas joga futebol”. Contudo, se muitos olhos ficaram decepcionados na copa de futebol indígena, talvez ainda hoje estejam à espera da representação idealizada dos povos indígenas da história que aprendemos em nossos bancos escolares, definidora de um patriotismo que tem como base os modelos dos antepassados¹¹.

NOS ACRÉSCIMOS: UMA PARTIDA INDEFINIDA

Para onde foram os indígenas, aqueles reconhecidos como sendo os naturais da *terra Brasilis*, vistos como homens sem alma e inteligência? Para onde foram aqueles bravos portugueses responsáveis por amparar os aborígenes? Ficará sempre uma sensação de vazio na conformação de uma cultura genuinamente indígena criada, pela escrita da história como afirmou Schwarcz (1993): no estabelecimento de peças rememorativas e espetáculos rituais.

Afinal, quais as representações em torno dos indígenas que envolvem a História do Brasil ainda hoje? São representações hierarquizadas que deslocam os indígenas de sua historicidade. São vistos como inferiores ao branco. Isto se deu a partir das interpretações de Teorias Racistas Europeias, especialmente o Darwinismo, no Brasil. Um desafio que ainda temos que superar: a ideia de que existe ainda uma hierarquia de raças. Tema que constitui parte do debate ainda inacabado na grande obra de criação da nação brasileira.

11 Para a história ensinada no século XIX, havia um passado colonial que deveria ser lembrado como ponto de partida para o novo Estado, mas havia um passado que deveria ser esquecido. Desse ponto de vista, a continuidade histórica em relação ao período político colonial era vista com positividade, pois legaria às gerações futuras determinadas heranças de homens com feitos heróicos. A recomposição do trajeto que iria da colônia a Nação passaria assim, pela escrita da história do Brasil. A escrita da história do Brasil constituiu-se assim, em uma experiência histórica que nasce sob a tutela do Império de D. Pedro II, e que teve no Instituto Histórico Brasileiro um espaço legítimo de criação. E, nesse processo de criação, a imagem indígena foi uma delas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A. J. M. IX jogos dos povos indígenas: registro da memória. In L. M. S. M. Pinto; B.S. Grando (orgs)., *Brincar, Jogar, Viver: IX Jogos dos Povos Indígenas*. Cuiabá: Central de Texto, 2009.
- BAUMAN, Z. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BELLOS, A. *Futebol: o Brasil em campo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.
- CASTRO, R. *Estrela Solitária: um brasileiro chamado Garrincha*. São Paulo: Cia. das letras, 1995.
- FASSHEBER, J. R. M. *Etno-Desporto Indígena: a Antropologia Social e o campo entre os Kaingang*. Brasília: Ministério do Esporte/1º Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social, 2010.
- FASSHEBER, J. R. M.; ROCHA FERREIRA, M. B. Etno-futebol indígena. *Revista ComCiência* – Revista eletrônica de Jornalismo Científico. UNICAMP, Campinas, 2006. Disponível em <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=16&id=15>.
- FIGUEIREDO, T. H.; SOUZA, D. T. O Futebol Indígena nas Páginas dos Jornais de Juiz de Fora: cultura, identidade e globalização. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, - *Intercom*. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Santos – 29 de agosto a 02 de setembro de 2007.
- FREITAG, Liliane da Costa. *Extremo-oeste paranaense: história territorial, região, identidade e (re)ocupação* / Liliane da Costa Freitag. Franca: UNESP, 2007. Tese de Doutorado.
- <http://www.esporte.gov.br/sndel/jogosIndigenas/XJogos/historico.jsp>, consultado em 05/03/2011.
- <http://www.funai.gov.br/indios/jogos/curiosidades.htm>, consultado em 05/03/2011.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia Estrutural II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

- MAUSS. M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- NAVEIRA, M. C. A festa do futebol: as formas esportivas da sociabilidade Yawanawa In: Fernandes, R. C. *O Futebol no Brasil dos Índios*. Florianópolis, 2006.
- PINTO, L. M. S. M.; GRANDO, B. S. (orgs). *Brincar, Jogar, Viver: IX Jogos dos Povos Indígenas*. Cuiabá: Central de Texto, 2009.
- RICOUER, P. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1991.
- SCHWARCZ, L. M. Uma história de diferenças e desigualdades: as doutrinas raciais do Século XIX. In: _____. *O Espetáculo das Raças*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- TAUSSIG, M. *Mimesis and Alterity: a particular history of the senses*. New York/ London: Routledge, 1993.
- TERENA, C. Brincar, jogar e viver indígena: a memória do sonho realizado. In: L.M.S.M. Pinto; B. S. Grando (orgs). *Brincar, Jogar, Viver: IX Jogos dos Povos Indígenas*. Cuiabá: Central de Texto, 2009.
- VEYNE, P. *Como se escreve a História e Foucault revoluciona a História*. Brasília: Ed. UnB, 1988.

SITES:

www.esporte.gov.br/sndel/jogosIndigenas/XJogos/historico.jsp,
consultado em 05/03/2011.

www.funai.gov.br/indios/jogos/curiosidades.htm,
consultado em 05/03/2011.

4ª EDIÇÃO (2001) DOS JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS E A ORGANIZAÇÃO KADIWÉU ANTES E PÓS-EVENTO

Marina Vinha¹

Universidade Federal da Grande Dourados - MS

INTRODUÇÃO

Este texto tem por objetivo retomar os encaminhamentos e significados para a representação Kadiwéu, anterior e posterior à realização da 4ª edição do referido evento, realizado em Campo Grande - MS, em 2001. O grupo étnico Kadiwéu totaliza em torno de 1.600 pessoas, falantes da língua Kadiwéu, habitantes na fronteira Brasil-Bolívia, na região do Pantanal sul-mato-grossense. O referencial teórico adotado para elaborar as reflexões vem de Norbert Elias, Roland Renson e Maria Beatriz Rocha Ferreira, permeando os dados empíricos obtidos de 15 pessoas do sexo masculino, da etnia Kadiwéu, habitantes na Aldeia Bodoquena², jurisdicionada ao município de Porto Murtinho - MS. Os resultados do estudo indicam a percepção das relações de poder, a simpatia pela modalidade futebol e as perspectivas que o evento mobiliza em sua consolidação.

A 4ª EDIÇÃO DOS “JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS”

No ano de 2001 presenciei a 4ª edição dos Jogos dos Povos Indígenas, realizada em Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul. Era ainda doutoranda na Faculdade de Educação Física/UNICAMP quando organizamos uma equipe constituída por professores e alunos e rumamos para Campo Grande com o objetivo de perscrutar o desenvolvimento deste tipo singular de evento em uma das suas primeiras edições.

1 Mestre e Doutora em Educação Física - marinavinha@ufgd.edu.br

2 Esta aldeia também aparece referida por outro nome: Aldeia Alves de Barros

O foco do meu estudo no doutorado foi a etnia Kadiwéu, portanto priorizei acompanhá-los. Dois meses antes deste evento, realizei uma das etapas da pesquisa de campo na Aldeia Bodoquena, uma das quatro aldeias do povo Kadiwéu, localizada na fronteira Brasil/Bolívia. Naquele período fizemos um levantamento para compreender, no núcleo local, como ocorria o processo dos Jogos dos Povos Indígenas. E no presente texto faço uma volta ao passado, acrescentando outras reflexões.

O grupo étnico Kadiwéu totaliza em torno de 1.600 pessoas, são falantes da língua Kadiwéu, habitantes na fronteira Brasil/Bolívia, na região do Pantanal sul-mato-grossense. Historicamente ficaram conhecidos pela habilidade com o cavalo, que conheceram com os espanhóis durante as invasões na fronteira seca brasileira. Devido a este fato foram denominados 'índios cavaleiros'. Atualmente, o uso do cavalo está limitado ao trabalho e aos passeios internos. A organização social se mantém, com as tensões próprias da atual divisão de poder, a tradicional e a das organizações governamentais.

O referencial teórico que deu sustentação às reflexões vem de Norbert Elias, Roland Renson e Maria Beatriz Rocha Ferreira, permeando os dados empíricos obtidos de 15 pessoas do sexo masculino, da etnia Kadiwéu, habitantes na Aldeia Bodoquena, jurisdicionada ao município de Porto Murtinho - MS. As identidades foram preservadas, portanto a identificação das pessoas pode ser encontrada em Vinha (2004).

Com a realização dos Jogos dos Povos Indígenas, "um segmento que nunca fora antes pensado, cuja função e objetivos ganham cada vez mais o caráter de composição da grande família", está se consolidando "um novo conceito de se fazer, conhecer e se estabelecer uma relação de igualdade com a sociedade envolvente". A via do "esporte possibilitará esse momento de respeito às diferenças e de promover a diversidade cultural étnica que caracteriza os indígenas brasileiros", explicou o responsável e um dos mentores desse evento, o indígena Carlos Justino Terena (1996, p. 1).

Embora o autor utilize o termo *esporte* como canal de transformações, cabe aqui ressaltar ser o termo *esporte* polissêmico, tornando possível ampliar a abrangência do evento. No jargão dos profissionais de Educação Física o evento estava constituído principalmente por jogos tradicionais e modalidades esportivas, permeados por danças, ritos, rezas, contatos políticos, relacionamentos ampliados, tudo embalado em um contexto de ludicidade. O lema do evento "O importante é celebrar e não competir" traduz um clima auspicioso e de revigoração identitária. Certamente que as tensões estão presentes, mas administradas sob a orientação do lema.

O elemento lúdico foi tema de um estudo profundo realizado no início do século XX, em 1938, pelo antropólogo Huizinga (1980), quando teorizou sobre o *Homo ludens* e nossa capacidade de fazer do jogo, cultura. A partir de

então, vários outros estudos de caráter socioantropológico têm sido realizados. Recentemente, no final do mesmo século, Renson (1997) criou o neologismo *ludodiversidade*, com o objetivo de traduzir a infindável variedade lúdica presente em todas as sociedades humanas. Renson se impôs afirmando que a ludodiversidade ameaçada abrange a perda da diversidade sociocultural humana, em diferentes períodos históricos e socioculturais. E foi também assertivo ao associar as perdas da ludodiversidade, no caso dos jogos, com o fenômeno de extermínio das diferenciações regionais e locais, acentuando que tal perda estaria provocada pela tendência hegemônica de padronização e de globalização das práticas esportivas. E mais, na gênese desse extermínio estaria o processo de industrialização iniciado em sociedades européias que levou à constituição do processo de *esportização*, o qual abafa gradativamente as expressões culturais, em particular os jogos populares. Para Renson (1991; 2000), o processo de *esportização* significa o predomínio de formas de jogar organizadas e institucionalizadas, denominadas esporte.

Por outro lado, o autor destacou também que o neologismo ludodiversidade expressa um movimento contemporâneo de revitalização de valores local, regional e nacional. A revitalização desses jogos seria sintoma do atual movimento de revalorização da cultura corporal. Assim sendo, o jogo popular, cuja base é sociocultural, está no bojo de tais questões, já que possui uma história cultural arraigada em cada sociedade que o pratica.

De forma semelhante ao jogo popular, o jogo tradicional está arraigado em cada grupo étnico e devido aos processos de colonização e de extermínio, o lúdico e os jogos em particular estão ameaçados de desuso, de desaparecimento, de dessignificação³ e/ou de ressignificação.

Neste contexto, para fins de encaminhamento do presente estudo e diante da complexidade que o tema jogo suscita, optamos por adjetivar o termo “jogo” com a palavra “tradicional” – *jogo tradicional* –, para nos referirmos ao jogo nas sociedades indígenas. Esta expressão composta e adjetivada contribui para compreendermos o clima de celebrar, festejar e não competir, ou, pouco competir⁴.

A expressão “tradição” traduz o universo de significados específicos, constituídos em cada grupo social. Gallois (2006, p.20) explica que “tradicional no saber tradicional não é a sua antiguidade, mas a maneira como ele é adquirido e como é usado” continuamente na produção dos conhecimentos. A partir dessa

3 Dessignificar - processo de esvaziamento de sentido pelas perdas de sentido histórico e ideológico; Resignificar - construção de novos sentidos no confronto do simbólico com o político (ORLANDI, 1999).

4 O termo competição ficou desde meados do século XX com o sobrepeso de teorias marxistas que o associaram fortemente ao processo capitalista, e o esporte de alto nível também reforça esta ideia. Sem deixar de aceitar estes argumentos, consideramos que há outros pontos de vista, como a compreensão de esporte em processos civilizadores (ELIAS e DUNNING, 1992); no processo educativo (BENTO, 2004), dentre outras.

compreensão consideramos os jogos da tradição nas sociedades indígenas em processos dinâmicos, ocorrendo no tempo de cada sociedade. A autora destaca também que na tradição estão intrínsecos os modos de saber e fazer. Embora a autora não trate diretamente do tema jogo, inferimos seu lugar na constituição cultural.

Com este conjunto de elementos teóricos, constatamos serem as reflexões elaboradas por Renson (1991; 2000), de extrema qualidade para pensarmos o lúdico, embora o autor não estendesse seus argumentos para as mudanças comportamentais e socioculturais presentes e de forte influência na ludodiversidade humana, a exemplo das coerções presentes nos jogos, em forma de regras, explícitas ou não.

JOGOS E ESPORTES NO EVENTO “JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS”

Traçando um paralelo entre jogos (tradicional e populares) e esporte, este no sentido de celebrar, nos reportamos à expressão etnodesporto. Segundo Fassheber (2006, p. 91), os “processos dinâmicos de transformações por que passam os jogos tradicionais indígenas e a introdução dos esportes modernos dentro da maioria das TIs⁵ brasileiras [...] refletem um tempo passado que coexiste com o presente”, contexto que vai caracterizar o etnodesporto.

Para o autor (2006, p.91), o etnodesporto indígena está “fundamentado na possibilidade das culturas adaptarem e transformarem suas próprias tradições e adaptarem e transformarem as tradições advindas do contato”. Essa fundamentação, explica ele, expressa também o “processo de ressignificação de valores culturais e uma reinserção com o mundo dos brancos”. Neste estudo, centramos as ressignificações nas normas, ou nas coerções que os diferentes tipos de jogo exigem.

As coerções vêm, simultaneamente, dos autocontroles, ambos latentes durante qualquer jogo popular, tradicional ou esportivo. As regras dos jogos tradicionais são estabelecidas em cada sociedade que os criou, ou adotou e os pratica; e estão ligadas à produção, reprodução ou inserção de valores e de saberes. Dependem também de formas diferenciadas de poder vigentes em cada sociedade, assim como nos *habitus*⁶ relacionados ao gênero, à ideologia e à identidade. Em muitas ocasiões, o jogo tradicional é também cerimonial por evocar uma ligação mitológica entre os praticantes, caso em que as coerções são supra dimensionais, conforme explicou Rocha Ferreira et al. (2005).

Diferentemente, as regras ou coerções nos esportes, em sua maioria, passaram por processos semelhantes aos dos jogos populares e tradicionais cujas

5 Abreviação para as Terras Indígenas (TIs), antes denominadas Reservas Indígenas.

6 Na compreensão eliasiana, os processos civilizadores “vão constituindo um *habitus* social de autocontrole das emoções, dos afetos, dos sentimentos”. No caso, seriam processos de conversão da violência física em violência simbólica, própria dos jogos.

regras foram posteriormente pré-estabelecidas com amplitude nacional e/ou internacional, por meio de federações e confederações, que passam a manter suas autonomias e soberanias sobre as modalidades esportivas. Estão ligadas à produção e reprodução de valores unificados e comuns, muito embora uma variedade de sentidos sejam elaborados, a despeito dessa relação de poder soberana.

De qualquer forma, estando consolidado há mais de um século, o fenômeno *esporte* já incorporou refinamentos apreendidos ao longo de processos de aprendizagem e de autocontrole que estão globalizados, principalmente devido à sua vinculação, pelo lado profissional, à mídia esportiva televisionada.

Vale destacar que a presença do esporte nos Jogos dos Povos Indígenas pode ser justificada ao retomar fatos históricos, nos quais a raiz do esporte para os segmentos étnicos e a população em geral estaria no “Movimento Esporte para Todos” (TRIM), iniciado em 1970, na Noruega, onde ocorreu o início da fase de democratização da prática do esporte para o Ocidente, estendendo-se em nível mundial. Outro fator que justifica a presença do esporte, no caso a modalidade futebol, é nossa vigorosa paixão por esta modalidade. A referência mundial de convivialidade humana despertada pela modalidade futebol, está justificada desde a “Carta Internacional de Educação Física e Esporte” (1978), conhecida como “Carta da UNESCO”, que em seu Art. 1º, “o direito de todos à atividade física/esporte”, desencadeou um novo período de abrangência de institucionalização do fenômeno.

Carlos Justino Terena (1996, p. 1) reforçou a ideia da Carta ao afirmar ser o esporte o canal que contribui para o “respeito às diferenças” e promoção da “diversidade cultural étnica que caracteriza os indígenas brasileiros”. No caso, ele utilizou o termo esporte no perfil polissêmico.

Nesse sentido, os indígenas denominam seus jogos tradicionais de “nossos esportes tradicionais”, expressão utilizada na 4ª edição em três situações diferenciadas: *como jogo referência*, podendo ser tradicional ou popular, que se institucionaliza como símbolo comum a todos, a exemplo do jogo popular cabo-de-guerra⁷ no evento nacional; *como jogo tradicional de um grupo indígena*, adotado por outros grupos indígenas para promover e ampliar embates e, por conseguinte coerções que alteraram comportamentos, a exemplo do jogo *corrida de toras*, estendido para outras etnias o praticarem; e *como jogo tradicional* significativo apenas para determinado grupo e que passa a ser denominado esporte tradicional, a exemplo da *chueca*, *zarabatana*, entre outros específicos de cada grupo.

Dessa forma, o evento Jogos dos Povos Indígenas constitui-se predominantemente de jogos tradicionais, um jogo popular e da modalidade esportiva futebol de campo. Permeando o contexto do evento estão presentes também danças, ritos, rezas, reuniões políticas e outras formas de relacionamentos que ampliam as inter-relações étnicas e não indígenas.

7 Jogo de força que promove disputas entre a pluralidade étnica, durante os eventos.

Ressaltamos que no início da realização dos eventos Jogos dos Povos Indígenas, na transição do Século XX ao XXI, Vianna (2000) indicou restrições sobre a perspectiva de unir os indígenas do Brasil sob a linguagem do esporte, conforme meta dos idealizadores do evento. O temor de Vianna fundamentou-se, a meu ver, na estagnação teórica de uma das fases do processo de consolidação da prática do esporte no Brasil, realizada em períodos históricos autoritários, inerentes ao modelo de sociedade no qual o Brasil encontrava identificação.

Naquele período, o *esporte*, assim como outros elementos, foi usado como instrumento de poder, de clientelismo e de benefício pessoal, práticas que ainda sobrevivem em menor escala. Foi nesse contexto político que o internacional e saudável “Movimento Esporte para Todos” (TRIM) foi efetivado no Brasil, entre 1970 e 1980, sendo aqui adotado para mobilizar políticas governamentais que contribuíssem para silenciar outras tantas questões sociais⁸.

Distanciando o esporte desse período histórico que o vinculou predominantemente à concepção de veículo de manipulação de massas⁹, aqui o elemento é palco para compreensão das regras ou coerções e as consequentes mudanças psíquicas e socioculturais observadas no comportamento, na autorregulação e na regulação social, segundo Elias (1994, 1980).

De forma geral, sob o ponto de vista dos indígenas participantes dos Jogos dos Povos Indígenas¹⁰, os dados apontavam a percepção de abertura, tanto intelectual quanto afetiva, para receberem o fenômeno esporte constituindo-se espaço político de contato interétnico, de forma nunca antes realizada, e que marcou historicamente a luta desses povos, na transição do Século XX para o XXI.

No período da 4ª edição participaram 45 grupos étnicos e o evento se consolidava ano a ano. Vianna (2000) contribuiu para elucidar estes eventos afirmando que vencidos os contatos de opressão ostensiva, os indígenas se viam recentemente em uma forma de contato às avessas, no sentido de que, se um dia o ‘branco’ se dirigiu às matas para usufruir e expulsá-los de suas terras, hoje o não índio vai às terras indígenas em equipe participar de eventos lúdicos.

Realmente, naquele período, entre 1996 a 2001, o espaço dos Jogos dos Povos Indígenas destacou-se por envolver o maior número de etnias, oportunizando trocas de saberes, favorecendo encaminhamentos políticos de abrangência intergruppal, assim como nacional e internacional. Nada mais justo do que os indígenas considerarem a conquista dos eventos como deles. Como protagonistas,

8 Argumentos com base nos documentos: “Texto base da 1ª Conferência Nacional do Esporte”, versão para deliberação na Conferência Estadual, realizada em Campo Grande - MS, em junho de 2004 e documentos não publicados, escritos por Lamartine Pereira da Costa (2004).

9 Idem.

10 Observo que em eventos posteriores a esse período até 2001, houve mudanças sobre a presença da modalidade futebol nos eventos. Indicação das páginas da FUNAI que historicam a continuidade do processo.

reconheciam no ambiente dos Jogos uma retomada coletiva de poder. Naquelas duas semanas de convivência integral, reunindo 45 povos, financiados economicamente pelo Estado, recorremos a Elias (1980) ao afirmar que a balança de poder oscila, onde quer que haja figurações humanas.

Trazendo o contexto do evento para a etnia Kadiwéu, apresentamos dados e reflexões que elucidam os encaminhamentos e significados para a representação deles no período da 4ª edição. Estudos realizados por mim com esta etnia explicitaram que a prática esportiva, principalmente a participação em times, nos eventos externos, estava fundamentada no passado, na formação do guerreiro. No “tempo dos senhores”, quando eram mais autogovernados, os homens eram treinados para não se hidratarem em situação de embates, sob o risco de perder a força guerreira.

Para alcançar este patamar e mantê-lo, os guerreiros passavam por um ritual para não sentir sede em condições adversas. O rito de ingestão do fígado do jabuti, ainda cru, tinha por objetivo obter resistência e imunização contra a sede. Ainda na fase de transição de menino para homem, a submissão ao rito os isentaria dessa dependência orgânica, biológica, de ter sede. Este tipo de procedimento, ou treino, levava à conquista da resistência guerreira, que lhes valeu 300 anos de quase invencibilidade nas relações de contato (VINHA, 2004).

Contudo, esta resistência fundamentada nas formas tradicionais de condicionamento físico ficou vulnerável com a chegada do futebol. O *habitus* Kadiwéu de controle da hidratação, restrito ao mundo étnico, contrastou-se com as verdades de ponta da ciência ocidental atual, no quesito hidratação. Este elemento cultural pouco visível e menos ainda exposto tem ligação com o desejo íntimo de vencer no futebol. O campo esportivo ocuparia o lugar do campo onde o guerreiro se significava.

ENCAMINHAMENTOS E SIGNIFICADOS ANTERIORES E POSTERIORES DENTRO DA ORGANIZAÇÃO KADIWÉU

Nesse novo contexto, nos meses anteriores à realização da 4ª edição, em 2001, as comunidades indígenas inscritas se organizavam internamente para participar. Era um movimento que durava o ano todo ou parte dele, as aldeias conviviam com planos, treinos e perspectivas, tudo sob tensões políticas internas e externas, visando definição dos selecionados na composição das equipes de danças, dos ritos, do jogo popular que mobilizava a todos, dos jogos tradicionais do seu grupo e da equipe de futebol, numa efervescência que causava ampliação nas redes de inter-relações, mudanças no comportamento e nas instâncias de poder internas.

No interior da etnia Kadiwéu, as tensões não eram desconsideradas. Havia uma expectativa geral e quando perguntado a um dos adultos se “num campeonato, as relações indígenas/não-indígenas ficam mais fáceis para os Kadiwéu?”,

o indígena Medina (2000) respondeu que “nem sempre, pois há um percentual muito pequeno de participantes [Kadiwéu] em eventos esportivos”.

Embora a afirmativa do indígena proceda, optamos por ampliar o posicionamento do grupo Kadiwéu sobre os Jogos dos Povos Indígenas, e mais precisamente da 4ª edição, aplicando uma entrevista semi-estruturada em outros 14 participantes do sexo masculino, quando ainda se preparavam para participar do evento nacional. Naquele período somente os homens estavam escalados para viajar, com recursos do evento. Equipes de danças e ritos participaram de outra forma.

Ao ser perguntado “*pratica futebol ?*”, cada um dos 14 entrevistados respondeu “sim”. À pergunta “*pratica outro esporte ?*”, 12 pessoas responderam “sim” e 2 não responderam. As modalidades praticadas, dos 12 positivos, foram: 8, vôlei; 2, carreira a cavalo e 2 não explicitaram. A predominância da prática do vôlei a coloca como segunda modalidade em preferência, o que pode ter relação com a grande aceitação do jogo da peteca¹¹, encontrado em registros históricos desde 1770, tendo em comum o uso das mãos.

Quando indagados “*há quanto tempo praticam esporte ?*”, 5 não responderam, 2 disseram ter um ano de prática e 7 não deram respostas. Pareceu-nos que perguntas envolvendo o tempo¹², com a exatidão dos calendários, causavam ainda abstenção nas respostas. Ao detalharmos a pergunta sobre o tempo solicitando “*quantas vezes por semana pratica esporte ?*”, as respostas ficaram mais claras: 8 pessoas disseram praticar 2 vezes por semana; 3 não responderam; 1 pessoa pratica aos domingos; 1 pessoa pratica uma vez por semana; e 1 todo final de semana.

À pergunta “*qual o significado para você do futebol ou outro esporte que você pratica ?*”, os entrevistados foram unânimes em afirmar que o futebol é muito importante porque se divertem muito com os colegas; traz preparo físico; é bom para saúde; traz alegria; e traz união com outros colegas.

Dos 14 entrevistados, 11 colocaram o fator “saúde” em suas respostas, os fatores “alegria” e “divertimento” estiveram presentes em 3 respostas, enquanto o “preparo físico” esteve em 4 respostas. O conjunto formado por saúde, alegria e preparo físico direcionaria para o entendimento de esporte igual saúde. Se adotarmos uma compreensão ampliada de saúde¹³, de que o bem-estar influencia o comportamento, a triangulação saúde/alegria/preparo físico dita pelos Kadiwéu seria atualíssima.

No entanto, o modo de vida contemporâneo, a organização¹⁴ interna Ka-

11 Naquele período o jogo de peteca estava em desuso na comunidade.

12 Para detalhamento sobre o tempo Kadiwéu sugiro a leitura de Vinha (2004).

13 A Organização Mundial de Saúde adota este princípio.

14 Organização interna hierárquica, semelhante à de castas, distribuídas em três categorias: senhores, cativos e guerreiros. Atualmente essas categorias estão mais misturadas e a do guerreiro foi ressignificada.

diwéu, com suas relações de poder, e o relativo afastamento geográfico em que vivem desfigura esta perspectiva ambicionada pelos representantes. O esporte estava no auge da aceitação e na fase de repetição de um dos lemas muito difundidos naquele período - esporte¹⁵ é saúde. Esses fatores podem ter influenciado nas respostas, portanto era sim uma vontade, mas ainda pouco incorporada para que se efetivasse.

À pergunta “*houve alguma seleção aqui na aldeia, para você praticar esporte ?*”, as respostas foram: escolhido por meio de uma seleção; não houve seleção; chamaram diretamente quem já era bom de bola no time da Aldeia; e houve um jogo treino para a seleção. A divergência nas respostas, as ambiguidades, ficam por conta de ser este processo muito próprio de um modo de vida aldeado, cujas relações são curtas, conforme Elias (1980). Nesta rede de inter-relações as notícias circulam em um ângulo menor, são afetadas por rixas internas, por relações de parentesco e a informação é recebida na fervura das tensões internas, principalmente por terem poucas oportunidades de participação em situações novas.

Nas respostas à pergunta acima, mais de 70% incidiram positivamente sobre uma seleção prévia, sugerindo que houve escolhas, mas em contextos diferentes, sem esclarecer quais fatores serviram para selecionar os jogadores. Poderia ser o professor de esporte; o treinamento; quem era bom; quem driblava e jogava melhor, enfim, naquele período os Kadiwéu estavam com critérios diversificados para organizar sua seleção. De qualquer forma, as conversas informais ouvidas nos momentos de descontração, confirmaram que as escolhas deviam priorizar quem jogava melhor o futebol.

Apesar das restrições internas, os Kadiwéu estavam orgulhosos, pois foram escolhidos para fazer a abertura da 4ª edição do evento nacional. Eles viveriam a *mimeses* das posturas guerreiras do passado, ou seja, se apresentariam com pintura corporal, montados em animais ornados com enfeites de latão e também pintados, de forma que cavalos e cavaleiros adentrariam o recinto da 4ª edição carregando a tocha. A tocha olímpica foi acesa da maneira tradicional dos indígenas Rikbaktsa, de Mato Grosso, cujo fogo foi obtido esfregando pedras¹⁶. Ao acenderem a tocha ela foi repassada a seis cavaleiros Kadiwéu que a conduziram, em um galope lento, rumando em direção à pira olímpica. Belíssima a abertura da 4ª edição! Além da entrada com galhardia dos Kadiwéu, as 44 etnias presentes eram a própria beleza de uma natureza incontestemente que interage humano-fauna-flora em uma explosão de cores, cantos e movimentos significativos para cada grupo.

15 A ONU deliberou documentos que disseminaram o lema, difundido por instituições afins brasileiras.

16 Notícia obtida em: http://www.funai.gov.br/ultimas/noticias/2_semestre_2001/outubro/un1020.htm#001

Findo o evento, meses depois, fomos novamente à aldeia Bodoquena e a entrevista foi realizada com os que participaram da 4ª edição. Perguntamos “*você foi participar dos jogos em Campo Grande ?*”, 8 responderam que sim. À pergunta “*como você foi selecionado para ir ao evento ?*”; 9 posicionaram-se da seguinte forma: influência de determinado político; habilidade em jogar; e treinos anteriores ao evento para selecionar os melhores atletas. As respostas sugerem um processo político interno que se ramifica no esporte e mostraram uma diversidade de critérios seletivos, como: indicação política; habilidade pessoal; resultado de treinamento; qualidade no preparo físico; e melhores jogadores. Em comum falaram da dor por conta da falta de sorte que os perseguiu, o que não permitiu a classificação da equipe.

Continuando a entrevista, foi perguntado “*qual sua opinião sobre os Jogos dos Povos Indígenas ?*”, e eles responderam: queriam muito ser campeões; porque no evento participam somente indígenas; o fato de terem conhecido algo sobre esse tipo de evento de jogos; o esporte ajuda muito na saúde; querem conquistar o título de campeão; o evento traz muitas coisas; jogo de futebol é importante para a comunidade; o evento tem ‘olheiro’ para selecionar os melhores jogadores; e o evento é bom para praticar esporte. O que mais os incomodava era o fato de não ser campeão de futebol até aquela data.

Ao administrar o passado glorioso de guerreiros, no “tempo dos senhores”, tempo este mais autogovernado por suas lideranças e organizações internas, e atualmente vivendo em um “tempo institucionalizado” quando as relações de poder são partilhadas com o Estado e seus órgãos específicos, o guerreiro de hoje sonha em ser atleta.

A índole guerreira Kadiwéu, estabelecida mitologicamente quando o ser superior *Gô-eno-godi* atribuiu a eles o perfil guerreiro, portanto competitivo, com apreço para ser o vencedor, têm hoje no campo de futebol um palco similar, mas cujas regras são bastante diferentes das relações de guerra, pois esta autoriza a morte e o *esporte* não. Principalmente quando, no campo dos Jogos dos Povos Indígenas, o lema é celebrar, se os Kadiwéu não conseguem entrar no espírito do evento, dificulta a participação deles.

A última pergunta aos participantes da entrevista foi se achavam que “*o evento nacional pode trazer alguma articulação política aos movimentos indígenas ?*”. Dois não responderam. Os outros 12 se posicionaram afirmando que sim, pois: o ambiente do evento propicia conversas com outros povos indígenas sobre como são suas aldeias; o evento ajuda a receber recursos para a compra de uniformes e outras necessidades do esporte; o evento traz muitas coisas, pois o futebol é importante para comunidade; e é por intermédio da política que se consegue as coisas.

Os Kadiwéu perceberam o impacto político desses Jogos dos Povos Indígenas circunscrito às suas necessidades e ao seu mundo local e regional. O

futebol, além de muito apreciado e com significados especiais para eles tomou conta das percepções sobre a totalidade do evento, cuja abrangência foi os jogos tradicionais, jogo popular, modalidades esportivas (canoagem, corridas, futebol), danças, ritos e relações ampliadas permeados por um contexto pluriétnico e político.

As respostas afirmando ser por intermédio da política que se consegue as coisas foram de lideranças internas. A perspectiva do evento, de “celebrar” e de ser espaço de reunião dos indígenas foi indicada por apenas um dos entrevistados. Possivelmente, o grupo de participantes representativos da etnia e a comunidade ainda não tinham incorporado o lema do evento. A celebração entre iguais, tendo presente um elemento novo, como o esporte, leva tempo para ser compreendida, especialmente para uma etnia guerreira. Por outro lado, fatos cotidianos como comprar jogo de camisa e calção, ajudar na compra de material esportivo, contribuir na seleção do pessoal que traz movimentação interna na Aldeia mostram a visão local, com baixa percepção da rede ampliada de inter-relações que o evento nacional proporciona.

No cômputo geral, a modalidade futebol apareceu com força e poucos fizeram referências ao jogo tradicional Kadiwéu ou dos patricios, naquela 4ª edição cujo objetivo foi o de fomentar os valores culturais dos diferentes povos. Esse fato trouxe à tona o posicionamento de uma das lideranças Kadiwéu que em 1996 acompanhou sua equipe durante o mesmo evento, na 1ª edição realizada em Goiânia - GO. A liderança afirmou ter sentido tanta vergonha que não foi nem na festa do final do evento, pois os Kadiwéu não tinham jogos tradicionais para apresentar, levaram somente os jogadores de futebol.

Este relato nos coloca diante de fatores ainda carentes de outros estudos que contribuam elucidando significados sobre o quanto ser vitorioso em um campeonato, fato que somente o esporte proporciona, seria significativo para o guerreiro. Da mesma forma, entender o que os leva a considerar seus jogos, danças, lutas como fatores endógenos, com pouco interesse em celebrar esse patrimônio cultural imaterial em um ambiente pluriétnico e inclusive com os ‘brancos’.

Vem desse período a insistente solicitação para que o Laboratório de Antropologia Biocultural, da Faculdade de Educação Física da UNICAMP e outros centros de pesquisas em etnodesporto tanto da Educação Física quanto de áreas afins atuem junto à comunidade, principalmente para recuperar as expressões culturais em forma de jogos. Dessa forma, assim como a língua indígena, o patrimônio cultural imaterial expresso nos jogos e brincadeiras por estar ameaçado requer atuação conjunta com pesquisadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A 4ª Edição dos Jogos dos Povos Indígenas, realizada em Campo Grande (MS) no ano de 2001 foi palco para muitas reflexões. A abrangência política do evento empodera os grupos étnicos, mesmo que momentaneamente, o que requer outros estudos para detalhar repercussões desse processo. Hoje, o evento já ultrapassa a 10ª edição.

A ludodiversidade tem sido privilegiada e o lema celebrar e não competir é uma expressão disto. Da mesma forma é muito significativo conhecermos o futebol mesclando-se com a identidade de grupos. Embora tendo regras comuns e institucionalizadas, o exemplo da hidratação guerreira Kadiwéu agrega identidade ao futebol, apreende o global no âmbito local.

A participação dos Kadiwéu requer outros estudos, pois notícias informais dão conta de que a equipe de futebol foi afastada do evento Jogos dos Povos Indígenas, em nível Estadual, e que antecedeu o 5º evento nacional. O motivo seria o comportamento diferente do objetivo dos Jogos, de celebrar e não competir. O comportamento aponta para a dificuldade étnica de autorregulação, em ambiente cuja rede de relações interpessoais está ampliada. O modo de ser guerreiro, ousado, talvez desmedido, podia ser praticado em jogos tradicionais, no ambiente endógeno ao grupo, onde talvez também estejam revendo tais comportamentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Tradução de Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Braga, Portugal: Editora Pax Limitada, 1980.
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Org. Michael Schoter. Tradução Vera Ribeiro, Revisão técnica e notas, Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.
- FASSHEBER, Jose Ronaldo Mendonça. *Etno-Desporto Indígena: contribuições da antropologia social a partir da experiência entre os Kaingang*. Campinas, SP: FEF-UNICAMP, 2006. Tese de Doutorado.
- GALLOIS, Dominique T. *Patrimônio Cultural Imaterial de Povos Indígenas*. Documento Base – 2º Seminário Regional do Iepê: Experiências Indígenas em gestão e pesquisa de patrimônios culturais no Amapá e norte do Pará, 2005. Obtido em: www.institutoiepe.org.br/docs/DocBase_seminario_iepe_2005.pdf

HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura*. (2a. ed.) São Paulo: Perspectiva, 1980.

MEDINA, Boaventura B. Organização Interna e com a Sociedade Envolvente: depoimento [2000]. Entrevistadora: M. Vinha. Mato Grosso do Sul: Aldeia Alves de Barros, Terras Kadiwéu, 2000. 1 fita cassete (120min), 3 ¾ pps, estéreo. Entrevista concedida sob autorização da FUNAI/MS.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de Discurso: princípios de procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

RENSON, Roland. El Retorno de los Deportes y Juegos Tradicionales. In: ____ *Revista Museum*, UNESCO: Paris, no 170, vol. XLIII, no 2, 1991, pp.77-81.

RENSON, Roland. Ludodiversity: Extinction, Survival and Invention of Movement Culture. *Abstracts: ISHPES Seminar, TAFISA Symposium. Games of the Past – Sports for the Future*. 2000. Duderstadt., p. 29.

ROCHA FERREIRA, M. B. *et al.* Raízes. In Lamartine DA COSTA (org.), *Atlas do Esporte no Brasil: Atlas do Esporte, Educação Física e Atividade Física, Saúde e Lazer no Brasil*. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

TERENA, Carlos Justino. <http://www.funai.gov.br/indios/jogos/conteudo.htm>

UNESCO. Carta Internacional de Educação Física e Esporte. 1978

VIANNA, Fernando Fedola L. B. Jogos e Esporte. Disponível em: <http://www.socioambiental.org.br> Acesso em: 21 novembro de 2000.

VINHA, Marina. *Corpo-sujeito Kadiwéu: jogo e esporte*. Campinas, SP: FEF-UNICAMP, 2004. Tese de Doutorado.

PARTE IV
RELATOS DE PESQUISA

RELATO DE PESQUISA 1

ESPERO TER CONTRIBUÍDO DA MELHOR FORMA POSSÍVEL

Melissa Mõngé¹

Universidade Católica de Brasília

O Projeto “Jogos dos Povos Indígenas: Jogo, celebração, memória e identidade”, com coordenação de: Vera Regina Toledo Camargo, Maria Beatriz Rocha Ferreira e Olga Rodrigues de Moraes von Simson, e supervisão dos bolsistas no Laboratório de Antropologia Biocultural: Claudeni Fabiana Alves Pereira, Deoclecio Rocco Gruppi e Roberta Tojal, iniciou-se em março de 2010, tendo como objetivo resgatar e reunir toda a memória registrada desde o começo dos Jogos dos Povos Indígenas.

Alguns dos bolsistas já conheciam o trabalho e outros não tinham ideia do que eram os Jogos. Eu tive o prazer de conhecer o trabalho dos irmãos Carlos e Marcos Terena nos jogos de 2009, realizados em Paragominas/Belém - PA, onde conheci outras etnias, seu dia a dia e a cultura em si de cada uma.

As atividades definidas para cada bolsista foram distribuídas durante o projeto. Nesse período assisti aos vídeos das edições dos Jogos, vi fotos antigas (ainda em negativos) e procurei me entreter mais com o assunto.

No mês de agosto pude comparecer em Campinas (SP) para conhecer a coordenação do projeto, os bolsistas e, durante alguns dias, trabalhar pessoalmente com cada um. Nesse encontro discutimos o design do site, as formas de interação que teria com os visitantes, a organização do banco de imagens e informações sobre etnias participantes nas edições dos Jogos. Foi uma ótima experiência, pois poder conhecer, conversar e trocar ideias pessoalmente com os participantes do projeto, o que é bem diferente e mais rico do que virtualmente.

Recebi textos sobre “O Direito à Memória”, “Som e Imagem na Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais” – ambos da Prof^a Dr^a Olga – e “História Oral e Pesquisa Sociológica”, onde Deoclecio pôde me dar algumas orientações e explicações. Isso ajudou bastante no andamento do projeto, creio que não só para

1 Bolsista, 6º semestre - Comunicação Social.

mim, pois nos textos vimos que a História Oral pode ser utilizada como uma metodologia de pesquisa muito eficiente e que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que testemunham sobre determinados acontecimentos. E era o que iríamos fazer no projeto.

As coordenadoras Beatriz e Vera vieram até Brasília em outubro para conversarem e obterem informações e materiais diversos para nosso projeto. Conseguimos uma enorme quantidade de impressos, periódicos, vídeos e fotografias para incluir no nosso acervo. Fiquei responsável pela digitalização e inclusão dos mesmos no banco de imagens, o que foi muito enriquecedor, pois conheci mais sobre as primeiras edições dos Jogos, acontecimentos e notícias mundo afora.

No início de 2011 conseguimos uma enorme quantidade de raros negativos para acrescentar em nosso banco de dados. Assim, estamos finalizando o projeto onde todos tivemos nossas dificuldades, momentos de conhecimento de novas culturas, rituais, estilo de vida dos povos indígenas e muito aprendizado. Particularmente, espero ter contribuído da melhor forma possível para que esse projeto se encaminhasse devidamente e que possa servir de pesquisa, divulgação e base não só para pesquisadores, mas para todos aqueles que queiram conhecer melhor algumas das lindas culturas de nosso país que nem sempre são tão valorizadas como devem ser. Que o trabalho venha a crescer junto com as lutas e crescimento indígena.

RELATO DE PESQUISA 2

LINGUAGEM VISUAL E DIVULGAÇÃO NOS JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS

Iraí Amana Martins de Souza

Graduanda Instituto de Artes – UNICAMP

Em agosto de 2010 tive meu primeiro contato com o projeto “*JOGO, CELEBRAÇÃO, MEMÓRIA E IDENTIDADE: Reconstrução da Trajetória de Criação, Implementação e Difusão dos Jogos Indígenas no Brasil*”, como bolsista CNPq de Iniciação Científica.

Minha pesquisa foca na divulgação cultural e científica dos Jogos Indígenas. A partir do levantamento e leitura do referencial teórico, pude conhecer mais a fundo a respeito da cultura indígena. Me deparei com uma vasta diversidade cultural, pois cada etnia possui sua própria língua, costumes, rituais, etc. Podemos pontuar então as semelhanças culturais entre as diversas etnias, que as diferem muito da nossa sociedade brasileira. Segundo Carmen Junqueira¹, temos como principais características dos povos indígenas o estilo de vida comunitário, relativa abundância (dada pela relação produção X desejo/necessidade), distribuição mais equilibrada do tempo despendido entre trabalho e lazer, maior liberdade de escolha do uso do tempo, relação mais harmoniosa com a natureza, transmissão oral da tradição e maior igualdade social.

Maria Beatriz Rocha Ferreira² discorre ainda sobre os jogos tradicionais indígenas, definindo-os como “atividades com características lúdicas que representam importantes elementos culturais como valores tradicionais, mitos e magia manifestados, em geral, em cerimônias religiosas” (2003:29). Neste contexto, os Jogos dos Povos Indígenas não apenas reforçam as relações entre um povo

1 JUNQUEIRA, Carmen. *Antropologia Indígena: História dos Povos Indígenas no Brasil*. São Paulo: Educ, 1991.

2 FERREIRA, Maria Beatriz Rocha (org.). *Cultura Corporal Indígena*. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2003.

indígena e sua própria cultura e costumes, como também constroem uma união importante entre as diversas etnias participantes, advindas de diferentes regiões brasileiras, distantes entre si, através da celebração da diversidade. Outro ponto importante do evento é a conscientização, e para isso existe o Fórum Social Indígena, que oferece debates paralelamente às competições. Os Jogos dos Povos Indígenas contam com organização do Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena e do Ministério do Esporte, além de parcerias com o Ministério da Educação, governos estaduais e municipais (cada edição do evento é hospedada por uma cidade diferente), e iniciativas públicas e privadas.

Segundo o livro “Celebrar-Ser”³, de Antonio Carlos Vera e Célia Piglionne, as etnias são convidadas a participar dos Jogos por critérios como o grau de preservação da língua, dos costumes e de manifestações culturais como cantos, danças, pinturas corporais, artesanato e jogos. As modalidades esportivas, ou práticas corporais, são representações do cotidiano nas aldeias, suas atividades diárias. Entre tais atividades, encontra-se a produção e utilização de artefatos para diversos fins como caça, estocagem, alimentação, identificação, rituais, etc.

Todos estes artefatos, mesmo os objetos puramente utilitários, possuem um *design* e um pensamento estético. Segundo Berta Ribeiro, este pensamento constitui uma linguagem visual que comunica não apenas informações sobre identificação étnica como também sobre idade, sexo e condição social de cada indivíduo (1989:80). Terence Turner⁴ afirma ainda que “a nível mais profundo, estabelece um canal de comunicação *dentro* do indivíduo, entre aspectos sociais e biológicos de sua personalidade” (1959:59).

Um exemplo disso é a pintura corporal dos Kayapó-Xikrin do Caeté, que é caracterizada pelo intenso uso de grafismos pretos, complementados às vezes por grandes superfícies cobertas de preto ou vermelho. São motivos decorativos estilizados, com denominações referentes ao meio ambiente ou a objetos do cotidiano e simbologias diversas. Há pinturas corporais específicas para diferentes eventos sociais, como nomeação, iniciação, casamento, funeral, restrições pós-guerra, festa do milho, etc (VIDAL, 1992:158)⁵.

Nos Jogos, as manifestações culturais dos povos indígenas se mostram por diversos aspectos. Todas as práticas corporais apresentadas em cada edição refletem o modo de vida das etnias participantes. As atividades diárias são esportizadas no evento, como no caso da Zarabatana, uma arma de caça, que no contexto dos Jogos transforma-se em uma competição cujo objetivo é acertar o maior número de vezes o alvo que se encontra a 20 ou 30m de distância (geralmente uma fruta,

3 JUNIOR, Antonio Carlos Vera e PIGLIONE, Célia. Celebrar-ser: Os Jogos dos Povos Indígenas no Brasil.

4 TURNER, Terence. Tchikrin: a Central Brazilian Tribe and its Symbolic Language of Body Adornment. *Natural History*, 1969, n. 78:50-59.

5 VIDAL, Lux (org.). Grafismo indígena: estudos de antropologia estética. São Paulo: Edusp, 1992.

como a melancia); o arco e flecha, ou a natação, que pode ser realizada em rios, lagos ou mar, e que pode ser uma prova de distância ou de resistência.

Os Jogos dos Povos Indígenas contam também com a participação da comunidade não-indígena que hospeda os Jogos, exercendo assim o seu papel de divulgação cultural, possibilitando também a confraternização entre ambas as comunidades. Por isso é tão importante que cada edição seja feita em uma cidade diferente, pois assim há a oportunidade de difundir as manifestações culturais indígenas por todo o país. Já houve Jogos em Goiânia, Paraná, Pará, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Bahia, Ceará e Pernambuco. Outro elemento importante de divulgação se encontra na comunidade acadêmica, dentro das Universidades.

A Divulgação Científica surge nos Jogos Indígenas através de vários caminhos. Diversas pesquisas vêm sendo realizadas no Laboratório de Antropologia Bio-Cultural (Labantropo) da Unicamp em parceria com o Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor), o Centro de Memória da Faculdade de Educação e a Universidade Politécnica de Madrid, entre outros. O resultado destes estudos é apresentado em congressos, simpósios, fóruns e eventos etnocientíficos, além de publicações em livros didáticos e periódicos (artigos científicos). Com o objetivo de estender mais a divulgação dos Jogos para além do ambiente universitário, estas entidades criaram um *website*⁶ sobre os Jogos e o projeto, que pode ser acessado por qualquer computador ligado à internet, expandindo portanto sua difusão a níveis impensáveis em comparação a qualquer outro meio. Em fase de renovação, o *website* contará com textos a respeito do projeto e do evento em todas as suas edições; galeria multimídia para imagens e vídeos; um catálogo das práticas corporais e etnias participantes, com várias informações; além de *links*, publicações e referências bibliográficas.

6 URL: <http://www.labjor.unicamp.br/indio>

RELATO DE PESQUISA 3

DA EXPERIÊNCIA TÉCNICA AO RECONHECIMENTO DAS CULTURAS

Rafael da Silva Macedo

Graduando Curso Gestão de Empresa – UNICAMP

No mês de fevereiro de 2010, fui contemplado com a bolsa SAE da Unicamp. Trata-se de uma bolsa auxílio para alunos de graduação da Universidade, em que os alunos contemplados realizam tarefas relacionadas a apoio didático, auxílio a bibliotecas ou ainda aprofundamento científico conforme seu desejo e escolha. Eu particularmente, estava interessado inicialmente em desenvolver alguma atividade relacionada à informática, pois apesar de na época ser aluno do curso de matemática aplicada, via na bolsa SAE a oportunidade de trabalhar áreas do conhecimento diferentes da minha formação e agregar maior vivência no ambiente universitário além de adquirir uma maior bagagem cultural.

Sendo assim, soube que o projeto “Jogos dos povos indígenas: Jogo, celebração, memória e identidade”, coordenado pelas professoras Vera Regina Toledo de Camargo, Maria Beatriz Rocha Ferreira e Olga Rodrigues de Moraes von Simson, solicitava um bolsista para desenvolver um site para o projeto e então entrei em contato com a Professora Vera para que pudesse passar a atuar nesta tarefa, à qual eu já possuía algum conhecimento técnico e tinha interesse em aprofundar. Posteriormente, tomei conhecimento da proposta do projeto e do grupo, que envolvia pesquisadores da área de Educação Física, Educação e Comunicação.

Iniciadas as atividades, passamos a pensar as maneiras possíveis de dispor em um site as informações do projeto de uma maneira atraente, onde as tecnologias *multimídia* aproximassem o público à temática indígena de maneira simples. Além disso, houve diversas reuniões para discutir a disposição de imagens no site, selecionar *links* relacionados com o projeto, dados bibliográficos e outras informações pertinentes.

Em seguida iniciaram-se, nos dois primeiros meses, as tentativas de disponibilizar o site e a contextualização do mesmo com as características que o grupo julgava serem ideais, trabalhando com as cores a serem utilizadas e o *layout* do site. Após isso, tivemos a entrada da Irai – aluna de Iniciação Científica orientada pela Professora Vera – que possui formação em Artes Plásticas pela Unicamp e que passou a trabalhar melhor a parte gráfica do site e com isso fiquei encarregado de colocar em prática as criações para o site.

Como o site foi desenvolvido juntamente ao projeto, inúmeras modificações foram solicitadas pelo grupo, envolvendo as cores e adequação de textos e imagens conforme novos materiais iam surgindo, e ao longo do ano de 2010 fiquei encarregado de implementar as modificações sugeridas pelo grupo até que o site ficasse o mais próximo possível do ideal.

Abstraindo um pouco do contexto técnico do qual fui encarregado, tive a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre a cultura indígena, através dos relatos do grupo que após retornarem de congressos sobre a temática descreviam experiências e conhecimentos agregados de suas participações, como no caso das Professoras Beatriz e Vera; das pesquisas de campo do Deoclécio – Doutorando em Educação Física e pesquisador do projeto; e das fotografias feitas pela Roberta – também membro do grupo atuando como pesquisadora.

Foi possível aprender sobre a complexidade das etnias indígenas, entre as quais, as maneiras como se relacionam com a natureza, seus dialetos, rituais e atividades corporais característicos. Além de propiciar reflexões muito complexas de como a cultura dos colonizadores foi extremamente repressora.

Sabe-se que o contexto do projeto é a celebração das atividades indígenas, assim como seus costumes, rituais, celebrações e uma iniciativa para tornar mais popular para as culturas externas, a riqueza do conhecimento e das características culturais dos povos indígenas. Mas inevitavelmente, diante de tantas informações, entre o grande número de etnias que existem, somando-se as que sumiram através dos séculos, a complexidade e riqueza das línguas indígenas e a maneira que se relacionam com a natureza, torna possível compreender as proporções da influência da nossa cultura, de colonizadores, e mais recente a estrutura social que aparentemente se desenvolveu com o nosso total apagamento a respeito das culturas indígenas. Culturas estas, aliás, que desde sempre convivem pacificamente com o meio ambiente, o que nos faz pensar e rever alguns conceitos errados que temos sobre as sociedades indígenas, pois, se hoje sofremos com problemas como o do aquecimento global e a escassez dos recursos naturais para *viabilizar os hábitos sociais, significa que nós que vivenciamos a sociedade dominante e excludente das indígenas, não possuímos os mesmos conhecimentos do meio em que estamos inseridos que eles possuem.*

Diante destas observações, passei a perceber e considerar muito relevante um projeto como este que visa celebrar os povos indígenas, pois exalta uma sabedoria pouco conhecida do mundo ocidental e que merece seu espaço. Acho ainda mais interessante e oportuno usar os meios digitais para difundir esse conhecimento em um momento em que o mundo encontra-se em um processo de globalização cultural, no qual a sabedoria indígena pode encontrar espaço e ser disseminada.

Ao longo do projeto passei a perceber que a experiência que procurava num âmbito mais técnico foi revertendo-se naturalmente em conhecimento mais relacionado diretamente a temática do projeto. Como consequência passei a estar ainda mais satisfeito em participar, pois o meu desejo de obter conhecimento de maneira mais ampla foi concretizado. Com isso, fica o desejo de que a memória dos povos indígenas, assim como suas atividades corporais e celebrações, através deste projeto alcance e impacte de maneira positiva toda a sociedade e que sirva de impulso para mais produções com esta temática e leve cada vez mais longe a mais antiga das culturas que ainda resiste neste território chamado Brasil.

RELATO DE PESQUISA 4

A EXPERIÊNCIA DE UM ESTUDANTE DE ENGENHARIA MECÂNICA

Mateus Souza Borges¹

UNICAMP

O texto em questão disserta em primeira pessoa sobre a experiência de um estudante de engenharia mecânica no Projeto dos Jogos Indígenas, durante o ano de 2010, no Laboratório de Antropologia Biocultural da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas (FEF-UNICAMP).

Em março de 2010, fui contemplado com a bolsa trabalho do SAE (Serviço de Apoio ao Estudante), a qual atua na ligação de estudantes da Unicamp a projetos nos *campi*, podendo ser relacionados a assistência em acervos, bibliotecas e institutos ou ligados à pesquisas.

Ao analisar os projetos oferecidos pelo SAE eu descobri o projeto da professora doutora Maria Beatriz Rocha Ferreira: o Projeto dos Jogos Indígenas. O título do projeto havia chamado bastante minha atenção, pois eu não sabia da existência de tais jogos e entre os projetos disponíveis para me associar era o mais diferenciado. Ao ler a descrição da proposta de pesquisa sobre os Jogos Indígenas fiquei motivado a me associar ao projeto. A ideia de poder conhecer melhor a cultura indígena do nosso país me pareceu muito interessante, tendo em vista meu escasso conhecimento sobre o tema mas a consciência da importância e riqueza de tais estudos.

No período antes de iniciarem as atividades no projeto, recordei o contato que eu tinha com a temática indígena, desde a educação infantil, em que a imagem do índio estava sempre associada a um mito folclórico, construindo uma

1 Bolsista Trabalho, SAE - UNICAMP.

percepção imaginária em relação ao indígena. Após um intervalo de tempo significativo só ouvi falar sobre índios nas aulas de história em que o índio deixava de ser o personagem distante dos contos e canções sobre a natureza para ser visto como um objeto de exploração do homem branco, construindo uma ideia de um povo não evoluído, enquanto a cultura e organização social dos povos indígenas era ignorada deliberadamente. Depois desse contato, a visão que eu construía sobre os índios formou-se por fontes de informação paralelas a escola, como livros, documentários, filmes e palestras me levando a uma percepção mais consciente sobre o assunto. Porém, imagino que se eu não tivesse esses contatos além classe, provavelmente, a imagem que eu teria sobre cultura indígena se resumiria a uma miscelânea de mitos e estereótipos apresentados pela escola, percepção essa compartilhada por uma grande maioria.

Nas primeiras reuniões entre os bolsistas SAE, alunos da pós-graduação e a orientadora do Projeto, nós, bolsistas da graduação, assistimos a alguns documentários sobre os Jogos Indígenas e fomos orientados a buscarmos mais informações na internet sobre cultura indígena em geral e sobre os Jogos dos Povos Indígenas. Nas semanas seguintes passamos a estudar sobre a história oral.

Cada bolsista ficou responsável pelo estudo de um texto relacionado ao tema e depois de algumas semanas nos reunimos para debatermos e compartilharmos os conhecimentos adquiridos. A minha leitura foi do texto: "*História Oral e pesquisa sociológica: a experiência do CERU*"². Nesse texto a história oral é abordada não só como uma ferramenta mas uma metodologia de pesquisa muito significativa em estudos sociológicos. A história oral contempla entrevistas e discursos falados de um indivíduo ou um grupo acerca de suas memórias. Não obstante, o pesquisador deve avaliar seus dados coletados tendo em vista todo o contexto social, cultural e histórico em que esses estão inseridos.

O nosso período de discussão e estudo sobre História Oral teve o objetivo de nos preparar para os trabalhos de transcrição de entrevistas em áudio e em vídeo para texto; consistindo, tais transcrições, não só dos discurso dos entrevistados, mas também contando com análises e observações em relação a postura corporal, expressão facial, humor, entonação de voz e outros aspectos relevantes para a História Oral, que costumam ser omitidos na transcrição de audiovisuais para textos. Os depoimentos e discursos que transcrevemos eram de pessoas envolvidas com a organização dos jogos, participantes e, principalmente, indígenas. Assim, mostrava-se fundamental a associação dos conhecimentos adquiridos em relação a etnias e culturas dos povos com a metodologia da história oral para que nós pudéssemos documentar tais dados.

Paralelamente aos trabalhos de transcrição nós realizamos as descrições

2 LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo (ET AL). São Paulo: Humanitas, 2ªed. 2001 (completar e corrigir referência).

de fotografias dos jogos. Nessas descrições identificávamos o número de personagens, a modalidade esportiva sendo praticada, o cenário, e a partir de dados já associados às fotos, os locais, datas e autores.

A identificação de etnias nas fotografias foi um processo mais complicado, já que exigia bastante conhecimento e experiência na área, e desse modo contamos, para esse trabalho, com uma assistência forte dos alunos de mestrado e doutorado, e da orientadora do projeto. A aluna de mestrado ligada ao projeto, Roberta Tojal, formada em fotografia, nos instruiu com um pouco de noções técnicas de fotografia para melhorar e facilitar o processo das descrições.

Durante todo o ano de 2010 nos empenhamos nas atividades de transcrição e descrição para ao final do ano organizarmos um banco de dados. As fotografias foram arquivadas numa galeria, provisoriamente, restrita aos pesquisadores.

Os estudos sobre História Oral e discussões sobre metodologias de pesquisa mostraram-me a importância de se organizarem as fotos e entrevistas, o que, uma vez estruturado num banco de dados contribui para o trabalho de vários pesquisadores e contribui também para a manutenção da memória dos jogos.

A experiência em trabalhar no projeto de pesquisa sobre os Jogos dos Povos Indígenas me trouxe vários aprendizados relacionados ao funcionamento de uma pesquisa acadêmica na área de ciências humanas: organização, digitalização e análise de dados; além dos conhecimentos relacionados aos povos indígenas. Ampliando a percepção de um calouro da engenharia, contribuindo para minha formação como um futuro profissional mais humano e não absorto apenas no universo das ciências exatas.

RELATO DE PESQUISA 5

POUCO SABIA SOBRE OS INDÍGENAS, MESMO CURSANDO ENSINO SUPERIOR

Aline Santos Souza Reato¹

Graduanda em Educação Física - UNICAMP

O projeto “Os Jogos dos Povos Indígenas” teve seu início no mês de março do ano de 2010. Indicado pela bolsa trabalho do SAE (Serviço de Apoio ao Estudante), eu Aline Santos Souza, Gediel do Prado e Mateus Borges iniciamos nosso trabalho no Laboratório de Antropologia Biocultural, primeiramente aprendendo um pouco sobre os Jogos dos Povos Indígenas e os objetivos do projeto, que nos foram apresentados por seus supervisores, e que na verdade só se definiriam para nós com o decorrer das atividades. Roberta Tojal, uma das supervisoras do projeto, nos acompanhou e orientou quando assistimos filmes da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em parceria com a Escola Politécnica de Madri, que tratavam os Jogos de forma explicativa.

Com a duração de 41 minutos, um dos vídeos se chamava “Jogos Interculturais dos Povos Indígenas” e tinha como produtor Chico de Paolis. Este vídeo foi muito relevante para nosso entendimento inicial do projeto e também dos Jogos Indígenas porque, além de possuir uma linguagem simples e acessível, também deu os pontos básicos dos jogos e resumiu bem seu significado. Confesso que não sabia sequer que existiam Jogos Indígenas e que ocorressem com essa dimensão. Meu primeiro contato com os Jogos foi no projeto, e até hoje me pergunto porque eles não são apresentados e divulgados na escolas, já que fazem parte de uma das raízes da cultura brasileira e servem como forma de integração e familiarização entre indígenas e não-indígenas.

O vídeo era composto por depoimentos e gravações de edições dos jogos. Trouxe a nós a ideia de que os Jogos Indígenas não possuem vencedores, pois o principal objetivo desses eventos é fortalecer a identidade cultural dos povos indí-

1 Bolsista SAE-UNICAMP.

genas e servir como um espaço para debates, para contribuir com a reconstrução dos costumes e troca de experiências entre as aldeias.

Após assistirmos ao vídeo, assumimos nossas atividades. Foi-nos delegada a tarefa de pesquisar na internet vídeos do *youtube* que fossem relatos dos Jogos ou que fossem relacionados a eles. Particularmente, senti um pouco de dificuldade nessa tarefa, pois foi difícil encontrar vídeos que fossem apenas amadores, que não fossem documentários, o que nos mostra que o público ainda não se familiarizou com os Jogos de forma a documentá-los e expô-los na internet ou em redes sociais, pelo menos não ao ponto de encontrarmos com facilidade. Esse fato também nos mostra que a questão indígena muitas vezes é vista apenas como uma “questão de especialistas”, ou algo que só possa ser discutido entre intelectuais, entidades e representações políticas, já que não existem muitas opiniões ou comentários de leigos na rede sobre esse assunto.

Realizada esta tarefa, recebemos textos que tratavam, em suma, da importância da história oral e fotográfica para nossa cultura. Em geral, esses textos tratavam de como a perspectiva de quem vive ou vê pode interferir no modo de como a história é contada e de como, muitas vezes, a história oral é a única arma de que dispomos para documentar um fato histórico. O texto designado a mim foi o artigo de Olga von Simson: *“A arte de reconstruir o passado: Som e Imagem na Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais”*. Esse texto mostrou-me como enxergar nas futuras fotos que eu catalogaria, as mensagens de um conhecimento particular escondido em cada uma delas. O texto relatava o carnaval de São Paulo e seus carnavalescos e de como a história dos antigos carnavais só pode ser contada e documentada através das fotos dos foliões e de suas próprias impressões do evento. Mostrou que, submetido a várias formas de pesquisa e métodos empíricos de análise fotográfica, poderíamos decifrar um pouco do olhar do fotógrafo e tentar reconstruir o momento histórico da foto. Aprendi, portanto, que as fotos não dizem por si só; o meu conhecimento anterior somado ao que interpreto da foto é o que define a história contada.

E foi assim, baseada nesse conhecimento adquirido após ler e discutir os textos com os supervisores do projeto que cataloguei, juntamente com os outros bolsistas, centenas de fotos. Antes de começarmos a catalogar fotos, recebemos vídeos para transcrever. Entendemos, depois de conversarmos em reunião com os supervisores do projeto, numa reunião dentre várias que aconteciam semanalmente, que era realmente necessário documentar em forma de arquivo escrito as *entrevistas contidas nos vídeos, pois quando fôssemos colocá-las no futuro site, ou mesmo se fôssemos mantê-las guardadas, seria mais fácil a procura posterior se estas estivessem divididas por assunto, pessoa, data, etc.* E ainda porque seria mais uma forma de documentação sobre os Jogos e sobre os vídeos. A transcrição dos vídeos foi realizada a partir de uma ficha que os supervisores do projeto

elaboraram. Os itens da ficha: 1) Edição dos Jogos Indígenas correspondente à gravação do vídeo; 2) Número do vídeo (existia uma ordem entre os vídeos gravados); 3) Tempo de duração do vídeo e da entrevista; 4) Pessoa entrevistada; 5) Etnia e/ou profissão ou cargo; 6) Lugar onde ocorreu a gravação ou entrevista.

Nós, os bolsistas, fomos orientados a não só catalogar e transcrever as entrevistas, mas também a descrever os gestos da pessoa entrevistada e tudo de mais importante que estivesse ocorrendo no plano de fundo. Foi-nos expressa essa necessidade pelo fato de que a expressão corporal, o tom de fala ou imprevistos e ações no plano de fundo podem mudar o sentido e, conseqüentemente o entendimento da fala do entrevistado. Desta forma, seria possível a análise posterior através das transcrições e também dos vídeos. Terminamos a tarefa de transcrever vídeos em meados do mês de junho, aproximadamente. Começamos então a catalogar as fotos. As fotos também receberam uma ficha para catalogação que continha os seguintes itens: a) Autor das fotos; b) Período em que foram tiradas (Jogos Indígenas); c) Local da foto; d) Data; e) Tipo da foto (quanto à maneira como foi tirada, a forma como os personagens se dispunham, a luminosidade do ambiente e hora do dia em que foi registrada); f) Características da foto (quanto à conservação e legibilidade); g) Modalidade de jogo ou esporte que praticavam os personagens das fotos; h) Etnia dos participantes; i) Origem da foto (doador/autor); j) Localização (local onde foi arquivada ou onde permanecem as originais, fonte da foto); k) Número de personagens enquadrados; l) Descrição do local; m) Existência de personagens não-indígenas; n) Legenda da foto; o) Observação dos pesquisadores.

Dentre todas estas informações, comentarei algumas com as quais tive algumas dificuldades. Quanto aos itens que correspondem a detalhes mais visíveis e, diria, até mais automáticos da foto, como autor, local, data, etc. não houve muita dificuldade. Já no que diz respeito a conhecimentos sobre indígenas, foi um pouco mais difícil. Aos poucos, fui conhecendo e reconhecendo modalidades de jogos indígenas. Já a etnia foi algo muito complicado, porque pensei que só se conseguia reconhecê-las baseando-se em detalhes de vestes ou costumes. E devido à minha formação escolar, e creio que da maioria das pessoas, sempre imaginei o povo indígena como um povo homogêneo, sem diferenciações entre si de costumes ou mesmo biótipos. O que na verdade é um erro, já que cada etnia possui características singulares; ora todas tem algo em comum, ora se assemelham muito pouco. Por esse motivo, a tarefa de identificar as etnias nas fotos foi delegada aos próprios supervisores e também aos autores das fotos.

Quanto ao número de personagens, descrições de ângulos da câmera (mais *zoom* ou menos *zoom*), características mais específicas e técnicas das fotos, como perspectivas e planos, foram-nos ensinadas pela supervisora Roberta Tojal; quanto a supervisão geral e orientação em dúvidas foram Deoclécio Rocco

e Fabiana Pereira quem nos ajudaram. Essa última tarefa, a de catalogar as fotos, demandou muito tempo, porque havia um acervo muito grande de fotos, e, como cada foto necessitava de catalogação individual, tornou o trabalho bastante detalhista. Após terminarmos de catalogá-las, ainda tivemos que revisar nosso trabalho, com a ajuda dos supervisores, para que existissem palavras-chave corretas e fáceis e para que não tivéssemos errado nenhum dado, já que o banco de dados faria parte de um site, disponível para o público.

Enfim, terminaram as atividades do ano de 2010 e conseguimos terminar o projeto do site. Todos nós passamos por bons momentos e outros nem tanto. Mas, mesmo com todas as dificuldades, a lição que aprendi com o projeto foi muito valiosa e levarei por toda a vida. Reconheci que pouco sabia sobre os indígenas, mesmo cursando ensino superior. Aprendi que a cultura indígena possui lições simples, mas carregadas de muito valor; que a vida sustentável, hoje tão cobiçada por nossa sociedade, é para os índios algo essencial; que os rituais e a fé são muito comuns para a sociedade indígena e que o conhecimento dos antigos é importante demais para ser descartado. Enfim, espero que meu trabalho possa contribuir de alguma forma com a divulgação tanto dos Jogos Indígenas como da própria cultura e que tudo isso possa fortalecer ainda mais uma visão positiva de uma das populações mais importantes do Brasil: os povos indígenas.

RELATO DE PESQUISA 6

A PARTICIPAÇÃO NO PROJETO SUPEROU MINHAS EXPECTATIVAS

Gediel do Prado¹

Graduando em Geologia - UNICAMP

ETAPA 01: APRESENTAÇÃO

Em março de 2010 iniciei o curso de Ciências da Terra na Unicamp. Esse curso é um núcleo comum entre a Geologia e a Geografia e o meu objetivo era o de optar por Geologia. Já antes de entrar na maratona dos vestibulares eu sabia da existência de bolsas para a ajuda financeira dos alunos necessitados, então logo nos primeiros dias de aula procurei pelo SAE (Serviço de Apoio ao Estudante) a fim de concorrer às bolsas.

Na hora da escolha do projeto, o “Projeto Jogos dos Povos Indígenas: celebração, memória e identidade” me chamou a atenção devido à sua característica multidisciplinar, pela temática da cultura indígena que transparecia uma experiência diferente e enriquecedora e, além disso, devo dizer que sempre tive uma atração especial pela FEF (Faculdade de Educação Física) devido à minha paixão por esportes.

Em abril de 2010 iniciei o trabalho no projeto juntamente a dois outros bolsistas calouros, Aline Souza (da Educação Física) e Matheus Borges (da Engenharia Mecânica). Inicialmente fomos orientados a assistir vídeos do *youtube* sobre os Jogos Indígenas. Tais vídeos serviram para dar uma noção inicial dos Jogos, mas a maior parte deles eram específicos de um determinado jogo (como uma reportagem) e muitos deles apresentavam baixa qualidade de filmagem dificultando a compreensão. Para melhor entendimento também nos foi apresentado alguns vídeos resultantes de projetos sobre esta temática desenvolvidos na Unicamp, a fim de “sensibilizar os ingressantes pelo assunto”, como disse a

1 Bolsista SAE – UNICAMP.

orientadora Roberta Tojal.

Após essa introdução foi nos apresentado alguns textos para lermos, fazer resenhas e apresentá-los à equipe, o que foi muito construtivo, porque não tínhamos experiência em fazer resenhas e, o fato de termos que apresentar ao grupo tornou a tarefa ainda mais estimulante. Fiquei com os seguintes textos:

- 1: *História oral: os riscos da inocência*
- 2: *Cidade, Espaço e Memória*
- 3: *Memória, Esquecimento, Silêncio*

Autor: Michael M. Hall
Autor: M. Stella Bresciani
Autor: Michael Pollak

Após a leitura, vale relatar que a discussão dos textos pelo grupo foi fundamental para a introdução às metodologias da história oral.

Todas essas leituras tiveram para mim as seguintes utilidades práticas mais importantes: reconhecer a importância da transcrição de outros elementos significativos além das palavras (linguagem corporal, sotaque, tom de voz etc); desconfiar sempre do grau de pureza que a narração traz em relação à verdadeira experiência vivida; reconhecer melhor a importância de um dos objetivos centrais do próprio projeto, o de propagar a chamada “memória subterrânea”² e enriquecer a visão além da “memória oficial” que nos é mais facilmente apresentada.

ETAPA 02: TRANSCRIÇÕES

A partir de então comecei a me empenhar num dos trabalhos que mais executei durante o projeto, a transcrição de entrevistas. Trata-se de um trabalho demorado, mas muito compensador no sentido de que tive contato com a opinião de diversos líderes indígenas, assim como transcrevi entrevistas com as Professoras Maria Beatriz Rocha Ferreira e Vera Regina Toledo Camargo, pessoas com as quais tive a oportunidade de trabalhar neste projeto.

As transcrições foram realizadas de forma atenta, sempre procurando pôr em prática as dicas dos orientadores e as informações apreendidas pelos textos lidos na fase inicial do projeto. A seguir está um exemplo de transcrição do DVD 04 MT:

| | | | |
|------------|-----------------------------------|----------------------|---|
| 4 F | Duração: 1:33:12 – 1:34:25 | Informante 27 | Etnia: Pareci. Participante: Mujer |
|------------|-----------------------------------|----------------------|---|

(Falam um pouco na língua deles, antes de iniciar a entrevista)

Éééé, então assim quando essas meninas moças, quando primeiro vem esse menstruação para eles, nós aguarda eles um mês, três mês, aííí, aí

2 Segundo Pollak, memória oficial e subterrânea possuem conceitos opostos: a primeira é a história imposta pelos ganhadores, pelos impérios, enquanto a segunda diz respeito aos grupos dominados e que tiveram sua cultura subjugada.

aguarda aí a gente faz umas fes-festa, aí mata caça e pesca, tudo o que a gente come a gente caça e depois que a gente tira a moça da onde a gente guardou ela, é só isso que eu queria falar, para apresentar para vocês.

(Parece que alguém fez uma pergunta que não consigo ouvir e ela balança a cabeça negativamente)

Não, os meninos não, só as meninas moças.

ETAPA 03: OS UPLOADS

Após isso, me foi confiado o trabalho de fazer *uploads* de centenas de imagens dos Jogos Indígenas para o site www.labjor.unicamp.br/indio, sendo que a maioria dessas imagens eram fotos tiradas pela fotógrafa Roberta Helena Vieira Tojal.

ETAPA 04: AS LEGENDAS

Além de fazer os *uploads*, era necessário legendar as fotos colocando título, palavras-chave e descrição da imagem, como mostrado no exemplo a seguir:



CORRIDA DE TORA
Autor: Roberta Tojal

Período: Jogos

Local: Recife/Olinda - PE

Tipo de foto: Digital, espontânea, diurna e com iluminação natural.

Características da foto: Bom contraste, bem conservada.

Etnia: Sem Informação

Origem da Foto: Roberta Tojal

Localização da foto: Laboratório de Antropologia BioCultural

Número de personagens: Duas em primeiro plano.

Existência de Personagens

Não-indígenas: Apenas como espectadores.

É perceptível que algumas das informações das legendas me eram passadas pelos supervisores e outras eu retirava da própria imagem.

Através do contato com todo esse material pude perceber algumas ideias que foram bastante recorrentes em muitos vídeos e entrevistas, tais como: os jogos indígenas buscam a preservação da língua e dos costumes; trata-se de uma grande oportunidade para a composição e união da grande família indígena; aumenta a autoestima dos povos indígenas de modo a garantir a continuidade da cultura e a transmissão aos indígenas mais jovens evitando a sobreposição cultural; intercâmbio cultural entre os próprios povos indígenas; fazer com que os brancos os conheçam melhor e que tenham respeito por eles e por seus direitos, numa relação de igualdade perante a lei e a nação; afirmam que a cultura indígena é um importante contraponto à cultura consumista do branco, principalmente pelo cuidado que aqueles têm pela natureza.

ETAPA 05: PESSOALMENTE

A participação no projeto superou minhas expectativas, foi realmente uma experiência diferente e enriquecedora. Foi uma grande oportunidade trabalhar com pesquisadores, o que me esclareceu bastante sobre detalhes da carreira acadêmica, a qual futuramente poderei seguir. Também o fato de trabalhar com pessoas de diferentes formações (engenharia mecânica, antropologia, educação física, jornalismo e ciências sociais) proporcionou uma visão mais abrangente sobre muitos assuntos que tivemos a oportunidade de compartilhar.

Durante todo o tempo de trabalho a relação com o grupo foi sempre harmoniosa, demonstrando a maturidade, respeito e boa compreensão interpessoal da equipe; os horários foram flexíveis sem que isso prejudicasse o rendimento do trabalho; o aparato material foi suficiente e a bolsa satisfatória para o cumprimento das necessidades pessoais e acadêmicas. Tudo isso proporcionou as condições necessárias para a formação de um ambiente de trabalho muito agradável e, como eu já disse, superou minhas expectativas.

Com certeza a participação nesse projeto ficará marcada em minha vida pessoal e profissional. Foram experiências singulares como o aumento da noção intercultural da sociedade brasileira, a visão de uma megaorganização tal qual a dos Jogos Indígenas, a futura participação em um FÓRUM na Unicamp (em Abril de 2011), além de poder estar escrevendo esse meu próprio texto para ser publicado. Por todos os motivos já comentados, pretendo continuar trabalhando com a temática dos Jogos Indígenas por mais um ano, ou pela renovação do “Projeto Jogos dos Povos Indígenas: celebração, memória e identidade”, ou no início de um novo projeto similar com o mesmo grupo que trabalhei, visto que todos os integrantes desse grupo querem continuar seus trabalhos nessa mesma temática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRESCIANI, M. Stella. Cidades: Espaço e Memória. In SEMINÁRIO HISTÓRIA ORAL: *O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. Secretaria da Cultura. DPH, São Paulo, 1992.
- HALL, Michael M. História oral: os riscos da inocência; In SEMINÁRIO HISTÓRIA ORAL: *O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. Secretaria da Cultura. DPH, São Paulo, 1992.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In SEMINÁRIO HISTÓRIA ORAL: *O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. Secretaria da Cultura. DPH, São Paulo, 1992.

Tiragem 1000 exemplares
Miolo Papel Couché Fosco 90g
Capa Papel Supremo 250g



Laboratório de
Estudos Avançados
em Jornalismo
(Labjor) - UNICAMP



Laboratório de
Antropologia
Bio-Cultural /
Faculdade de
Educação Física
- UNICAMP



CENTRO DE MEMÓRIA
UNICAMP

JOGO, CELEBRAÇÃO, MEMÓRIA E IDENTIDADE

Reconstrução da Trajetória de Criação,
Implementação e Difusão dos Jogos Indígenas no Brasil
(1996-2009)



O importante não é competir, mas celebrar.
Com esse dístico, os irmãos Marcos e Carlos Terena conceberam os Jogos dos Povos Indígenas, que se realizaram 10 vezes entre 1996 e 2009. O projeto de pesquisa que também dá o título a este livro tratou de registrar e interpretar a história desse evento singular, e esta obra dá divulgação aos seus resultados.

Criado e executado sob a coordenação de pesquisadoras da UNICAMP, do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor), do Laboratório de Antropologia Bio-Cultural (da Faculdade de Educação Física), e do Centro de Memória da Educação (da Faculdade de Educação), o projeto contou com o apoio da Secretaria de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (ME) e do Comitê Intertribal – Memória e Ciência Indígena.



Ministério do
Esporte

Ministério da
Educação

